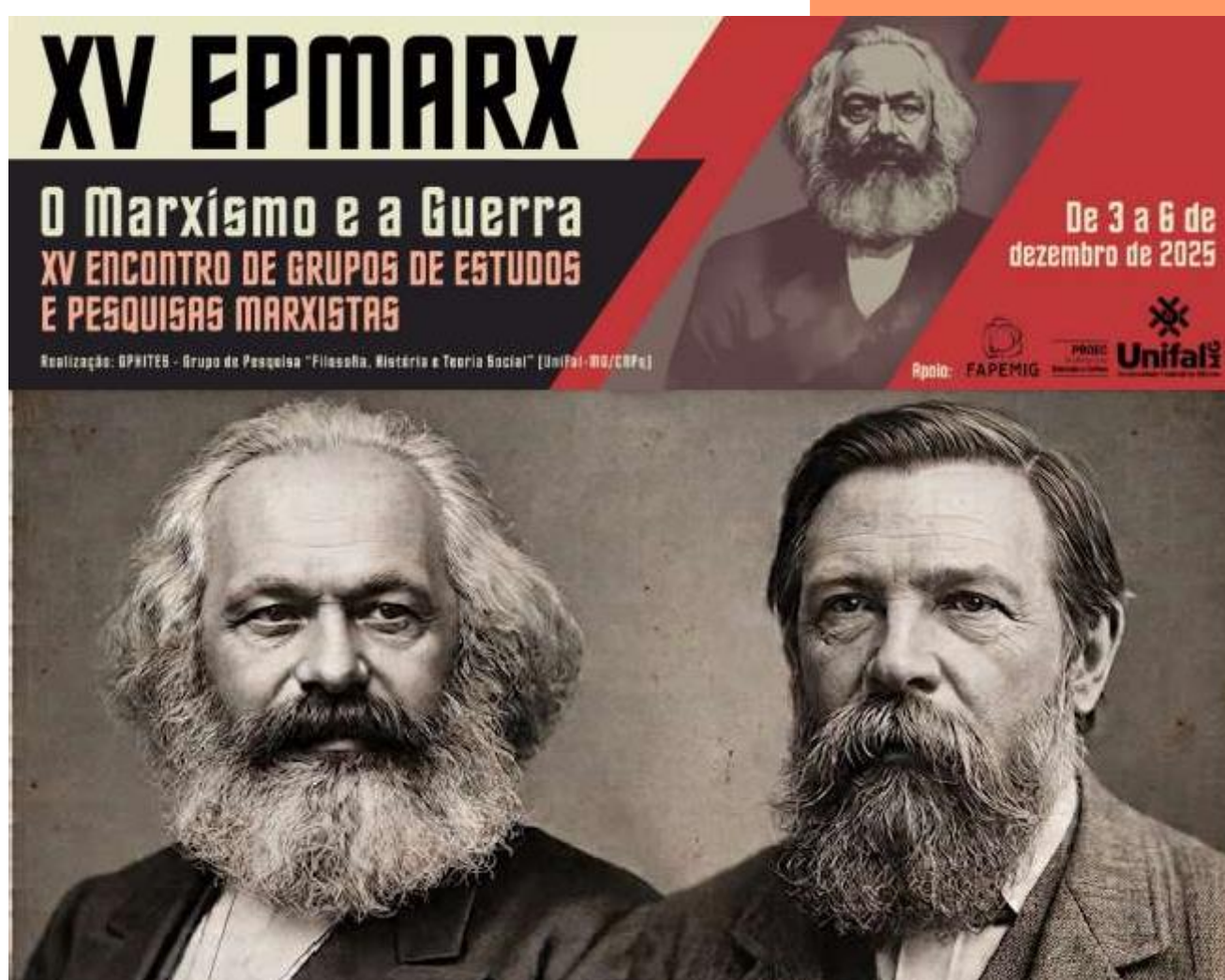


# ANAIS trabalhos completos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

GPHITES - Grupo de Pesquisa Filosofia,  
História e Teoria Social  
2026

## Comissão Organizadora

Francisco Xarão/Unifal-MG – Coordenador Geral

Adriano Pereira Santos/Unifal-MG

Daniel Rodrigues/UFPE

Gérson Pereira Filho/Ifsuldeminas/Machado

Gleyton Trindade/Unifal-MG

Gonzalo Adrián Rojas/UFCG

Henrique Wellen/UFRN

Jetson Lourenço Lopes da Silva/UFS

Luís Antonio Groppo/Unifal-MG

Paulo Denisar Fraga/Unifal-MG

Anais do XV EPMARX – Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas - trabalhos completos.

Realizado na Universidade Federal de Alfenas, Campus de Alfenas entre 03 a 06 de dezembro de 2025. Site oficial do evento: <https://www.unifal-mg.edu.br/epmarx/>

Todos os resumos apresentados nos Grupos de Trabalho podem ser acessados no link: <https://www.unifal-mg.edu.br/epmarx/anais/>

Exemplo de como citar essa publicação:

SILVA, Jetson Lourenço da. Questão agrária e questão social: atravessamentos na formação em Serviço Social. In.: ANAIS do XV EPMARX – Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas. Alfenas: Unifal-MG, 2026. pp. 70-78. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/epmarx/anais/>

Universidade Federal de Alfenas

Grupo de pesquisa Filosofia, História e Teoria Social

Anais do XV EPMARX – Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas [recurso eletrônico]/Alfenas: UNIFAL-MG, 2026.

Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/epmarx/anais/>

1. Anais-eventos. 2. Encontro-eventos. I. Título.



## Apresentação

É com renovado vigor intelectual e compromisso político acadêmico que apresentamos os Anais com os trabalhos completos do **XV Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas (EPMARX)**. Realizado entre os dias 03 e 06 de dezembro de 2025 no Campus Sede da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), o evento marcou um momento histórico para a trajetória do EPMARX ao ser sediado, pela primeira vez em sua história de mais de uma década, fora da Região Nordeste. Sob a organização do Grupo de Pesquisa *Filosofia, História e Teoria Social (GPHiTeS/UNIFAL-MG/CNPq)*, o encontro consolidou-se como um fórum plural e rigoroso para a renovação da crítica marxista e o fortalecimento de redes acadêmicas de pesquisa e extensão com referência prático-teórica no marxismo.

Esta publicação reúne os trabalhos completos apresentados durante o evento em seus diversos Grupos de Trabalho. A produção aqui reunida reflete o vigor teórico de estudantes, docentes e pesquisadoras/es engajadas/os na análise das dinâmicas sociais, econômicas e políticas contemporâneas à luz da tradição marxista.

O XV EPMARX reafirmou sua relevância e capacidade de articulação nacional. A edição contou com a presença de 164 participantes inscritos e certificados de acordo com os dados gerados pelo sistema de controle das atividades de extensão (CAEX) da Unifal-MG.

O alcance geográfico do evento destacou-se pela diversidade territorial: registraram-se trabalhos apresentados por participantes provenientes de 32 municípios brasileiros, com representação presencial de quatro das cinco regiões do país (Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste), padrão que também se manteve na composição das mesas temáticas.

A programação culminou na conferência de encerramento proferida pelo Prof. Dr. Marcello Musto (York University, Toronto-Canadá), um dos maiores especialistas internacionais na obra de Karl Marx e que lançou no evento a antologia *O essencial de Marx e Engels*, composta por três volumes. A obra reúne excertos dos textos originais dos autores propondo um mergulho amplo e aprofundado nos pontos centrais do projeto teórico marxista.

Pela primeira vez em suas quinze edições, o EPMARX contou com apoio financeiro formal de uma agência de fomento, viabilizado pela Fundação de Amparo

à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por meio do Edital 005/2024. A concessão desses recursos foi amplamente destacada e valorizada pelos líderes de grupos de pesquisa durante a reunião de avaliação, visto que garantiu a presença de palestrantes de destaque e contribuiu diretamente para a elevação do patamar científico e organizacional do encontro.

Na manhã do dia 06 de dezembro de 2025, os líderes de grupos de estudos e pesquisas reuniram-se para um balanço crítico das atividades. As avaliações podem ser resumidas nos seguintes pontos:

#### Aspectos positivos

- Planejamento organizacional: Cronograma prévio detalhado e forte engajamento da comissão organizadora na mobilização.
- Comunicação eficiente: Estratégia de divulgação integrada (redes sociais, e-mail institucional e redes de contatos). Com publicação nos sites da ANPOF, ANPED e ANPUH
- Infraestrutura e suporte: Adequação dos espaços físicos, sonorização e projeção na maior parte do evento, com destaque para a atuação prestativa da equipe de monitores na recepção e credenciamento.
- Densidade acadêmica: Qualidade das conferências, rigor nos minicursos e relevância dos debates.

#### Desafios e oportunidades de melhoria

- Mobilização do público local: Identificou-se baixa participação de estudantes de graduação (da Unifal-MG e do Ifsuldeminas) e de representantes de movimentos sociais regionais devido a conflitos de agenda com outras atividades locais no mesmo período.
- Logística operacional: A ausência de *coffee break* na estrutura do evento demandou o deslocamento do público entre prédios universitários, gerando atrasos pontuais.
- Ajustes técnicos: Pequenas oscilações iniciais de projeção e conectividade à internet foram equacionadas ainda no primeiro dia. Também faltou uma estrutura mais profissionalizada para as transmissões via internet.

A realização do XV EPMARX consolidou uma trajetória de compromisso com a pesquisa e extensão engajadas em projetos de emancipação. A interação dialética entre estudantes veteranos, jovens pesquisadores/as e pensadores/as renomados/as garantiu não apenas a qualidade das reflexões, mas também a sementeira de novos projetos de investigação e extensão.

Desejamos a todas e todos uma leitura proveitosa dos trabalhos reunidos nestes Anais!

*Comissão Organizadora do XV EPMARX*

*Grupo de Pesquisa Filosofia, História e Teoria Social (GPHiTeS/UNIFAL-MG/CNPq)*

## Sumário

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Apresentação.....</b>                                                                                                                                                                                                                                                                       | <b>2</b>   |
| <b>NEOLIBERALISMO, PLATAFORMAS DIGITAIS E RECONFIGURAÇÃO DA<br/>SUBJETIVIDADE: DO FETICHISMO CULTURAL AO NEOFASCISMO DE PLATAFORMA<br/>Victor Polizello; Ana Carolina Ramos Benvenuti.....</b>                                                                                                 | <b>5</b>   |
| <b>CAPITALISMO, SUICÍDIO E CRISE AMBIENTAL: A PARTIR DE UMA LEITURA<br/>ECOSSOCIALISTA E FEMINISTA Laís Machado Ribeiro Luz .....</b>                                                                                                                                                          | <b>41</b>  |
| <b>DO CAMPO ÀS FÁBRICAS: A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO<br/>AGRÁRIA NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA Glenda Ostine Santos<br/>Alcântara; Kauã Gabriel Alves Ramos Santos; Mariane Anjos Resende;<br/>Jetson Lourenço .....</b>                                                                 | <b>55</b>  |
| <b>QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL Atravessamentos na formação em Serviço<br/>Social Jetson Lourenço .....</b>                                                                                                                                                                                | <b>70</b>  |
| <b>O CANTO DE DESPEDIDA DA NECROECONOMIA DE MERCADO: UMA ANÁLISE<br/>SOBRE OS LIMITES DA BIOPOLÍTICA NA PERIFERIA BRASILEIRA CAPITALISTA Bruno<br/>Auderlin dos Santos Carvalho; Beatriz Lima Freitas; Arthur Rocha de Oliveira;<br/>Adriele Batista de Souza; Thaís do Carmo Dantas .....</b> | <b>79</b>  |
| <b>TENDÊNCIA ANUNCIADA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO<br/>SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO SERGIPANO FRENTE A OFENSIVA DA<br/>LÓGICA NEOLIBERAL Beatriz Lima Freitas; Thaís do Carmo Dantas .....</b>                                                                          | <b>92</b>  |
| <b>A REPRODUÇÃO DO TRABALHO NA ESCALA GLOBAL: As reformas neoliberais no<br/>ensino e o plano das cidades inteligentes no Brasil Evânio dos Santos Branquinho<br/>.....</b>                                                                                                                    | <b>105</b> |



## NEOLIBERALISMO, PLATAFORMAS DIGITAIS E RECONFIGURAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: DO FETICHISMO CULTURAL AO NEOFASCISMO DE PLATAFORMA

Victor Polizello<sup>1</sup>

Ana Carolina Ramos Benvenuti<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo analisa o neoliberalismo como hegemonia mercantilizante que engloba diversas esferas da sociedade, deslocando instituições e práticas sociais para a forma empresarial. É discutido como o fetichismo e o espetáculo intensificam o esvaziamento de forma e conteúdo, comprimindo o tempo de reflexão e preenchendo o indivíduo por padrões externos de consumo. No contexto das redes sociais, argumentamos que a mediação algorítmica, orientada por engajamento e monetização, favorece linguagem dicotômica, afetos reacionários e circulação financiada de desinformação, contribuindo para a organização política da extrema direita em escala global, conforme a noção de “indústria cultural digital” e “neofascismo de plataforma”.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; subjetividade; redes sociais; neofascismo de plataforma.

### Introdução

Embora a subjetividade seja um tema clássico no marxismo, boa parte das pesquisas sobre este tema se afastam da perspectiva sociológica, e, por muitas vezes, ignoram a complexa trama social, simbólica, cultural e econômica que cercam este debate. Na tentativa de interpretar este fenômeno humano em constante transformação, as redes surgiram como um local próspero para compreender como o avanço da tecnologia, das redes sociais mais especificamente, afetam a cultura e a subjetividade do sujeito.

---

<sup>1</sup> Bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Alfenas – MG.

<sup>2</sup> Bolsista CAPES pelo Projeto de Iniciação à Docência (PIBID), discente no curso de Ciências Sociais – Licenciatura, Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Alfenas – MG.



Partindo deste pressuposto, este artigo busca analisar como as plataformas digitais, enquanto dispositivos de mediação algorítmica e reprodução ideológica, atuam na facilitação da adesão de discursos neoliberais e fascistas por meio do esvaziamento da forma e do conteúdo (CROCHÍK, 2010).

Sendo assim, o presente estudo se desenvolve a partir de duas problemáticas que se relacionam: Como o neoliberalismo, entendido como a racionalidade neoliberal mercantiliza cultura e experiência cotidiana, produzindo um “esvaziamento” entre forma e conteúdo na constituição da subjetividade? De que maneira a mediação algorítmica orientada por engajamento intensifica esse esvaziamento e cria condições para a circulação/organização do neofascismo de plataforma?

Para responder a estas questões, adotamos uma metodologia qualitativa e teórico-interpretativa, organizada como pesquisa bibliográfica (ou ensaio teórico), baseada na leitura crítica e na articulação de autores da tradição marxista e da teoria crítica para interpretar, a partir delas, a relação entre neoliberalismo, plataformas e a reconfiguração da subjetividade e da política. Os dados apresentados por fontes como DataReportal e Domo são utilizados de modo secundário e contextual (para dimensionar a escala do fenômeno digital), sem pretensão de teste estatístico, funcionando como apoio empírico descritivo à argumentação central desenvolvida a partir do referencial teórico.

Nesse sentido, a relevância deste trabalho reside em apresentar as complexas interconexões entre a lógica econômica neoliberal, a dinâmica cultural mediada pelas plataformas digitais e a emergência de novas formas de organização política, como o neofascismo de plataforma (DELLA TORRE, 2024). Ao integrar a perspectiva sociológica marxista com a análise crítica da tecnologia, o estudo oferece uma compreensão inicial dos mecanismos pelos quais a subjetividade contemporânea é moldada e instrumentalizada em um contexto de mercantilização e reprodução ideológica.



Portanto, o presente artigo está estruturado em três seções principais. Inicialmente, será explorada a construção histórica e teórica do neoliberalismo como uma racionalidade hegemônica, destacando seus impactos na mercantilização da vida e na reconfiguração da subjetividade. Em seguida, a análise se voltará para o papel das redes sociais como extensões dessa lógica neoliberal, investigando como a mediação algorítmica e o fetichismo da cultura contribuem para o esvaziamento de forma e conteúdo. Por fim, será discutida a emergência do neofascismo de plataforma, examinando como as dinâmicas das redes sociais facilitam a disseminação de discursos autoritários e a mobilização de afetos reacionários, culminando em uma reflexão sobre as implicações políticas e sociais desses fenômenos na contemporaneidade.

### Neoliberalismo e mercantilização da realidade

A construção do neoliberalismo é um processo histórico gradual reconhecido como um movimento de reação econômica e ideológica às crises do capital e a concepção do dever estatal. Embora o neoliberalismo contenha a base teórica elaborada (em destaque por Friedman e Hayek) desde 1930 e principalmente após a segunda guerra mundial, ele passa a ter relevância significativa após as crises econômicas da década de 70, servindo como um movimento de resposta a decadência da “era de ouro” do capitalismo, para uma era de estagflação, desemprego, choques petrolíferos e contrarreforma (RIBEIRO; MENDONÇA, 1986; BEDIN; NIELSSON, 2013; CHAUÍ, 2020).

A reação econômica que percorre a ideologia neoliberal consiste em romper com os ideais keynesianos, já que para essa corrente a causalidade da crise monetária é explicada pela ineficiência sistêmica do Estado na economia, defende Friedman:

Nas circunstâncias atuais a ligação entre os aspectos da inflação e do crescimento consiste fundamentalmente no fato de ambos traduzirem o crescente peso econômico do Estado e a interferência do governo na economia privada. O governo apropria-se de uma parcela cada vez maior dos recursos econômicos, aumenta os impostos, regulamenta e controla a indústria e tudo isso, a meu ver, trouxe consigo a inflação e as baixas taxas de crescimento. A inflação e a estagnação são, portanto, a



consequência de uma mesma causa, mas são problemas distintos (FRIEDMAN, 1982 apud RIBEIRO; MENDONÇA, 1986, p. 567).

Dessa forma, as “resoluções neoliberais” implicam em um Estado que seja capaz de sobrepor os sindicatos, substituindo os encargos sociais direcionados pelo Estado para o mercado. Por meio de “reformas” fiscais que incentivam o investimento e o serviço privado, defendendo que o mercado seja o protagonista da regulamentação econômica (CHAUÍ, 2020).

A ascensão do neoliberalismo como uma hegemonia social, política e econômica, demonstra uma resposta do capital ao momento de crise, que diferente da reação violenta do que foram os movimentos fascistas, atua também pelo esvaziamento do ser social. Chauí (2020) considera que o esvaziamento do Estado e a expansão da lógica mercantil imbricou em uma racionalidade totalitarista, capaz de transformar a escola, a igreja, a saúde, a cultura e as relações sociais em meras relações empresariais.

Gramsci procura com o conceito de hegemonia compreender os condicionantes simbólicos que operam através dos meios de comunicação social e produzem o sentido social dominante. Para o autor, a hegemonia de uma classe supera apenas a dominância econômica e política, sendo o que legitima determinados saberes, representações culturais, tradições e práticas provenientes da classe dominante, que necessariamente deslegitimam as concepções ético-culturais da classe dominada (DE MORAES, 2010).

Para o autor a hegemonia só é possível caso um “bloco histórico” consiga dar sentido aos diferentes grupos sociais da validade de suas orientações (DE MORAES, 2010), isto é, que conduza uma ação política, ideológica e cultural, capaz de assegurar e argumentar sobre os valores instituídos, para além do meio coercitivo. Para Gramsci, torna-se dominante quando a classe dirigente (que chega ao poder) se torna Estado.

De Moraes (2010) opera sobre a ideia de Estado de Gramsci, sendo o somatório de sociedade política (monopólio da violência) e da sociedade civil (monopólio ideológico). A sociedade civil corresponde ao conjunto de instituições encarregadas de



produzir e difundir ideologias como formas de interpretação de mundo, incluindo a escola, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação e as instituições científicas e artísticas.

Portanto, a consolidação da hegemonia neoliberal exige que a produção cultural seja desvinculada de suas determinações materiais, geográficas e sociais, e passem a operar sob a lógica da equivalência universal das mercadorias. Esse processo de abstração cultural é funcional ao sistema capitalista globalizado, pois ao esvaziar as identidades que expressam realidades históricas e conflitos de classes, o capital diminui ou elimina as barreiras simbólicas que dificultam a expansão do mercado.

A cultura, assim, deixa de ser um processo de subjetivação do ser social através das especificidades que moldam determinados grupos sociais para operar sob a lógica da equivalência universal, substituindo as identidades sociais por meros consumidores de formas abstratas e padronizadas (DEBORD, 2014). Facilitando a circulação de mercadorias e de consumo, cuja padronização é necessária para a reprodutibilidade técnica e a circulação acelerada em escala global. Conforme observado por Türccke (2010), trata-se de uma reconfiguração da subjetividade, em que a particularidade da experiência vivida é substituída por significantes esvaziados, permitindo que a racionalidade empresarial penetre na esfera simbólica e a transforme em um vetor de reprodução ideológica e acumulação econômica.

Como observado por Chauí (2020), a hegemonia neoliberal não se limita a políticas econômicas, mas se consolida como uma racionalidade que reorganiza valores e formas de reconhecimento social. Por esta razão, o fetichismo da cultura se torna central, pois oferece uma interpretação para a mediação simbólica que mercantiliza a vida e possui capacidade de produzir subjetividades ajustadas a seus imperativos.

### Fetichismo da mercadoria e da cultura

Segundo Marx (2013):



O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens, os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais das coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (p.147)

Sendo assim, o caráter fetichista apresenta o sentido místico adquirido pelo produto alienado da produção, de modo que os objetos passem a assumir um papel alheio ao caráter social, assumindo o protagonismo das relações, coisificando-as. A posição simbólica assumida pela mercadoria em uma sociedade capitalista assume papel semelhante sobre a experiência sensível do sujeito, à medida que o mercado ocupa cada vez mais as esferas sociais, culturais e políticas (TÜRCKE, 2010). Essa experiência sensível, mediada pelo massacre massivo de imagens e pelas propagandas desenfreadas, não abre brechas para que os sujeitos construam opiniões autônomas, pois “não deixa tempo nenhum para a reflexão” (DEBORD, 2014, p. 188).

A categoria de fetichismo, portanto, não descreve apenas a “ilusão” da mercadoria, mas a forma como a vida social passa a ser mediada por objetos, imagens e signos que ganham autonomia diante de seus produtores. Para aproximar esse mecanismo da reconfiguração da subjetividade, recorreremos a autores que tematizam a centralidade das imagens, do choque e da aceleração do cotidiano na formação de percepções e opiniões.

Como abordado em estudo anterior (POLIZELLO; BENVENUTI, 2025), Türcke (2010) atenua como desenvolvimento do Estado capitalista e o avanço dos meios de comunicação, transformam a relação do sujeito consigo e com a sociedade. Essa perspectiva nos permite compreender o que é ser percebido após o desenvolvimento “tecnocientífico” (TÜRCKE, 2010, p. 9). Para o autor, a subjetividade do sujeito é esvaziada em um processo dialético, no qual o seu esvaziamento, é também seu



preenchimento a partir da cultura exterior a ele “que, por sinal, tanto mais fiel à realidade fica quanto menos a individualidade se diferencia de padrões de consumo” (TÜRCKE, 2010, p. 41).

Neste sentido, este processo simbólico sobre a mercadoria, se assemelha ao afastamento entre o consumidor da cultura, sua realidade e sua produção. Este fator é evidenciado por Crochík (2010), ao apontar o problema gerado na construção da subjetividade dos sujeitos, a partir do afastamento entre as formas e os conteúdos.

Pensar este afastamento entre forma e conteúdo, é pensar nas identificações extremamente profundas que os sujeitos desenvolvem com determinadas “culturas” ou personalidades. Peguemos por exemplo o sujeito de apartamento em uma metrópole que se identifica com o sertanejo universitário.

Ao contrário do sertanejo raiz, que remetia a forte valorização das tradições culturais do universo caipira, manifestadas por meio de temas nostálgicos, ligados à vida rural, ao trabalho, às memórias e às práticas do homem do campo. O sertanejo universitário aborda temas mais voltados ao âmbito urbano, relacionando-se às experiências de jovens, festas e relacionamentos amorosos modernos, com uma produção musical mais elaborada, uso de tecnologia, arranjos mais contemporâneos e influências de outros gêneros musicais, como o pop (GUTEMBERG, 2018).

Tanto Gutemberg (2018), quanto nós, compreendemos que o estilo é marcado por um processo histórico de mercantilização, tornando sua fabricação voltada para “a arte alienante da sociedade de consumo” (pg. 317) e não para a produção da realidade histórica de uma determinada população ou local. Não queremos aqui negar as resistências culturais que se desenvolvem nesta ampla contradição entre o social e econômico. Entretanto, é inegável que este processo de mercantilização enfrenta essas resistências, as deslegitima de forma gradual, transformando-as em “cultura híbrida” (SANTOS, 2013), e depois, as dissolvem como mercadoria.



O ponto do exemplo não é discutir o gênero musical em si, mas evidenciar um padrão sobre a cultura mercantilizada. A identificação tende a ocorrer com formas padronizadas mais do que com conteúdos vinculados a experiências e determinações históricas. Essa dinâmica intensifica a passividade, a contemplação e a dependência de signos prontos, elementos que, nas plataformas digitais, são potencializados pela circulação contínua de imagens, pela aceleração do consumo cultural e pela lógica do engajamento.

a alienação do espectador em favor do objeto contemplado (que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo (DEBORD, 2014, p. 24)

Através de um aparelho que se torna “cada vez mais extensões de nossas mãos” (DELLA TORRE, 2024, p. 45), as redes sociais emergem como uma nova ferramenta de comunicação de massas. Porém ao contrário do rádio e da televisão, o aparelho nos acompanha cotidianamente, facilitando a comunicação pela imagem e nos “aproximando” do comunicador. No entanto, as redes não afetam apenas a política, ela afeta a própria subjetividade dos indivíduos, os afastando do seu próprio tempo e espaço (DEBORD, 2014). Se o fascismo antes precisava de um aspecto de unidade, o neoliberalismo produz sujeitos fragmentados, por meio da fetichização da cultura e o consequente afastamento entre forma e conteúdo (CROCHÍK, 2010).

### Redes sociais e neofascismo de plataforma

Segundo o Data Reportal (2025), em outubro de 2025 a população total do planeta era de 8,25 bilhões de pessoas, dentre essas, 5,78 bilhões de pessoas (70,1%) possuem celulares únicos, ou seja, desprezando dois aparelhos por pessoa. Por minuto: 18,8 milhões de mensagens de textos são enviadas; 138,9 milhões de *reels* são vistos no Instagram e Facebook; 16 mil vídeos são postados no Tiktok; 3,472,222 de vídeos são



vistos no Youtube; mais de 250 milhões de e-mails são enviados; e a inteligência artificial da Apple (SIRI) respondeu 1 milhão de perguntas (DOMO, 2024).

Como salientado em estudo recente (POLIZELLO; BENVENUTI, 2025), esta operação digital, se destaca pela construção de grandes monopólios empresariais, ao contrário do que era premeditado com o nascimento das redes, a promessa de “um ambiente descentralizado, formado por uma rede de infinitas possibilidades de nós, ligando pontos distintos e promovendo diversidade e pluralidade, a internet foi sendo colonizada por grandes plataformas” (MIELLI; ROMANINI, 2021, p. 144).

Della Torre (2024) prefere chamar tal economia monopolista digital de indústria cultural digital, pois: “a indústria cultural digital parece funcionar como um mercado autorregulável (mais precisamente: um pseudo-mercado) cujo conteúdo é produzido principalmente pelo público, se é que esse termo ainda é apropriado” (p. 43, tradução nossa). Além disso as redes sociais estão acima da legislação, sejam elas trabalhistas ou não, causando uma sensação de liberdade, tanto para as empresas, quanto para os usuários.

Segundo a autora, “a indústria cultural digital reúne três aspectos do conceito de organização: o político, o social e o econômico” (DELLA TORRE, 2024, p. 32, tradução nossa), criando uma nova forma de organização para a direita. Essa nova forma social contemporânea (digital) afeta diretamente a sociabilidade e a subjetivação (superestrutura e infraestrutura).

Para sustentar sua argumentação a autora busca enfatizar as ideias políticas de Adorno em torno da indústria cultural. Por meio de uma palestra ocorrida em 1967, Della Torre afirma que a ideia transmitida por Adorno é a de que “a indústria cultural poderia funcionar como uma organização política, talvez até como um partido massa” (2024, p. 31, tradução nossa), e que essa transformação de organização política tem sido “fundamental para entender a mobilização neofascista em todo o mundo” (tradução nossa). E é nas redes, onde reside a centralidade desta organização, pois “esse aparato



permitiu que grupos marginais, antes isolados e movidos pelo ódio, se conectassem, criando uma espécie de força unificada para impor sua visão de mundo à sociedade, dando origem a uma forma de neofascismo de plataforma” (DELLA TORRE, 2024, p. 32, tradução nossa).

Nas últimas décadas, as redes sociais surgiram como um terreno fértil para a reconfiguração dessas forças políticas. Se, no século XX, o fascismo dependia de rádios e cartazes para disseminar sua propaganda, hoje ele se adapta aos algoritmos das plataformas digitais, onde a linguagem binária (gostar/desgostar) e a viralização de afetos reacionários se encontram (DELLA TORRE, 2024; POLIZELLO; BENVENUTI, 2025). Como apontado por Mielli e Romanini (2021), as *big techs* operam como agentes ativos nesse processo, transformando a política em um espetáculo de engajamento e inimigos construídos.

Quase todas essas mídias e seus produtos (como o YouTube ou vídeos no Instagram) são gratuitos; elas são totalmente financiadas por publicidade, mas como um serviço gratuito e um espaço gratuito, elas aparecem como neutras - como uma autoridade desinteressada. Não é de se admirar que a liberdade seja a ideologia essencial da agitação digital de direita. Como um espaço digital não regulamentado, o setor de cultura digital imita uma esfera pública livre (no sentido econômico e político), enquanto na realidade é altamente privatizado e monopolizado (DELLA TORRE, 2024, p. 42, tradução nossa)

Nesse cenário, em que a indústria cultural digital organiza a sociabilidade contemporânea a partir de plataformas monopolizadas e orientadas por algoritmos, a linguagem torna-se essencial para essa disputa política. A dinâmica algorítmica que privilegia engajamento, velocidade e reação imediata converge com aquilo que Trevisan (2022) identifica como o “ciclone” linguístico do fascismo: discursos empobrecidos, dicotômicos (gostar/desgostar) e soluções simples para problemas complexos.

O limite de caracteres e a capacidade da manipulação das informações através das compras de propagandas patrocinadas e o tráfego pago, impulsionam o avanço da ideologia extremista de forma financiada. No Brasil, a capacidade de visibilidade de conteúdos e a rápida disseminação



de informações nas redes sociais, permitiram que narrativas da direita ganhassem destaque e alcance massivo, o que possibilitou a criação de um ambiente difusor de críticas morais e conservadoras, na maioria das vezes embasada pelas notícias falsas e pela negação científica (POLIZELLO; BENVENUTI, 2025, p. 8)

Como apontado por Della Torre (2024), este crescimento do neofascismo não é um caso isolado “de Giorgia Meloni a Javier Milei, do Brexit a Narendra Modi, de Donald Trump a Nayib Bukele, de Boris Johnson a Jair Bolsonaro” (p. 33), em todos os casos, as redes se mostraram essenciais para a disseminação de suas ideias, para suas campanhas políticas, e para o encontro de apoiadores fanáticos.

É importante ressaltar que para além dos problemas relacionados a mercantilização da cultura, subjetividade e neofascismo nas redes, as redes sociais ainda operam em uma lógica de alienação de trabalho “nublada” (MIELLI; ROMANINI, p. 156). Enquanto elas são maquiadas como espaço de socialização digital, entretenimento e lazer, os sujeitos estão continuamente rolando suas linhas do tempo, postando, curtindo, compartilhando, comentando a última fofoca do momento. Em resumo, estão trabalhando e gerando lucro para essa indústria cultural digital.

### Considerações finais

A partir do percurso argumentativo desenvolvido, é possível concluir que o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade histórica que reorganiza Estado, mercado e sociedade. Embora suas bases teóricas tenham sido sistematizadas por autores como Hayek e Friedman, sua consolidação como projeto hegemônico ganha densidade quando se apresenta como resposta às crises do capitalismo nas décadas finais do século XX.

Contudo, o neoliberalismo não é uma categoria que abarca apenas práticas econômicas. A partir de uma leitura gramsciana, sua força se estabiliza quando a dominação se torna também direção intelectual e moral, isto é, quando a classe dirigente consegue produzir consenso no interior da sociedade civil, legitimando seus valores como



horizonte do “normal” e do “possível” (DE MORAES, 2010). Nessa perspectiva, o Estado ampliado torna-se o terreno onde a racionalidade mercantil se expande, colonizando práticas, instituições e linguagens.

Quando Marx (2013) afirma que a forma-mercadoria reflete aos homens os “caracteres sociais” do trabalho como se fossem propriedades “naturais” das coisas, descreve um mecanismo de inversão que não é apenas econômico, mas também cultural e subjetivo. As relações sociais se coisificam e passam a ser mediadas por objetos, imagens e símbolos que o afastam da materialidade histórica.

Nessa direção, Debord (2014) permite entender como o espetáculo intensifica o fetichismo ao subordinar a experiência à contemplação, comprimindo o tempo da reflexão e ampliando a vulnerabilidade do sujeito à aceitação do desejo e da opinião hegemônicas. Türcke (2010) e Crochík (2010), por sua vez, ajudam a compreender que essa dinâmica opera também como formação subjetiva, pois o esvaziamento do indivíduo é simultaneamente seu preenchimento por representações externas a si.

A expansão massiva do uso de celulares e a intensidade do fluxo de conteúdos nas redes não significam, necessariamente, maior pluralidade ou democratização da comunicação. Ao contrário, elas se articulam à concentração do poder nas *big techs* e à lógica da “indústria cultural digital”, que se apresenta como neutra e gratuita, mas opera como um mercado privatizado e orientado por publicidade (MIELLI; ROMANINI, 2021; DELLA TORRE, 2024). Nessa dinâmica, os algoritmos privilegiam engajamento, favorecendo uma linguagem binária e esvaziada, que aproxima a política do espetáculo e cria condições para a circulação financiada de desinformação, contribuindo para a organização e a mobilização do chamado neofascismo de plataforma em diferentes contextos nacionais (TREVISAN, 2022; DELLA TORRE, 2024; POLIZELLO; BENVENUTI, 2025).



Como diria Bruna Della Torre (2024): “A totalidade de nossas vidas está agora completamente permeada por esse sistema. Isso tem sérias consequências políticas, especialmente com relação às organizações de direita” (p. 45).

## Referências

BEDIN, Gilmar Antonio; NIELSSON, Joice Graciele. A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. In: *A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI*. [S.l.]: Editora UEPG, 2013. p. 27–41.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e Irrupción*, Vol. 10, N° 18: 307-328. 2020.

CROCHÍK, J. L.. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. *Psicologia USP*, v. 21, n. 1, p. 31–46, jan. 2010.

DATA REPORTAL. *Digital around the world*. 2025. Disponível em: <<https://datareportal.com/global-digital-overview>>. Acesso em: 02 fev. 2026.

DE MORAES, D. COMUNICAÇÃO, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE GRAMSCI. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54, 29 jun. 2010.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

DELLA TORRE, Bruna. Plattform-Neofaschismus. *Digitale Kulturindustrie und die extreme Rechte. WestEnd. Neue Zeitschrift für Sozialforschung*, 21. Jg., Heft 2, 2024: 31–51, DOI 10.5771/1860-2177-2024-2-31.

DOMO. *Data Never Sleeps 12.0*. 2024. Disponível em: <<https://www.domo.com/learn/infographic/data-never-sleeps-12>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

GUTEMBERG, Jaqueline Souza. Identidade e enraizamento: a abordagem raiz na música sertaneja de José Fortuna (1950-1980). In: *Caderno de Pesquisa do Cdhis*. Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 304-331, jan./jun. 2018.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIELLI, Renata Vicentini; ROMANINI, Vinicius. A comunicação dominada pelas “big techs” digitais: superabundância informativa, espetáculo, alienação e fabricação de sentido no mundo algorítmico. *Revista Eptic*, v. 23, n. ja/abr. 2021, p. 142-161, 2021.



NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. Implicações ontológicas das redes sociais: aspectos da alienação contemporânea. *Movimentação*, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 94–109, 2021. DOI: 10.30612/mvt.v8i14.14470. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/14470>. Acesso em: 10 jul. 2024.

POLIZELLO, Victor; BENVENUTI, Ana Carolina Ramos. As redes como produtoras de (não)subjetividade: o avanço neoliberal fascista. In: *Anais Marx e o Marxismo 2025: O capitalismo do fim do mundo. A era da policrise*. Niterói-RJ. Universidade Federal Fluminense, 2025. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/MM/MM2025/AnaisMM2025/T39.pdf>

RIBEIRO, N.; MENDONÇA, A. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 6, n. 4, p. 564–585, out. 1986.

SANTOS, Daniele Ribeiro dos . Do fetichismo da mercadoria à hibridação da cultura. *Revista Ecos*. v. 14, p. 25, 2013.

TREVISAN, A. L. Educação e Violência: A Educação contra o Fascismo. *Educação*, [S. l.], v. 43, n. 2, p. e35788, 2020. DOI: 10.15448/1981-2582.2020.2.35788. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/35788>.

TÜRCKE, Christoph. *SOCIEDADE EXCITADA: FILOSOFIA DA SENSAÇÃO*. TRADUÇÃO: ANTONIO A.S. ZUIN... [ET AL.]. CAMPINAS: ED. UNICAMP, 2010.



## BREVES NOTAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM MARX E O DEBATE COM OS POPULISTAS RUSSOS

Rafael Watanabe<sup>3</sup>

Daniel Lucio Petronzelli<sup>4</sup>

### Resumo

O presente trabalho é o resultado dos estudos sobre a concepção de história em Marx. No período denominado *Marx Tardio* (1870 – 1883), a concepção de história de Marx foi influenciada por alguns acontecimentos, como por exemplo a Comuna de Paris e as pesquisas sobre a pré-história e as sociedades rurais pré-capitalistas. Além disso, o autor estabeleceu contato com parte da intelectualidade russa, ocupando-se, assim, com algumas especificidades deste país, em particular com a relação entre a comuna rural russa e o socialismo. A intenção do presente trabalho é debater e problematizar, a partir da controvérsia de Marx com o redator da revista russa *Anais Patrióticos* Nicolau Michailovski, se existem nesta controvérsia novas indicações sobre a concepção de história em Marx. Em meados da década de 1870, Marx é surpreendido pela publicação da tradução russa de *O Capital*, que impactou de maneira profunda a Rússia e serviu enquanto corrente problematizante junto aos *narodniki*, ou seja, os populistas russos; que a leram, examinaram e discutiram-na de forma calorosa. Seu entusiasmo gravitava, principalmente, no entorno do vigésimo quarto capítulo, intitulado “*A Assim Chamada Acumulação Primitiva*”. A partir deste capítulo, a interpretação das conjunturas históricas contemporâneas russas foram colocadas em comparação com as conjunturas históricas da Europa Ocidental, e daí resultava a dúvida central para os *narodniki*: poderia a Rússia “saltar” as fases intermediárias, isto é, o modo de produção capitalista, e instaurar o socialismo a partir da comuna rural russa? Questão esta, que foi colocada ao próprio Karl Marx, nos mais diversos momentos.

### Introdução

Como é manifesto Karl Marx dedicou-se em diferentes ocasiões as análises acerca das mais diversas formas de sociabilidades históricas<sup>5</sup>. Em sua obra máxima, *O Capital*,

<sup>3</sup> Graduado em História e Professor de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná (SEED-PR). Email: w.rafa77@gmail.com.

<sup>4</sup> Mestre em História e Professor de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná (SEED-PR). Email: danielpetronzelli@hotmail.com.

<sup>5</sup> Entre os escritos que enredam suas concepções, cabe ressaltar, para o trabalho aqui desenvolvido, os seguintes: *A Ideologia Alemã*, os artigos sobre a *Colonização Britânica na Índia* e *Futuros Resultados da Dominação Britânica na Índia*; *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*; *O Capital* e, por fim, as *Notas*



há importantes indicações com relação à gênese histórica do Modo de Produção Capitalista bem como indícios analíticos para seu possível devir. Seus escritos posteriores, nos quais, não obstante, não possuem o “fôlego” daquela, foram, rigorosamente marcados, por uma vasta e densa tensão, tanto teórica quanto prática; devido, principalmente, aos resultados da derrota da Comuna de Paris; das posições assumidas pelo movimento operário europeu, assim como pela transferência da Associação Internacional dos Trabalhadores para Nova Iorque em 1872 e subsequente dissolução e, enfim, pela vitalidade demonstrada pelo capitalismo em superar seus óbices (COSTA NETO, 2003, p.80-95) <sup>6</sup>. Dentre este período, que designaremos como *Marx Tardio*, que compreende os anos entre 1870 e 1883, ano no qual “o maior dos pensadores deixou de pensar” (RIAZANOV, 1984, p.25), este, voltou seus olhos à efervescente conjuntura que se delineava a largos traços na Rússia. Em carta a seu amigo Kugelmann, observou:

Poucos dias atrás um editor de São Petersburgo surpreendeu-me com a notícia de que está sendo impressa agora uma tradução russa do *Das Kapital*. Pedi-me uma fotografia para a capa e não posso negar essa ninharia a *meus bons amigos*, os russos. É uma ironia do destino que os russos, a quem combati durante 25 anos, e não apenas na Alemanha, mas na França e na Inglaterra, tenham sempre sido meus *patrões*. Em Paris, em 1843 e 1844, os aristocratas russos de lá me tratavam de modo muito gentil. Meu livro contra Proudhon (1847) e o que foi publicado por Duncker (1859) tiveram vendagem maior do que em qualquer outro lugar. E a primeira nação estrangeira a traduzir o *Kapital* é a russa. (sic). (MARX, 2002, p.281 e ARICÓ, 1981)

---

*Etnológicas*, redigidas por Karl Marx. Mencionamos os escritos acerca da Índia à título de comparação, para exemplificar, como houve uma “reconfiguração projetiva” na perspectiva e também na obra de Marx; o capitalismo não mais era entendido como um “mal necessário” como, *a priori*, foram expostos os abusos do capitalismo inglês na Índia, aonde: “apesar de todos os seus crimes a Inglaterra, foi o instrumento inconsciente da história ao realizar a dita revolução” Cf. MARX, K. “La dominación británica en la India”. In: (GODELIER, 1969. p.79-86). Nos escritos, cartas pessoais entre outros escritos e relatos do período Tardio, Marx modificou consideravelmente sua posição, como pretendemos demonstrar neste artigo.

<sup>6</sup> Para maiores detalhes deste conturbado período do movimento revolucionário internacional e sobre a vida de Marx, consultar: (BALIBAR, 1995, p. 123-33) e (MEHRING, 2013, p.423- 481).



A surpresa inicial de Marx era justificada pois, seu *Capital* impactou de maneira profunda a Rússia e serviu enquanto corrente problematizante junto aos *narodniki*, ou seja, os populistas russos<sup>7</sup> que a leram, examinaram e discutiram-na de forma calorosa. Seu entusiasmo gravitava, principalmente no entorno do vigésimo quarto capítulo, intitulado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, a partir deste, a interpretação e compreensão das conjunturas históricas hodiernas russas foram colocadas em relação com a síntese das pretéritas conjunturas históricas da Europa Ocidental que, por sua vez, articulava-se com o problema central dos *narodniki*. Qual seja: a crença de que havia na passagem de uma forma de sociabilidade histórica a outra, em função de ritmos e trajetos históricos díspares, a possibilidade de consecução da Emancipação Humana, isto é, em lograr o “imperativo categórico de alterar todas as relações nas quais o homem é um ser rebaixado, subjugado, desamparado e desprezível” e, com efeito, fomentar “a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões” (MARX, 2013, p. 554) pois as circunstâncias histórico objetivas da Rússia em “saltar” as fases intermediárias, isto é, o modo de produção capitalista, eram possíveis porquanto este ainda não havia cimentado suas bases na estrutura social russa

Segundo grande parte da *intelligentsia* e de outros setores de vanguarda, a excepcionalidade da Rússia “saltar” algumas fases do desenvolvimento histórico devia-se a sua particular situação. Defronte a um contexto mundial no qual os *narodniki* podiam perscrutar, logo, apreender objetiva, empírica e conscientemente a historicidade do Modo de Produção Capitalista, ou seja, o paradigma analítico histórico mundial levou-os a aceitar a heurística existência de vias substancialmente distintas de desenvolvimento

---

<sup>7</sup> O termo *narodniki* (populista) podia significar, desde um socialista revolucionário que elegeu o regicídio como tática política, da forma como fez o irmão mais velho de Vladimir Ilitch Ulianov, perpassando os estudantes, intelectuais, profissionais liberais, até um grande latifundiário filantropo. (SHANIN, 1990, p.21). Entretanto há distinções substanciais entre o movimento populista oriental e ocidental. O primeiro se fez contra e externamente ao Estado e era dirigido ao campesinato por intelectuais os quais propunham um programa revolucionário e socialista, o último fez-se intrínseca e a partir do Estado voltado, sobretudo, aos trabalhadores urbanos, foi liderado por caudilhos que buscavam reformar o capitalismo. Consultar: (FERNANDES, 1982, p.15; WALICKI, 1971).



histórico para cada uma das sociedades em particular. Como conclusão de suas análises “consideraram que a única medida segura de progresso social era o incremento do nível de vida da maioria, acreditavam que o bem-estar dos produtores diretos, isto é, do povo laborioso consistia na “única (forma objetiva, real e efetiva) de medida do progresso” (SHANIN, 1990, p. 23). Compreenderam, a partir de Marx, o elevado preço do desenvolvimento capitalista burguês e, com efeito, rejeitaram os “custos sociais” do “progresso capitalista”. (WALICKI, 1971, p.50)

Segundo Teodor Shanin, devido aos intensos debates com os estudiosos e revolucionários e, a partir de suas investigações e reflexões sobre os incontáveis textos russos que estudou, em meados de 1873-74, Marx modificou sua interpretação em relação às conjunturas histórico-mundiais. Os estudos genealógicos estruturais das comunas arcaicas realizados no decurso destes anos e especialmente sobre o *mir* russo, por certo ampliaram e supassumiram antigas concepções teóricas de Marx. Assim sendo é legítima a perspectiva que depreende as alterações efetuadas no vigésimo quarto capítulo de sua obra em decorrência do diálogo com os socialistas russos. (SHANIN, 1990, p.52).

No interstício entre os exaustivos exames das conjunturas político-econômicas da sociedade russa e a escrita dos tomos ulteriores de sua obra econômica, Marx trabalhou na tradução do tomo I ao francês. Esta edição levou-o a redigir novamente passagens inteiras de sua obra, pois, a necessidade de clarificar alguns fragmentos traduzidos, forçou-o a uma reescrita total de determinadas passagens e, além disso, de alguns capítulos inteiros<sup>8</sup>, como comentou com Nikolai Danielsón – tradutor d’*O Capital* – na mesma carta em que qualificou a “tradução magistral” de sua obra ao russo. (ARICÓ,

---

<sup>8</sup> Apesar de a edição francesa ter sido realizada por um grande conhecedor de ambos os idiomas [...] muitas vezes o fez de modo demasiadamente literal. Foi por isso que me vi obrigado a transcrever passagens inteiras em francês, para adaptá-las ao público deste país. (ARICÓ, 1981, p.27; p.47-8)



1981, p.27; 47-8)<sup>9</sup> As informações legadas nesta missiva são de grande importância tanto para o materialismo histórico como teoria como, para a práxis russa dos anos posteriores. As modificações, principalmente as realizadas no capítulo “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, indicam que Marx já conjecturava a pluralidade de possibilidades intrínsecas do desenvolvimento histórico.

Ao observar, com relação ao início do processo que culminou no capitalismo, assinalava: “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.” A reescrita à edição francesa alterou tal passagem para restringir esse movimento histórico aos países da Europa ocidental: “Essa expropriação só se realizou de maneira radial na Inglaterra, por isso, esse país desempenhará o papel principal em nosso esboço.” E completou: “Mas todos os outros países da *Europa ocidental* percorreram o mesmo caminho, ainda que, segundo o meio, ele mude de coloração local ou se restrinja a um círculo mais estreito, ou apresente um caráter menos pronunciado, ou siga uma ordem de sucessão diferente.” (MARX, K. 2013, p.787-8)

Por meio de um detido exame do capítulo “A Assim chamada *acumulação primitiva*”, uma narrativa que retrata a dramática história aonde cada vez mais os indivíduos foram repentinamente separados dos meios de produção de sua vida material, divorciados de seus meios de sua subsistência por violentos métodos empregados na acumulação ordinária do capital; os *narodniki* refletiam – também sob a perspectiva teórica marxiana – sobre a paulatina corrupção do Estado, sobre as leis sanguinárias que possibilitaram a massiva expropriação que engendrou a sociedade burguesa etc., estes se questionavam como aquela narrativa poderia clarificar o estágio histórico específico com o qual se deparavam.

---

<sup>9</sup> Outra menção a “uma excelente tradução russa de O Capital, apareceu em 1873 no Posfácio da segunda edição alemã.” Cf. (MARX, K. 2013, p.88).



Tais problemas, suscitados em solo russo pel’*O Capital* e que, *a posteriori*, foram elencadas ao próprio Marx eram: deve a Rússia em seu caminho para alcançar o socialismo, necessariamente, passar pelo estágio histórico correspondente ao Modo de Produção Capitalista e, com efeito, experimentar todas as fatais vicissitudes deste regime. Ou poderia a Rússia, estruturada sobre os resquícios conservados da propriedade comum de terras das aldeias russas chegar ao “estado futuro” sem adentrar a via capitalista? (MARX; ENGELS, 1990, p.10)

Diferentes conjecturas, provenientes das particulares leituras d’*O Capital*, chegaram a conclusões diametralmente opostas. A título de exemplo podemos mencionar, os casos de Tkatchov – que *grosso modo*, predicava a revolução por meio de revolucionários profissionais de vanguarda organizados em um grupo coeso –, perpassando outro *narodniki* representante de uma outra vertente teórica, Vorontsov – um “populista democrático liberal” – estes e muitos outros, acostumaram-se a citar Marx, contudo, a maioria dos *narodniki* possuíam apenas um conhecimento superficial de suas obras. (IONESCU, G; GELLNER, 1969, p.100) Críticas originais e concordantes apareceram por toda a literatura russa de diversos periódicos (ARICÓ, 1981, p. 30; 86-7), assim como vulgarizações negativas. O vulgar economista liberal Juli Jukovski fez a partir de uma rudimentar, primitiva e grosseira interpretação da concepção materialista histórica, ríspidas críticas, em sua recensão: *Karl Marx e seu livro O Capital*. (SHANIN, 1990, p.80)

Nicolau Konstantinovitch Michailovski redator do periódico *Otechestvenye Zapiski* (Anais Patrióticos) se envolveu no debate com ensaio intitulado: *Karl Marx sob o julgamento do Sr. Ju Jukovski*. Nesta querela desempenhou um papel de primeiro plano. (TVARDOVSAIA, 1978, p. 33-34). Seu ensaio foi depreendido por seus pares enquanto apologética de Marx. Todavia esta fora articulada sob as disposições doutrinárias do populismo russo. (DUSSEL, 1990 p.253) “A sétima parte de *O Capital* é intitulada *A Assim Chamada Acumulação Primitiva*. Marx pretendia traçar aí um esboço histórico dos



primórdios do modo de produção capitalista” escreveu Michailovski, “mas conseguiu muito mais: traçou toda uma teoria histórico-filosófica. É uma teoria muito interessante, particularmente para nós, russos” (FERNANDES, 1982, p.155).

Quando qualificou a importância da obra do filósofo alemão, com o encômio em que o definia como elaborador de toda uma “teoria histórico-filosófica”, Michailovski expressou-se com uma conceptualização serôdia, todavia corrente em sua pátria que, entretanto, não se associava ao sentido negativo, porém foi entendida por Marx enquanto tal, o que, com efeito, engendrou certo imbróglio interpretativo entre eles. (DUSSEL, 1990, p. 246-69).

A “crítica” de Michailovski e de outros *narodniki*, não sem razão se se aplica mal o princípio investigativo-demonstrativo crítico dialético de Marx, era a “crítica de um marxista a seu mestre, desde dentro, com respeito e simpatia” (DUSSEL, 1990, p. 253) no que toca a sua concepção sobre a História. Ou melhor, dirigia-se ao que ele, em parte, como também outras frações do populismo russo, acreditavam caracterizar o lapso na concepção marxiana, a saber: a falácia, muito difundida em solo moscovita por aqueles anos, de que Karl Marx concebia o movimento social como um processo histórico evolucionista naturalista (DUSSEL, 1990, p.246)<sup>10</sup>. Sob esta “interpretação” que pressupunha um acordo essencial e um paralelismo íntimo entre o desenvolvimento teórico histórico de Marx e a evolução das espécies darwinianas (WALICKI, 1971, p. 151) o estudioso Andrzej Walicki objeta que estas distorções ocorreram em decorrência das generalizações contidas no prefácio à primeira edição alemã de *O Capital*. (IONESCU; GELLNER, 1969, p. 107)

---

<sup>10</sup> Em nota de rodapé Enrique Dussel chamou a atenção à publicação da revista populista *Vietniki levropi*, e destacou que um dos aspectos que interessavam aos *narodniki* era o problema das “leis dos fenômenos” que os levava a concluir: “Marx concebe o movimento social como um processo de história natural.” Perspectiva sustentada por fileiras da II Internacional e metamorfoseada em cânone por Iossif Stalin e sua teoria dos “Cinco Estágios”. Consultar: (DEL ROIO, 2008. p.51-67).



Ao apresentar o modo capitalista de apropriação, a forma de propriedade privada burguesa como negação da originária propriedade individual baseada no trabalho próprio, o sociólogo russo citou extensas passagens do vigésimo quarto capítulo d’*O Capital* para demonstrar “todas as crueldades da miséria, humilhação, opressão impostas às massas por este processo” (FERNANDES, 1982, p.161) e argumentou, ao tornar a citar Marx: “mas a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural”, não obstante, as pequenas oscilações de seus argumentos, questionou assídua e peremptoriamente a fatalidade determinista “em Marx”, laudatório finalizou sua exposição sobre a *Acumulação Primitiva*:

Esta é, em síntese, a visão histórico-filosófica de Marx. Não é por acaso que ela foi registrada no capítulo sobre a “acumulação primitiva” e é corroborada por diversas passagens do imenso volume de *O Capital*, bem como por outros trabalhos de Marx. [...] É uma imagem provável, pois o perfil científico de Marx inspira, sem dúvida, a maior confiança, e a teoria exposta acima apoia-se em uma excelente fundamentação material, em termos lógicos ela é um todo bem ordenado e, por isso mesmo atraente. (FERNANDES, 1982, p.161-162)

De fato o sociólogo russo aceitou a exposição do velho Mouro no que tange a *Acumulação Primitiva* visto que em sua interpretação, este capítulo era a síntese exata do desenvolvimento histórico e do curso social que tomou a Europa ocidental em sua evolução e, além disto, possível futuro à sua pátria, porquanto definiu “o dilema do marxista russo”<sup>11</sup> de tal modo que, em caso da Rússia não lograr seguir a via histórica de desenvolvimento ambicionada pelos *narodniki*, ou seja, a via socialista, sofreria os percalços e as demais fatais vicissitudes decorrentes do modo de produção capitalista. Conjunturas desanimadoras aos revolucionários russos que perscrutavam, através da obra de Marx, sua futura condição de uma vida alienada e subjugada “à máquina, pela mutilação dos organismos de mulheres e crianças, pela vida pesada, etc.” (FERNANDES,

<sup>11</sup> Assim se denominava parte do texto de Michailovski publicado na revista *Otechestvennye Zapiski* nº10 de outubro de 1877. A esse fragmento Marx dedicou algumas linhas em resposta. Karl Marx recebeu este exemplar da revista, cerca de um mês após sua publicação. (ARICÓ, 1981, p. 92-5).



1982, p.159), enfim, vislumbravam a tétrica trajetória que os conduzia paulatinamente a semelhante “moinho satânico” que na Europa ocidental “triturou os homens transformando-os em massa” (POLANYI, 2000, p.51).

Não somente técnica, mas sobretudo historicamente “atrasada”, as condições sociais russas diferiam quantitativa e qualitativamente da de outros países, segundo a perspectiva de Michailovski, se para o socialista alemão e para Europa, a mais árdua e degradante exploração já havia ocorrido, ou seja, encontrava-se em um passado relativamente longínquo, para Rússia se mostrava enquanto uma condição que invertia os termos da relação, isto é, mostrava-lhes ao invés do passado, um presente-futuro, aos quais os *narodniki* relutavam aceitar (FERNANDES, 1982, p.163).

É necessário ainda pautar que o artigo, visava uma resposta a *Ju Jukovski*, entretanto, encerrava, igualmente, a função de debate teórico com outras vertentes do populismo russo, nomeadamente os “lavrovistas”; que conclamavam a necessidade de organização das massas camponesas, a restituição de suas terras, liberdade de palavra etc., portanto predicavam o retorno às tradicionais estratégias de Herzen e seus epígonos. Assim como, o artigo visava combater os demais vieses políticos que proferiam supostamente embasadas em *O Capital*, a escolástica necessidade em transmutar o capitalismo à Rússia, implicando a inexpugnável “necessidade histórica” de todos os povos, sem exceções, em percorrer todos e os mesmos estágios de desenvolvimento histórico, e somente após isto, impetrar graus mais elevados de desenvolvimento social. (DUSSEL, 1990, p.245 e ss) Tal exegese atribuía, fundamentalmente, à concepção materialista da história uma unilateralidade intransigente, por sua vez “Michailovski, com seu habitual sarcasmo e escárnio esquivou-se de tais exames reducionistas e considerou-os típicos da posição liberal” (TVARDOVSKAIA, 1978, p.161). Disto fica claro que em sua observação havia um substancial grau de ironia:

O seu ideal, se é um discípulo de Marx, inclui, entre outras coisas, o princípio de que o trabalho deve ser harmonizado com a propriedade, de que a terra, as ferramentas, os meios de produção devem pertencer aos



operários. Ainda mais, se é um discípulo de Marx e se compartilha de sua visão histórico-filosófica, deve alegrar-se com o advento da separação entre trabalho e propriedade, com o rompimento dos vínculos entre os operários e as condições de produção, pois estes são os primeiros passos necessários a um processo que, no final das contas, é moralmente positivo. Deve, portanto, conformar-se com a negação dos princípios do seu próprio ideal. Naturalmente, este conflito entre o sentimento moral e a necessidade histórica deve ser revolvido em favor da necessidade. Alguém pode revoltar-se moralmente até mesmo contra a morte, contudo há de chegar o momento em que será jogado com todo o seu protesto moral dentro de uma cova igualzinha àquelas em que são jogados os que nunca pronunciaram uma palavra de protesto. Mas o problema é que é preciso ter uma certeza total de que o processo histórico é de fato e inevitavelmente como apresenta Marx. Em breve veremos que ele pode ser corrigido a partir das ideias do próprio Marx. (FERNANDES, 1982, p.164)

Ao “naturalmente” observar as conjunturas históricas da realidade concreta, a problemática questão sobre *o que fazer* encontrava sua solução no axioma em que: “se o mal existe é preciso combatê-lo com meios brutais, com o terror. Pisotear a liberdade pessoal, a dignidade pessoal do homem é sempre o maior dos males e o mais grave dos crimes.” (MICHAILOVSKI *apud*. TVARDOVSKAIA, 1978, p.35) Assim sendo, as conclusões do populismo clássico expressas nas palavras de Michailovski, levava a necessidade inadiável em modificar de modo radical aquela sociedade na qual imperavam atrozidades imposições ditatoriais do Estado e das classes dirigentes que “durante séculos haviam considerado o camponês como bestas de carga cuja única função era servi-los”, portanto não se tratava de interpretar o mundo e indignar-se com suas barbáries, senão tratava de transformá-lo.

Ainda sobre a “questão moral” mencionada por Konstantinovitch, aquelas poucas linhas são os reflexos dos intensos debates no cerne do movimento *narodniki* que pouco tempo depois culminariam no cisma de Zemlia i Volia. Com relação às duras determinações czaristas contra os populistas, tal como a primeira corte marcial contrarrevolucionária (TVARDOVSKAIA, 1978, p.24) e, em antítese aos “apóstolos da revolução pacífica” que preconizavam a elevação do grau da consciência do povo,



afirmavam: “O governo nos declara guerra e queiramos nós ou não nos aniquilará.” Cujas conclusões lógicas: “Naturalmente, podemos inclusive não nos defender, mas me atrevera em dizer que, até agora ninguém ganhou nada com esse tipo de posição. Nosso interesse é passar à ofensiva e eliminar de nosso caminho esse molesto obstáculo que não nos permite movermos como deveríamos.” (TVARDOVSKAIA, 1978, p.131) Esta questão por si só é um tácito indicativo da premência à luta *política*, assim como, da percepção de um conjunto original de problemas, da necessidade de novas estratégias à práxis *narodniki*, por fim, representou a crítica dos velhos dogmas como a crença no espírito revolucionário inato do camponês russo.

Esta nevrálgica “questão moral” deveu-se, segundo Tvardovskaia, principalmente ao fato de alguns dos populistas aproximaram-se da vida real e confrontaram o seu programa político com as exigências da realidade material, outros por sua vez se esforçavam de maneira tenaz em adaptar a realidade concreta ao programa e recusavam em bloco toda manifestação fenomênica que dele diferisse, Mijailov escreveu em fins dos anos 70: “a maioria não tem mais que um desejo: bater-se a fundo contra o poder estatal”, entretanto para outros *narodniki* acreditavam que: “a teoria tem um peso muito superior à da lógica dos fatos: eles, naturalmente, não compartilham essa posição”. (TVARDOVSKAIA, 1978, p.44) Franco Venturi sintetizou de maneira magistral essas tendências divergentes no seio do Populismo Russo:

Essa ‘ortodoxia’ da ala que podemos chamar ‘direita’ era, ao mesmo tempo, o sintoma de sua impotência política e a razão pela qual resultou estéril quando dela nasceu uma nova corrente [...] Como tantas “ortodoxias” políticas, também está soube conservar alguns valores morais e históricos que a nova força de combate se viu obrigada, em compensação, a queimar na ação, a consumir e inclusive repudiar; mas era uma conservação que tinha sentido para o futuro remoto, não para a luta política imediata [...]. (VENTURI, F. 1975, p.963)

Ao convidar-nos a imaginar um russo que “não viva nas esferas das abstrações puras” que “não seja indiferente aos aspectos práticos” da realidade concreta e, com efeito, tenha percebido que o “processo de sociabilização do trabalho”, isto é, o Modo



de Produção Capitalista em terras russas, encontrava grandes entraves e havia feito “poucos progressos” tornava-se imperativa a ação voltada à transformação. A partir disto, fez claras críticas à fileira dos “populistas puros”. Procurou elaborá-las “a partir de Marx” quando mencionou de maneira depreciativa Herzen enquanto “beletrista que descobriu a comuna rural russa não na Rússia, mas no livro do conselheiro de Estado prussiano Haxthausen” criticou o mimetismo dos primeiros que se irmanavam ao ocidentalismo do segundo.<sup>12</sup> Tendo em vista que a determinação essencial que regia os ideais e, por conseguinte os diversos momentos de práxis da vanguarda dos populistas revolucionários russos, sempre foi a transformação da estrutura social por meio da *práxis* revolucionária, ou seja, a concepção comumente aceita entre os *narodniki* de que “o revolucionário não prepara a revolução, ele a faz”, (TVARDOVSKAYA, 1978, p.214)<sup>13</sup> para Michailovski:

[...] não é difícil entender como Marx deve se posicionar diante das tentativas dos russos para encontrarem um caminho de desenvolvimento para a sua pátria diferente daquele que foi e é seguido pela Europa Ocidental. (Tentativas para as quais, como já se disse muitas vezes, não é necessário ser filoeslavo, nem manter uma fé mística na pretensa característica única e sublime da alma nacional russa, basta aproveitar as lições que nos são dadas pela história da Europa). Estas mesmas afirmações de Marx podem ser interpretadas justamente para explicar a necessidade que temos de insistir nestas tentativas. (FERNANDES, 1982, p.163)

O artigo do sociólogo russo para a revista *Otechestvenye Zapiski* evidenciou as imanências formativas da ala mais herética dos *narodniki*, a saber: a insofismável renúncia em aceitar de maneira mecânica a teoria de Marx; a rejeição do predado retorno ao “populismo ortodoxo de direita” e seu corolário programático de “conscientização das massas”, *a fortiori*, recusaram de modo taxativo o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista entre eles; alguns caudatários do liberalismo

<sup>12</sup> Nicolau Konstantinovitch Michailovski cita uma menção de Karl Marx a Herzen que consta no prefácio à primeira edição alemã de O Capital.

<sup>13</sup> É notável a proximidade com a 11ª tese de Marx sobre Feuerbach.



econômico defendiam, “segundo Marx” a necessidade do modo de produção capitalista. O fato paradoxal reside em que, neste momento da controvérsia, foram os primeiros que se esforçaram para extrair das premissas marxianas os fundamentos teóricos que sustentavam a viabilidade da passagem da Rússia ao socialismo por meio da expansão orgânica da *obchtchina* enquanto forma de sociabilidade. (MARX; ENGELS, 1990, p.7)

Consoante a Marx em sustentar que “a sociedade não pode saltar as fases naturais de seu próprio desenvolvimento ainda que tenha descoberto a lei natural desse desenvolvimento” deduzia disto que: “a maioria de nossos camponeses continua apoiando a *obchtchina*, não se poderá dizer que nosso país se oriente verdadeiramente para a lei segundo a qual a produção capitalista seria uma fase necessária no caminho do progresso” e terminava de modo um tanto “conservador”: “enquanto não se tenha modificado a convicção íntima das massas populares, nosso programa não tem necessidade de modificações.” Todavia, a situação histórica, paulatinamente, transformava-se à medida que o Estado czarista já havia posto em movimento com a Reforma de 1861, os mecanismos das formas capitalistas de exploração, o que por si só exigiam uma nova e revigorada análise. (TVARDOVSKAIA, 1978, p.37 ; WALICIKI, 1971, p.68).

A reprodução do transcurso histórico da Europa ocidental à Rússia, ou seja, fatalismo determinista cujo pressuposto consiste em que todos os povos percorram os mesmos e idênticos estágios históricos de desenvolvimento foi veementemente negado pelo próprio Marx em missiva escrita, entretanto nunca remetida, à redação de *Otechestvenye Zapiski*.<sup>14</sup> Carta esta que compõe um imprescindível e dos mais importantes documentos – justamente por privilegiar novas (re)leituras e possibilidades ainda não exploradas a partir das teorias do Marx Tardio – que parece ter sido abandonado “à crítica roedora dos ratos” (MARX, 2008, p.49). No entanto uma análise

<sup>14</sup> Marx não chegou enviar a carta à redação da revista por, segundo Engels, acreditar que seu nome poderia dificultar ou até mesmo colocar em perigo a existência do periódico, que era publicado de forma legal em São Petersburgo. (MARX; ENGELS, 2013, p.58).



sobre a obchtchina bem como sobre as possibilidades relacionadas ao evolver histórico russo, havia sido requisitada algum tempo antes, como se constata a partir da epístola remetida por Danielsón em março de 1877 onde se lê:

Mas como a questão da propriedade de terra tem para nós, como já mencionei, uma grande importância, e como você conhece não somente as fontes da Europa ocidental e todas as referidas à Rússia, utilizadas por Vasilchokov, senão também muitas outras (por suposto as que se acham impressas), talvez fosse possível que você se encarregasse de escrever um artigo para alguma revista russa (por exemplo para *Otechestvenye Zapiski*). Para nós seria uma grande satisfação receber uma resposta favorável de sua parte. (ARICÓ, 1981, p. 90-1)

Após estudar cuidadosa e minuciosamente a conjuntura russa Marx chegou ao resultado, expresso nos esboços que serviriam enquanto resposta à *Otechestvenye Zapiski*: “se a Rússia prosseguir no rumo tomado depois de 1861, ela perderá a melhor chance que a história jamais ofereceu a um povo, para, em vez disso, suportar todas as vicissitudes fatais do regime capitalista”. (MARX; ENGELS, 2013, p.66) A missiva não informa os pressupostos de subversão para tal caminho, as concisas analogias, assim como a proposital obscuridade se deviam ao fato de legalidade em que era publicada a revista, desta forma, não se poderia falar abertamente em revolução socialista.

Contudo em carta a Sorge datada de setembro de 1877 há algumas observações pertinentes ao possível desenrolar das conjunturas russas que, infelizmente, não se realizaram como o prognosticado. Não obstante, Karl Marx delineou o quadro que ensejou a Revolução de Outubro, ou seja, a situação belicosa e a desorganização interna do Estado russo em consequência da guerra, etc.

Esta crise é uma nova viragem à história da Europa. A Rússia – eu estudei a situação deste país com base em fontes originais em língua russa, oficiais e não oficiais – tem estado durante um longo período às margens da revolução. Todos os fatores para a revolução já estão presentes. Os aguerridos turcos, com o valente golpe que tem assestado não só ao exército e as finanças russas senão também a dinastia que comanda o exército..., tem adiantado em muitos anos a data da explosão. A mudança começará com uma comédia constitucional. Logo haverá





capitalista em formação [...], sobretudo aquelas que, despojando grandes massas de seus meios de produção e de subsistência tradicionais, lançam-nas de modo imprevisto no mercado de trabalho. Mas a base de toda essa evolução é a expropriação dos agricultores. Ela só se realizou de um modo radical na Inglaterra [...]. Mas todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo processo etc.” (MARX; ENGELS, 2013, p.66-67 ; p.787-788)

Ao argumentar que a passagem acerca da acumulação primitiva visa tão somente delinear as formas segundo as quais, na Europa ocidental, a ordem econômica capitalista formou-se a partir dos interstícios da ordem econômica feudal, Marx categoricamente limitou seu esboço das conjunturas e transformações sociais à Europa ocidental e *a fortiori* expôs seu concludente argumento quando acrescentou:

Ao final do capítulo, a tendência histórica da produção capitalista se reduz a isto: “engendra a sua própria negação com a mesma fatalidade que conduz as metamorfoses da natureza”, que ela mesma criou os elementos de uma nova ordem econômica, proporcionando ao mesmo tempo o maior impulso às capacidades produtivas do trabalho social e ao desenvolvimento integral de todo produtor individual e que a propriedade capitalista, baseada de fato já num modo de produção coletivo, só pode transformar-se em propriedade social. (MARX; ENGELS, 2013, p.67)

Ao demonstrar historicamente que, também os camponeses da antiga Roma eram livres, cultivavam suas próprias glebas etc., mas que quando foram separados dos meios de subsistência e de produção não se tornaram assalariados, senão uma turba, o socialista alemão coloca em relevo:

[...] acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica. (MARX; ENGELS, 2013, p.69)<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Alguns anos mais tarde Marx, em notas-comentários que não foram originalmente redigidas para serem publicadas, nega inclusive que tenha arquitetado um sistema: “Segundo o senhor Wagner, a teoria do valor



Apesar dos mal-entendidos de ambas as partes, é notável, fácil e claramente perceptível que Marx acabou por “legitimar” a perspectiva populista que buscava uma via autônoma e diferenciada para o desenvolvimento sócio histórico da Rússia.

Como é evidente, os possíveis desenvolvimentos da Rússia mostravam-se cada vez mais incertos; com o advento e acelerado incremento do capitalismo, as posições dos *narodniki* oscilavam de maneira constante ao longo do decurso histórico. A categórica negação da liberdade política, em suas diversas manifestações formais<sup>16</sup> modificaram a “esperança de consolidação política dos movimentos de opinião pública liberal” (VENTURI, 1975, p.906-907). Uma parcela dos populistas tinha plena noção de que “o inimigo do socialismo era e seguia sendo a burguesia”, além disto, acreditavam acharem-se “em vésperas de grandes acontecimentos revolucionários” (VENTURI, 1975, p.907-908) Em meio a tantas inseguranças e dificuldades teóricas e práticas, um dos únicos dogmas que os *narodniki* mantinha era a consciência da *temporalidade* da revolução e que a chance histórica que a Rússia tinha de “saltar” as fases intermediárias do desenvolvimento histórico, se evanesce a cada dia em que o estado de coisas permanecia inalterado.

A revolução populista somente seria possível se se produzisse rapidamente, quando a *obchtchina* ainda estava a salvo no campo e quando, todavia, se podia pensar em levar às massas populares a revolta contra a penetração cada vez mais profunda – entretanto recente e, portanto, deficiente – das relações capitalistas e burguesas na vida rural. Contra essa necessidade de atuar com prontidão, se erguia o Estado, o poder, o *tzar*. Tratar de eliminá-lo era perigoso e contraproducente [...]. Mas era o único modo de abrir caminho a uma revolução que mais adiante já não seria possível. (VENTURI, 1975, p.920)

---

de Marx é ‘a pedra angular de seu sistema socialista’. Como eu nunca construí nenhum ‘sistema socialista’, trata-se, evidentemente de uma fantasia dos Wagner, Schäffle e *tutti quanti*.” (MARX, 2015). Cabe ressaltar uma observação de Karl Korsch: “Até o final de sua vida, Marx lutou contra as incompreensões de suas investigações sobre o valor, incompreensões que veem ela como algo diferente do que o estudo das relações burguesas.” (KORSCH K, 1975, p.84).

<sup>16</sup> Podemos citar desde a censura da simples liberdade idiossincrática perpassando a mordaz severidade com que eram reprimidas as organizações sociais, por fim, as sevícias àqueles que se opunham diretamente ao regime.



Contra aqueles que criticavam os revolucionários russos por debaterem-se em uma luta inútil, visto que o socialismo na Rússia seria uma utopia, porquanto a inexistência da classe opressora burguesa, logo, a Emancipação Humana não poderia triunfar, os populistas respondiam:

[...] na realidade as relações capitalistas estavam presentes na Rússia, a Reforma Camponesa de 1861 havia sido o passo decisivo neste sentido e que teriam que tomar nota desta situação. Recordando a polêmica de Marx (na realidade de Engels) contra Tkatchov, não podiam deixar de dar razão ao primeiro. Quer dizer, aceitavam a análise sociológica marxista: “Na Rússia não há escravidão, nem servidão, senão relações burguesas”. E não era necessário esperar que estas se desenvolvessem mais. “Nada mais estúpido que a afirmação de que o socialismo só é possível em uma sociedade burguesa desenvolvida”, respondiam. Nasce onde quer que haja desigualdade e exploração. (VENTURI, 1975, p.920-921)<sup>17</sup>

O rápido evoluir do modo de produção capitalista na Rússia produzia um fenômeno jamais visto, isto é, a concomitância entre dois modos de produção diametralmente opostos, não obstante, articulados pelo mercado mundial, portanto, a especificidade histórica da Rússia consistia na possibilidade desta apropriar-se do nível acumulado do desenvolvimento das forças produtivas logrado pelo ocidente, dos progressos científicos, mecânicos e sociais, em suma de todo o *savoir a faire* próprio do Modo de Produção Capitalista, sem estabelecer esta tipologia societária. Argumentavam – a partir dos influxos das teorias marxianas, mais ou menos modificadas conforme sua realidade concreta – que a passagem da manufatura às fábricas industriais era um passo à frente, entretanto a decomposição do obchtchina, em seguida a transição ao capitalismo seria um retrocesso.

O populismo seguia sendo, em suma, o único socialismo possível na Rússia, dada a situação do país. [...] Não aceitavam o materialismo, não

---

<sup>17</sup> “Para que haja exploração, é necessário e basta com efeito que os produtores diretos não sejam capazes de decidir o conjunto do volume e do sobretrabalho que fornecem.” (sic). Cf. (TERRAY, 1979.p.176-7).



compartilhavam o trabalhismo de Marx<sup>18</sup>, ainda que, admitindo, em suas linhas gerais o exame que ele fez do desenvolvimento da sociedade burguesa. E não acreditavam em um socialismo que só nasceria ao término do desenvolvimento capitalista. Eram os liberais os que sustentavam esta ideia e polemizavam com os populistas afirmando que a sociedade ainda não estava madura, e inclusive não podia definir-se como capitalista, e que por isso o socialismo não podia existir na Rússia. [...] Enquanto o capitalismo da Europa ocidental havia se desenvolvido com a queda da obchtchina campestre, recriando depois nas fábricas um “espírito coletivo”, na Rússia este coletivismo não havia desaparecido ainda, seguia vivo nas aldeias e nas comunidades agrícolas. Por isso o que na Europa era progressivo, na Rússia podia resultar regressivo. (VENTURI, 1975, p.921)

Em outro momento, ainda ao responder as questões colocadas por russos, em sua resposta à Vera Zasulitch, Marx asseverou que em sua obra tratava tão somente do evoluir do modo de produção capitalista e a forma particular segundo a qual isto ocorreu em uma determinada localidade geográfica, “portanto a ‘fatalidade histórica’ deste processo estava expressamente restrita aos países da Europa Ocidental.” (MARX; ENGELS, 2013, p.114) A crítica aos capitalistas liberais – ressaltamos novamente que alguns inclusive ironicamente baseavam suas observações em *O Capital* – que servil e apologeticamente censuravam os postulados *narodniki*, o socialista alemão questionou:

Se os porta-vozes dos “novos pilares sociais” negarem a possibilidade *teórica* da evolução indicada da comuna rural moderna, pergunto-lhes: a Rússia foi obrigada, como no Ocidente, a passar por um longo período de incubação da indústria mecânica para ter acesso a máquinas, barcos a vapor, ferrovias etc.? Pergunte-lhes, ademais, como fizeram para introduzir entre si num piscar de olhos todo o mecanismo de trocas (bancos, sociedades por ações etc.), cuja produção custou séculos ao Ocidente. (MARX; ENGELS, 2013, p.94-95)

Assim sendo, a sociedade russa não precisou de um longo processo de desenvolvimento próprio destas tecnologias e instituições, com efeito, tal fato reforçava a viabilidade de um caminho alternativo para o desenvolvimento histórico da Rússia. Não

<sup>18</sup> Este suposto “trabalhismo”, foi categoricamente negado pelo Karl Marx no final dos anos 1870. Em seus escritos, tanto à redação de *Otechestvennye Zapiski*, quanto nas cartas à Danielsón, Marx, aparece como um “Marx herético, um crítico de si mesmo e do ‘marxismo’”.



obstante a conservação da comuna rural russa, assim como sua evolução em sentido socialista, constituía para Marx uma inegável possibilidade teórica à Rússia, para tanto, alguns pontos se faziam imperativos:

Falando em termos teóricos, a “comuna rural” russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um *ponto de partida direto* do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista, regime que, considerado exclusivamente do ponto de vista de sua *duração* possível, conta muito pouco na vida da sociedade. (MARX; ENGELS, 2013, p.96)

### Considerações finais

Portanto, a partir dos escritos do último período da vida de Marx, o qual dois estudiosos ingleses caracterizam como “um recurso fundamental e escandalosamente abandonado pelos socialistas de hoje” (SHANIN, 1990, p.121), podemos depreender as vicissitudes na concepção materialista da história, onde nos deparamos com um Marx que rompe com todo determinismo e fatalismo históricos. Marx jamais interpretou o movimento da História como uma trajetória rígida e unilinear. Conquanto as especificidades históricas (KORSCH, 1975, p.25-41) inerentes às formas de sociabilidade carregam em si particularidades dissonantes que poderiam desenvolver-se de maneira diametralmente opostas umas às outras. Sua importância é concomitantemente histórica e política, ao passo que nos auxilia a “compreender e situar melhor uma etapa decisiva no pensamento e na ação de Marx e Engels, além disto, reincorpora e instala em um lugar privilegiado uma massa de materiais que formam parte da história do marxismo e que, sem a qual toda nova tentativa de reconstrução resultaria falida” (KORSCH, 1975, p.XIV).

### Referências



ARICÓ, José. (org.) *Correspondencia 1868 - 1895: Karl Marx; F. Danielsón; Friedrich Engels*. México, Siglo XXI, 1981.

BALIBAR, É. *A filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: RJ. Jorge Zahar Ed., 1995.

COSTA NETO, P. L. "Marx Tardio: notas introdutórias. " In: *Crítica Marxista*, vol. 1 n.17, São Paulo: UNICAMP, 2003.

DUSSEL, Enrique. *El Último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. México, Siglo XXI, 1990

FERNANDES, R. C. *Dilemas do Socialismo. A controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GODELIER, M. *Marx – Engels. Sobre el modo de producción Asiático*. Ediciones Martinez Roca, S.A. Barcelona, 1969.

IONESCU, GHITA; GELLNER, ERNEST. (orgs.) *Populismo: sus significados y características nacionales*. Amorrortu editores, Buenos Aires, 1969.

KORSCH K, *Karl Marx*. Traducción castellana de Manuel Sacristán. Editorial Ariel Barcelona, 1975.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008,

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. 7ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

MARX, KARL. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEHRING, F. *Karl Marx: A História de sua Vida*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

RIAZANOV, D. *Marx: O homem, o pensador, o revolucionário*. São Paulo: Global, 1984.

SHANIN, T. (org.). *El Marx Tardio y la via Rusa. Marx y la periferia del capitalismo*. Madrid, Editorial Revolución, 1990.



TERRAY, Emmanuel. *O marxismo diante das Sociedades Primitivas*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

TVARDOVSKAYA, V. A. *El Populismo Ruso*. Siglo XXI Editores, España, 1978.

WALICKI, ANDRZEJ. *Populismo y marxismo en Rusia*. Editorial Estela, España, 1971

VENTURI, Franco. *El Populismo Ruso*. Tomo I e II. Espanha, Revista de Occidente S.A., 1975.



## CAPITALISMO, SUICÍDIO E CRISE AMBIENTAL: A PARTIR DE UMA LEITURA ECOSSOCIALISTA E FEMINISTA.

Laís Machado Ribeiro Luz<sup>19</sup>

### Resumo

Os tentáculos do sistema capitalista atravessam todas as dimensões da vida social, evidenciando a urgência de uma atenção crítica às suas consequências sobre a vida humana e a natureza. Mesmo sob novas roupagens, como o chamado “capitalismo verde”, a lógica de mercado permanece orientada pela valorização do lucro em detrimento da dignidade das populações e do equilíbrio ambiental, recaindo de forma mais intensa sobre grupos socialmente vulnerabilizados, especialmente mulheres e populações pobres. Este trabalho propõe uma reflexão sobre a relação entre capitalismo, crise ambiental e suicídio, compreendendo o suicídio como expressão extrema do adoecimento social produzido pelo sistema capitalista. O objetivo central é evidenciar que o ecossocialismo e os feminismos oferecem caminhos para uma transformação radical da sociedade, orientada pela defesa da vida, pela igualdade de gênero e pela preservação da natureza. Trata-se de um ensaio teórico de caráter crítico-dialético, fundamentado na metodologia proposta por Severino (2014), compreendendo a análise como movimento de problematização das contradições históricas e de articulação entre categorias teóricas e realidade social concreta, com base em Karl Marx, Michael Löwy, Silvia Federici e Vandana Shiva. Conclui-se que o enfrentamento das crises contemporâneas exige uma transformação estrutural radical, na qual o ecossocialismo feminista se apresenta como alternativa ética e política ao modelo destrutivo do capital.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Suicídio; Crise ambiental; Feminismo; Ecossocialismo.

### Introdução

A intensificação das crises sociais, ambientais e subjetivas tem evidenciado os limites estruturais do modo de produção capitalista. A degradação dos ecossistemas, o aprofundamento das desigualdades sociais e o aumento de formas extremas de sofrimento humano revelam que a lógica de organização da vida orientada pelo lucro produzindo tanto a destruição material, quanto o adoecimento social. Nesse contexto, torna-se cada vez mais insuficiente tratar fenômenos como a crise ambiental ou o suicídio

---

<sup>19</sup> Bacharel em Teologia (UNICESUMAR) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).



a partir de explicações individualizantes, técnicas ou moralizantes, dissociadas das condições históricas e estruturais que os produzem.

Entre essas expressões extremas do adoecimento social, o suicídio emerge como um fenômeno particularmente revelador. Longe de ser compreendido apenas como resultado de fragilidades individuais, o suicídio pode ser analisado como sintoma de uma sociedade que subordina a vida humana à lógica do valor, da produtividade e da mercantilização. Já no século XIX, Karl Marx (2023b) apontava que o desespero individual está profundamente vinculado às estruturas sociais de opressão, antecipando uma leitura crítica que permite compreender o suicídio como expressão social de uma vida tornada insuportável.

Ao mesmo tempo, a crise ambiental evidencia que a exploração capitalista não se limita ao trabalho humano, mas se estende à natureza, rompendo ciclos vitais e comprometendo as bases materiais da existência. A articulação entre essas crises revela que o adoecimento subjetivo e a destruição ambiental fazem parte de um mesmo processo histórico, no qual a vida humana e não humana é constantemente sacrificada em nome da acumulação. Essa dinâmica atinge de forma desigual diferentes grupos sociais, recaindo de maneira mais intensa sobre populações vulnerabilizadas, especialmente mulheres, pessoas pobres e comunidades situadas em territórios periféricos.

Diante desse cenário, este trabalho propõe uma reflexão sobre a relação entre capitalismo, crise ambiental e suicídio, compreendendo o suicídio como expressão extrema do adoecimento social produzido pelo sistema capitalista. O objetivo central é evidenciar que o ecossocialismo, em diálogo com os feminismos, particularmente o feminismo marxista, o feminismo negro e o ecofeminismo, oferece elementos fundamentais para pensar alternativas éticas e políticas orientadas pela defesa da vida, pela justiça social e pela preservação da natureza.



Metodologicamente, o ensaio adota a perspectiva crítico-dialética, compreendendo os fenômenos sociais como expressões históricas das contradições estruturais do modo de produção capitalista, articulando categorias de alienação, ruptura metabólica e reprodução social, fundamentado na proposta de Antônio Joaquim Severino (2014), articulando contribuições de Karl Marx, Michael Löwy, Silvia Federici, Angela Davis e Vandana Shiva. Ao mobilizar essas perspectivas, busca-se demonstrar que enfrentar as crises contemporâneas exige uma crítica radical às estruturas que produzem sofrimento, bem como a construção de novos horizontes civilizatórios capazes de recolocar a vida no centro do projeto social.

### 1.1 Capitalismo, alienação e adoecimento social

Pensar o suicídio fora de uma chave individualizante exige, antes de tudo, compreender que o capitalismo não organiza apenas a produção econômica, mas engloba toda a existência. Trata-se de um modo de produção que atravessa a vida cotidiana, as relações afetivas, o tempo, o corpo e a maneira como os sujeitos atribuem sentido à própria experiência. É nesse horizonte que Marx e Engels afirmam, em *A ideologia alemã* (1989), que os homens produzem a si mesmos ao produzirem suas condições materiais de vida, rompendo com qualquer tentativa de explicar o sofrimento humano a partir de uma consciência abstrata ou de desvios morais.

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (Marx; Engels, 1989, p. 13)

Essa formulação é central porque desloca o debate sobre o sofrimento para o campo das relações sociais concretas. A alienação, nesse sentido, não se limita ao trabalho assalariado, mas se estende à forma como os indivíduos se percebem, se relacionam e vivem o mundo social. O isolamento, a solidão e a sensação de inadequação



não surgem como experiências privadas, mas como efeitos de uma sociabilidade fundada na competição, na desigualdade e na mercantilização da vida.

É justamente esse horizonte que atravessa o texto Sobre o suicídio (2023b). A escolha do livro como uma das bases centrais deste trabalho não parte de uma curiosidade marginal na obra de Marx, tampouco de um interesse episódico por um tema considerado “sensível”. Parte, antes, da compreensão de que o suicídio aparece nesse texto como uma denúncia radical da sociedade burguesa e de seus efeitos concretos sobre a vida. Marx não escreve sobre o suicídio para explicar indivíduos, mas para expor uma sociedade que produz desespero como parte de seu funcionamento cotidiano.

Ao recorrer aos registros de Jacques Peuchet, Marx desloca deliberadamente o debate do campo moral e médico para o terreno da crítica social. O suicídio não é apresentado como desvio, fraqueza ou patologia, mas como resposta extrema a condições de vida marcadas por opressões silenciosas, violências naturalizadas e ausência de alternativas reais de existência. O que está em jogo não é o ato em si, mas o que ele revela sobre a organização da sociedade. Dessa forma, “O suicídio é significativo, tanto para Marx como para Peuchet, sobretudo como sintoma de uma sociedade doente, que necessita de uma transformação radical” (Löwy, 2023, p. 19)

Dessa forma, o livro de Marx ocupa um lugar estratégico neste trabalho. Ele permite compreender o adoecimento humano como parte de uma crise mais ampla da vida sob o capitalismo. Uma crise que não se limita ao trabalho, mas atravessa a família, o corpo, os afetos e as possibilidades de futuro. A vida, submetida à lógica da mercadoria, deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser algo que precisa constantemente se justificar. Ao analisar relatos concretos de suicídios ocorridos na sociedade burguesa do século XIX, Marx se distancia de leituras moralizantes ou patologizantes e expõe o caráter profundamente social desse fenômeno. O suicídio aparece como resposta extrema a uma vida que se tornou insuportável, marcada por opressões múltiplas e pela ausência de alternativas reais de existência.



Entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas-irritáveis a buscar a morte, seres passionais e melancólicos, descobri os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças, os castigos secretos, que pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência. *A Revolução não derrubou todas as tiranias; os males que se reprovavam nos poderes despóticos subsistem nas famílias; nelas eles provocam crises análogas às daquelas das revoluções.* (Marx, 2023b, p. 28-29, grifo do autor).

Essa leitura permite compreender o suicídio como expressão extrema do adoecimento social, isto é, como sintoma de uma forma histórica de organização da vida que transforma a existência humana em meio para a valorização do capital, esvaziando seu sentido enquanto fim em si mesma. Michael Löwy (2023), ao retomar esse texto, destaca sua impressionante atualidade. Para o autor, Marx antecipa uma crítica radical à modernidade capitalista ao revelar que o sofrimento psíquico e a autodestruição não são desvios, mas produtos necessários de uma sociedade fundada na exploração e na negação da dignidade humana (p.20).

Não obstante seus limites evidentes, esse pequeno e quase esquecido artigo do jovem Marx é uma preciosa contribuição a uma compreensão mais rica das injustiças sociais da moderna sociedade burguesa, do sofrimento que suas estruturas familiares patriarcais infligem às mulheres e do amplo e universal objetivo emancipador do socialismo. (Löwy, 2023, p. 22)

Ao trazer o suicídio para o centro da crítica social, Marx não oferece respostas fáceis, mas escancara os limites de uma sociedade que transforma a existência em sobrevivência. Retomar esse texto hoje significa afirmar que o sofrimento não é um problema individual a ser corrigido, mas uma questão política e estrutural. E é a partir dessa compreensão que se torna possível articular o adoecimento subjetivo às demais crises produzidas pelo capitalismo, entre elas a crise ambiental e as formas específicas de violência que recaem sobre as mulheres.

## 1.2 Crise ambiental e ruptura metabólica: a crise da vida sob o capital



Se o suicídio aparece, como visto anteriormente, como expressão extrema do adoecimento social, a crise ambiental pode ser compreendida como outra face dessa mesma lógica destrutiva. Não se trata de crises separadas, nem de fenômenos paralelos. A devastação da natureza e o sofrimento humano respondem à mesma racionalidade: um sistema que organiza a vida a partir da acumulação, do crescimento ilimitado e da mercantilização de tudo o que existe.

A partir da leitura de Marx, John Bellamy Foster (2005), recupera o conceito de metabolismo social para explicar a relação material entre sociedade e natureza mediada pelo trabalho. Em Marx, esse metabolismo diz respeito ao intercâmbio vital por meio do qual os seres humanos, ao transformarem a natureza, também se transformam. No entanto, sob o capitalismo, esse processo deixa de obedecer às necessidades da vida e passa a ser subordinado às exigências do lucro, produzindo aquilo que Foster denomina ruptura metabólica.

A posição deles - que se tornou mais clara com a evolução dos seus escritos - era antes a de estimular uma relação sustentável entre os seres humanos e a natureza através da organização da produção de modos que levassem em consideração a relação metabólica entre os seres humanos e a terra. (Foster, 2005, p. 195).

Essa ruptura não é um efeito colateral do desenvolvimento capitalista, mas um de seus fundamentos. Ao separar cidade e campo, ao expropriar os nutrientes do solo, ao organizar a produção agrícola e industrial em função do mercado, o capitalismo rompe os ciclos naturais de regeneração e compromete as bases materiais da vida. Marx já havia identificado esse processo ao analisar a agricultura capitalista e seus efeitos destrutivos sobre a terra.

[...]E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da



América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (Marx, 2023a, p. 573-574)

Essa passagem evidencia que a exploração da natureza e do trabalho integram um mesmo movimento histórico no capitalismo, no qual tanto o solo quanto o trabalhador são consumidos até a exaustão. A natureza deixa de ser reconhecida como condição da vida e passa a ser tratada como recurso disponível à apropriação e ao descarte. A crise ambiental, assim, expressa uma contradição estrutural de um sistema que subordina a vida à lógica do crescimento e da acumulação, produzindo impactos desiguais sobre as populações mais vulnerabilizadas.

Löwy (2014) define o ecossocialismo como uma corrente que retoma o núcleo crítico do marxismo, ao mesmo tempo em que rompe com suas leituras produtivistas e desenvolvimentistas. Não se trata de um “socialismo verde”, tampouco de uma ecologia adaptada ao mercado, mas de uma crítica radical ao capitalismo enquanto modo de produção destrutivo da vida. Nesse sentido, o autor afirma: “Portanto, o que é o ecossocialismo? Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas as aquisições fundamentais do marxismo - ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas.” (Löwy, 2014, p. 41).

Essa incompatibilidade, entre o capitalismo e a ecologia, revela que propostas como o chamado “capitalismo verde” operam mais como estratégias de contenção política do que como respostas efetivas à crise ecológica. Ao prometer ajustes técnicos, compensações ambientais ou mudanças individuais de comportamento, tais propostas mantêm intactas as estruturas de exploração e ocultam o caráter sistêmico da destruição ambiental. O ecossocialismo, ao contrário, propõe uma transformação radical das relações sociais de produção e do modo como a humanidade se relaciona com a natureza. Trata-se de reorganizar a produção a partir das necessidades humanas reais e



dos limites ecológicos do planeta, substituindo a lógica do lucro pela lógica da vida. Essa transformação implica não apenas uma crítica abstrata ao produtivismo, mas mudanças concretas na organização da vida cotidiana, especialmente nos sistemas de transporte, energia e produção urbana.

### 1.3 Feminismo marxista, corpo e reprodução da vida

A crítica marxiana ao suicídio, ao evidenciar a permanência das tiranias no interior da família burguesa, abre um campo fundamental de diálogo com o feminismo marxista. Ao afirmar que a Revolução não aboliu as opressões cotidianas, mas as deslocou para o espaço doméstico, Marx (2023b) antecipa uma problemática aprofundada pelas feministas: a centralidade da reprodução da vida como terreno privilegiado da dominação capitalista e patriarcal.

Silvia Federici, em *Calibã e a bruxa* (2024), demonstra que a consolidação do capitalismo envolveu não apenas a expropriação econômica, mas também o controle sistemático dos corpos, especialmente os das mulheres. A acumulação primitiva implicou a destruição de formas comunitárias de vida e a imposição de uma divisão sexual do trabalho que naturalizou, invisibilizou e não remunerou o trabalho reprodutivo feminino. “Caçar as bruxas foi também fundamental para a construção de uma nova ordem patriarcal em que o corpo das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos” (p. 313–314).

Ao deslocar a análise da acumulação primitiva para a posição social das mulheres e para a produção da força de trabalho, Federici explicita limites da análise marxiana clássica, centrada no proletariado assalariado masculino. Esse deslocamento teórico permite evidenciar dimensões estruturais da acumulação capitalista que permanecem secundarizadas quando a reprodução da vida é tratada como esfera marginal.

Contudo, minha análise se afasta da de Marx por duas vias distintas. Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado do sexo masculino e do desenvolvimento da



produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que ela introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. (Federici, 2024 p. 34)

Segundo a autora, a violência não constitui uma etapa transitória do capitalismo, mas um elemento recorrente de sua expansão. A degradação das mulheres, a expropriação de territórios, a guerra e o saque não aparecem como resquícios arcaicos, mas como condições permanentes da reprodução do capital. O feminismo marxista contemporâneo sustenta que a crise do capitalismo é indissociável da crise da reprodução social. A reprodução, aqui, não se refere a uma função biológica, mas a um conjunto de práticas historicamente organizadas para garantir a produção e a manutenção da força de trabalho.

[...] se, na sociedade capitalista, a “feminilidade” foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a “história das mulheres” é a “história das classes”, e a pergunta que devemos nos fazer é se se transcendeu a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular. Se a resposta for negativa (tal como ocorre quando consideramos a organização atual do trabalho reprodutivo), então a “mulher” é uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à “reprodução” permanecem um terreno de luta fundamental para as mulheres – como eram para o movimento feminista dos anos 1970, que, nesse sentido, se relacionava com a história das bruxas. (Federici, 2024, p. 39)

Essa leitura articula o sofrimento subjetivo à organização material da vida, permitindo compreender o adoecimento não como efeito colateral, mas como resultado direto de um sistema que sustenta sua reprodução pela exaustão contínua dos corpos e dos territórios, subordinando a vida à lógica do valor.

Marx (2023b) analisa o suicídio a partir de diferentes posições de classe, evidenciando que o sofrimento social atravessa amplamente a sociedade, mas se intensifica quanto mais distantes os sujeitos se encontram de condições dignas de existência. As experiências de adoecimento, portanto, não se distribuem de maneira homogênea. Nesse sentido, a análise da reprodução da vida não pode partir de uma



experiência feminina universal. A divisão histórica entre produção e reprodução opera de forma diferenciada conforme raça e classe. O ideal burguês da mulher confinada ao espaço doméstico refere-se fundamentalmente à experiência das mulheres brancas, enquanto, para as mulheres negras, marcadas pela escravidão e pelo colonialismo, essa separação nunca se efetivou plenamente, pois seus corpos sempre foram mobilizados como força de trabalho produtiva e reprodutiva.

Essa diferenciação racial evidencia os limites de análises centradas na figura do trabalhador assalariado masculino ou no ideal burguês da domesticidade. Como demonstra Davis (2016), o trabalho sempre ocupou um lugar central e compulsório na vida das mulheres negras, o que exige referenciais específicos para compreender suas experiências de exploração no capitalismo.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão [...]. (Davis, 2016, p.24)

Ao analisar a escravidão, Davis demonstra que as mulheres negras foram sistematicamente reduzidas à condição de força de trabalho, tendo sua existência subordinada às exigências da produção. Diferentemente da ideologia da feminilidade construída no século XIX para as mulheres brancas, as mulheres negras eram tratadas prioritariamente como unidades produtivas. Como observa a autora: "A mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa." (Davis, 2016, p. 24). Essa condição revela que, no sistema escravista, gênero e trabalho operavam de forma instrumental, ora apagando o gênero, ora reduzindo essas mulheres à sua função reprodutiva.

Nesse contexto, a reprodução da vida assumiu contornos particularmente violentos. Com o fim do tráfico internacional, a capacidade reprodutiva das mulheres negras passou a ser apropriada como mecanismo de ampliação da força de trabalho, e



não reconhecida como experiência materna. A reprodução aparece, assim, como parte central da engrenagem de exploração capitalista e racial.

Dessa forma, Davis amplia a crítica de Federici ao demonstrar que a violência não recua com o amadurecimento do capitalismo, mas permanece como elemento constitutivo da reprodução da força de trabalho. A análise da reprodução social, portanto, exige considerar a articulação entre raça, gênero e classe na produção do sofrimento e da negação sistemática da dignidade humana, que recaem de maneira desproporcional sobre as mulheres negras.

#### 1.4 Vandana Shiva, ecofeminismo e a defesa da vida

Embora Vandana Shiva não se identifique como marxista, sua obra dialoga diretamente com críticas estruturais ao capitalismo, especialmente no que se refere à mercantilização da natureza e à violência colonial. Em *Terra viva: minha vida em uma biodiversidade de movimentos*, a autora se insere no campo do ecofeminismo ao articular a defesa da biodiversidade à luta das mulheres e dos povos camponeses, compreendendo a crise ambiental como consequência direta de um modelo econômico que subordina a vida à lógica do lucro (Shiva, 2024).

Nesse contexto, Shiva analisa como a financeirização da agricultura, a imposição de sementes patenteadas e o endividamento compulsório produziram sofrimento extremo no campo indiano, culminando em uma onda de suicídios de agricultores, fenômeno que a autora interpreta como expressão de uma violência estrutural.

As estratégias de reprodução empresarial e industrial não só são incapazes de lidar com as mudanças climáticas, como as sementes geneticamente modificadas estão matando os agricultores. Na Índia, milhares de agricultores cometeram suicídio em razão de dívidas causadas pelos altos custos e pelas sementes não confiáveis que são vendidas pelas grandes corporações. Os suicídios concentram-se em áreas que se tornaram dependentes de sementes comerciais e são mais intensos onde o algodão Bt (geneticamente modificado) foi vendido. Essas sementes são sementes do suicídio e da escravidão. Não há suicídios onde os agricultores usam sementes ancestrais e variedades tradicionais. (Shiva, 2024, p. 24)



A relevância desse relato reside no fato de que Shiva não compreende o suicídio como acontecimento isolado ou fragilidade individual, mas como expressão extrema de uma violência estrutural do capitalismo agrário. Assim como em Marx (2023), o suicídio aparece como sintoma de um sistema que retira dos sujeitos as condições materiais e sociais de existência, cujos efeitos não se encerram no ato suicida.

Embora muitas das vítimas diretas sejam homens agricultores, são as mulheres (esposas, mães e companheiras) que permanecem arcando com as consequências materiais, emocionais e sociais do colapso, como o endividamento, a insegurança alimentar e a continuidade do trabalho no campo. Mesmo quando não são levadas ao suicídio, elas sofrem de forma prolongada e estrutural os efeitos de um sistema que destrói as bases da vida, evidenciando a imbricação entre crise ambiental, crise da reprodução social e sofrimento psíquico.

O ecofeminismo de Vandana Shiva contribui para este trabalho ao evidenciar que a exploração da natureza e da vida humana obedecem à mesma racionalidade. A destruição dos bens comuns e a mercantilização das sementes recaem de forma particular sobre as mulheres, que historicamente sustentam a reprodução da vida. Ainda que parta de um referencial distinto do marxismo clássico, sua obra converge com a crítica ecossocialista ao afirmar que defender a vida exige enfrentar as estruturas econômicas que produzem morte, adoecimento e despossessão.

Essa centralidade das mulheres manifesta-se de forma concreta em experiências de resistência como o Movimento Chipko, iniciado na Índia na década de 1970, no qual mulheres camponesas se organizaram para impedir o desmatamento, defendendo simultaneamente as florestas e as condições materiais de existência de suas comunidades. O Chipko expressa, assim, o ecofeminismo como prática política, no qual a defesa da natureza emerge como defesa da vida em sua totalidade.

Dessa forma, ao articular a crítica marxiana ao suicídio, a noção de ruptura metabólica e a centralidade da reprodução da vida, o ecossocialismo permite



compreender o suicídio como expressão extrema de uma crise civilizatória que subordina a vida humana e a natureza à lógica do capital.

### Considerações finais

Este trabalho partiu da crítica marxiana ao suicídio para compreendê-lo não como fenômeno individual, mas como expressão social das contradições estruturais do capitalismo. Ao evidenciar que a violência produzida pelo sistema atravessa diferentes posições de classe, Marx (2023b) possibilita compreender o suicídio como sintoma de uma organização social que nega as condições históricas de reprodução da vida.

A incorporação do feminismo marxista, especialmente a partir de Silvia Federici (2024), aprofundou essa análise ao deslocar o foco da produção para a reprodução da vida, demonstrando que a exploração capitalista se sustenta também pela naturalização e invisibilização do trabalho reprodutivo feminino. A introdução do feminismo negro, a partir de Angela Davis (2016), evidenciou que essa exploração opera de forma racializada, exigindo considerar raça e classe como dimensões constitutivas da reprodução capitalista.

A aproximação com o ecofeminismo de Vandana Shiva (2024) permitiu articular sofrimento social, crise ambiental e reprodução da vida, evidenciando que a destruição das condições materiais de existência produz desespero extremo e afeta de maneira prolongada as mulheres que sustentam a vida em contextos de colapso ecológico e endividamento estrutural. Assim, o suicídio aparece não como evento isolado, mas como expressão limite de uma racionalidade que subordina a vida humana e não humana às exigências da acumulação.

O deslocamento interpretativo proposto por este ensaio consiste em retirar o suicídio do campo psicologizante ou estritamente individualizante e reinscrevê-lo no interior da crítica da economia política, articulando-o à ruptura metabólica e à crise da reprodução social. Ao relacionar autodestruição, devastação ambiental e exploração dos



corpos e territórios, o texto evidencia que tais fenômenos não são crises paralelas, mas dimensões de uma mesma crise civilizatória fundada na primazia do valor sobre a vida.

Nesse sentido, a articulação entre marxismo, feminismo marxista, feminismo negro e ecofeminismo não apenas amplia a compreensão do sofrimento social, mas contribui para recolocar a vida, humana e não humana, como princípio normativo da organização social. Enfrentar essa crise exige mais do que respostas técnicas ou soluções individuais, demandando uma reorganização radical das formas de produzir, reproduzir e existir. Nesse horizonte, o ecossocialismo emerge, em diálogo com os feminismos, como projeto ético-político orientado pela defesa incondicional da vida.

## Referências

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2024.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÖWY, Michael. *Marx, esse desconhecido*. São Paulo: Boitempo, 2023.

LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa et al. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023a.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2023b.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SHIVA, Vandana. *Terra viva: minha vida em uma biodiversidade de movimentos*. São Paulo: Boitempo, 2024.





## Introdução

Este texto tem por seu principal objetivo entender as vias históricas que levaram ao desenvolvimento da questão agrária no entremeio da formação socioeconômica brasileira, suas determinações, caracterização e manifestação na conjuntura mais recente, a partir de referenciais bibliográficos marxistas. Busca-se discutir, não as ocorrências históricas como fatos sociais sem mediações entre si ou apartado de determinações socioeconômicas e políticas, ou mesmo desprovida de interlocução e processualidade. Ou seja, a compreensão da historicidade que conforma a questão agrária será apreendida e problematizada a partir da perspectiva de totalidade, do movimento da dialética pertinente a realidade concreta, das contradições e dos sujeitos sociais que constroem o tecido da vida social.

Dessa forma, as problematizações aqui presentes foram desenvolvidas com atenção às determinações que deram formulação ao processo que engendrou o que se entende por *questão agrária* e as latentes consequências que moldam as relações de trabalho no campo, no atual cenário brasileiro, porque se entende que a história de suas contradições está entrelaçada com o processo de desenvolvimento do capitalismo nacional, suas particularidades e contradições.

Entende-se por questão agrária um conjunto diverso de problemáticas de caráter histórico, político, econômico, dentre outras, que se desenvolveram no meio rural, conformando contradições estruturais decorrentes tanto do desenvolvimento quanto da dinâmica capitalista e das relações sociais fundamentais dessa sociedade, que levaram a apropriação privada da terra, à sua separação dos produtores diretos (trabalhadores rurais e campesinato) e a indissociabilidade com a produção e reprodução social determinada pela ordem burguesa. Em outras palavras e em síntese, por questão agrária se compreende as diversas expressões contraditórias no meio rural (lutas sociais pela terra, latifúndio, produção monocultora, desigualdade entre os



sujeitos históricos que compõe as relações sociais no campo etc.), então decorrentes da forma como é apropriada e como a produção é organizada a partir da terra.

O processo de desenvolvimento da questão agrária no Brasil é, sem dúvidas, expressão da história da evolução do sistema capitalista nacional. Isso pode ser constatado desde a escravatura à atual desigualdade na distribuição da posse/propriedade de terra. Através do estudo da exploração do trabalho rural, é possível entender como a lógica capitalista se apropria do trabalho e das relações sociais a procura de acumulação de riqueza de um lado e como constrói miséria do outro, proporcionando grande fartura para uma minoria, em detrimento de dura penúria para uma expressiva maioria populacional.

É de extrema importância que não se enxergue a questão agrária com contradições unicamente rurais, sem apresentar interlocução com outras dimensões da vida social. O estudo da questão agrária não só revela a atroz exploração da força de trabalho no campo, mas também mostra que as relações de trabalho no ambiente urbano são decorrentes de um mesmo sistema que aprisiona o trabalhador, o explora como fonte de produção de riqueza, o aliena e ao mesmo tempo renova sua força de trabalho para que seja capaz de refazer todo esse processo contraditório.

Assim, é importante compreender os fundamentos desse sistema num contexto rural-nacional, bem como as reações populares à expropriação de direitos, a violência em nível institucional, social e legislativo contra esses trabalhadores e, principalmente, como toda essa estrutura culmina na atual luta por direitos e busca por possibilidades de bem-estar social na zona rural, através de melhores condições de trabalho e uma garantia de autonomia pela produção de itens produzidos por pequenos produtores do setor primário, seja através de direitos trabalhistas, seja pela redistribuição de terras.



Sendo assim, a reforma agrária tem papel crucial na busca pelo fortalecimento dos trabalhadores rurais e no atendimento de demandas históricas que apresentam, uma vez que, em tese, garante maior autonomia produtiva, além de assegurar que terras improdutivas (na maioria das vezes, por expropriação ou abandono fundiário) voltem a gerar alimento e receita para camponeses que de fato têm sua força de trabalho utilizada para produção.

No entanto, não seria possível atingir esse marco sem antes reconhecer a peleja vivida por esse recorte social: como uma modernização conservadora abrupta se apropriou do campo e, aos poucos, pôs pequenos produtores de terras à margem do mercado agrícola, limitando sua capacidade produtiva e os retirando de suas atividades, sendo essa reorganização conservadora responsável para o crescimento do êxodo rural, além de dar origem a diversos tipos de relações de trabalho e produtores de terras, como: pequenos rendeiros e empregados assalariados rurais. Nesse momento, o camponês fica cada vez mais dependente do grande fazendeiro e as interações entre pequeno e grande produtor passam a ser regidas por uma disputa desigual, onde um burguês luta para a manutenção de um sistema que garante a retenção de lucros em benefício próprio e um trabalhador que luta para deter de melhores condições de vida e trabalho.

É nesse molde que se estrutura a questão agrária: numa infeliz competição entre lucro e vida, onde apenas um é favorecido pela exploração, expropriação e acumulação, e somente um é constantemente limitado por um regime arraigado à injustiça, à desigualdade. Portanto, a compreensão dos processos históricos que conduziram ao desenvolvimento da questão agrária é fundamental para sua análise, tornando possível romper com pilares que estruturam as configurações capitalistas que regem o curso da sociedade brasileira, ruindo com o desigual sistema que, devido



a sua natureza intrinsecamente conflitual, e contribui para uma sociedade cada vez mais desigual.

**A questão agrária na formação socioeconômica brasileira: caminhos e contradições do desenvolvimento capitalista no campo.**

O construto da sociedade brasileira é tomado por elementos que moldam a atualidade. Nesse sentido, a questão agrária enquanto elemento estruturante da sociedade, não apenas se fundamenta enquanto mais uma das variadas expressões da questão social<sup>24</sup>, mas sim também uma forma de desigualdade que tem por base as contradições decorrentes da apropriação desigual da terra, e como ela torna-se base para organização da produção no campo. Ainda que seus antecedentes possam ser demarcados historicamente antes mesmo do desenvolvimento do capitalismo, é a partir do seu desenvolvimento e desdobramento nas relações sociais no campo que se pode conceber as problemáticas que detém.

[...] a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz [...]. Os principais indicadores da questão agrária são [...]: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas, etc. [...] ela vem sendo agravada pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo. (Silva, 1980, p. 11)

A questão agrária é apontada como um problema estrutural que envolve além da posse de terras, as relações de trabalho, a produtividade e a justiça social cuja reforma agrária é uma proposta de redistribuição de terras e de possibilidade de reparação histórica diante da constante segregação e inviabilização de direitos.

---

<sup>24</sup> A questão social é um conceito com vasta apropriação no Serviço Social, para compreensão, no campo socioeconômico, das desigualdades inerentes e inelimináveis da sociedade capitalista, determinada pela propriedade privada e pelas relações de produção baseada na exploração. De outro lado, o conceito também revela, no campo da política, as lutas sociais desenvolvidas pela classe trabalhadora para o reconhecimento de suas necessidades sociais e demandas. Para melhor compreender o significado da questão social recomenda-se a leitura de Netto (2001).



Os antecedentes de suas problemáticas podem ser pensados desde a invasão do território brasileiro e a colonização de sua gente. Tais aspectos promovem questões como o etnocentrismo e a gênese para o racismo no Brasil, fato que deixa marcas na população rural diante do maior percentual de negros neste cenário, exibindo um maior teor da desigualdade social, política e econômica na vida da população.

Tal ponto remete os mais de 300 anos em que o país manteve o modelo de produção baseado no *plantation*<sup>25</sup>, tendo como força de trabalho a escravização de homens e mulheres negros. desumanizando corpos negros, mesmo após a abolição (1888). Esse fato é perceptível, por uma elite - principalmente agrária - que detém antes do processo de abolição, a posse extensiva de terras, limitando os recém “libertos” ao trabalho nas terras de seus antigos donos e com essa conjuntura inicial a questão agrária começa a ganhar uma cor (preta) e uma classe racializada.

É importante mencionar que a Lei de Terras de 1850 condicionou esse processo ao estabelecer que a posse de terras deveria se dar unicamente pela compra e venda, ou seja, a terra passou a ser uma mercadoria como outra qualquer. Isso inviabilizou que “ex-escravizados” pudessem de fato se libertar das fazendas, tornando-se cativos a ela por não terem outra alternativa de sobrevivência e reprodução social.

A origem do racismo como justificador das ações da elite detentora da terra é, portanto, anterior aos três fatos críticos que, por também serem racistas, impuseram aos negros uma situação de inferioridade socioeconômica no Brasil, quais sejam: a Lei de Terras de 1850, a Lei Áurea de 1888 e a política de incentivo à migração europeia. Assim, como no início da colonização pela agricultura, nessas três políticas/leis, a terra e o trabalho eram centrais (Girardi, 2022, p. 35)

<sup>25</sup> Trata-se do sistema de produção agrícola que imperou, especialmente, durante o período colonial que se estruturava através: da grande propriedade rural (latifúndio); da monocultura cultivada em acordo com os interesses comerciais da metrópole; da produção direcionada unicamente para o mercado externo e não para satisfazer as necessidades da população local; e da mão de obra escravizada, principalmente, de negros e negras.



Ainda no eixo da colonização e escravização da força de trabalho é oportuno pensar na transição entre trabalho escravo para trabalho “livre” como uma trama para a escravização parcial e disfarçada, não havendo neste momento qualquer distribuição de terras para os novos trabalhadores, os “ex-escravizados”. Essa característica impõe aos trabalhadores negros e negras a necessidade de se submeter ao trabalho exaustivo nas grandes fazendas, em troca de um lugar para morar, ainda estando imersos a uma configuração de atividade laboral que fere a dignidade humana e não propõe transformação social. Nesse sentido, o trabalhador “livre” do campo se mantém na subalternidade e propõe um berço para a consolidação do capitalismo no país e acena com os primeiros passos para sua extensão também ao campo.

No processo de modernização das relações sociais e produtivas que começam a se desdobrar para o campo, ainda que sem muitos aprofundamentos, também assume destaque como elemento que mantém e intensifica a desigualdade no campo diante do processo de industrialização que toma forma a partir da década de 1930, durante o governo de varguista.

Durante a Era Vargas, a população do campo se vê constantemente tensionada a lutar por reformas no âmbito rural, principalmente com a crise do café e a queda da bolsa de valores, como expressão da grande crise capitalista que atinge a todo o globo. A modernização e as novas contradições implicadas ao campo, então iniciadas nesse período, se aprofundam na década de 1960, que trouxe como características a migração forçada e o subemprego elevando índices de criminalidade e desigualdade.

Nesse contexto se vivencia o chamado período de “modernização dolorosa do campo”, nos termos empregados por Silva (1982), como uma face na geografia rural do processo de “modernização conservadora” problematizado por Fernandes (2007)<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A “modernização conservadora” revela o processo em que as relações sociais no Brasil se desenvolveram determinadas pelo aprofundamento do capitalismo no país, porém guardando a marca da



Ou seja, as transformações por que passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital [...]. O rasgo fundamental das mudanças aí ocorridas nas últimas décadas foi o processo de industrialização dos diversos países latino-americanos, processo esse presidido pelo capital monopolista [...]. Nesse sentido, a agricultura também passou pelo “processo de industrialização” [...] – submeteu a agricultura a uma “modernização conservadora” na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado. (Silva, 1982, p. 128)

A modernização agrícola no Brasil, especialmente na década de 1970, é apresentada como processo de subordinação ao capital internacional sob a direção do capital financeiro, que possibilita a constituição da dominância que tomou o agronegócio contemporaneamente, com a manutenção da concentração fundiária que leva à expulsão dos trabalhadores rurais e o investimento de volumosos recursos destinadas às grandes propriedades e exportações, abandonando a agricultura familiar e trazendo grandes dificuldades a perspectiva da reforma agrária.

No aspecto da modernização é crescente o número de máquinas dentro das zonas de produção agrícola, em que os pequenos agricultores não acompanham o ritmo dos grandes proprietários que trabalham com a exportação de suas produções em larga escala. Essa população não acompanha o padrão instaurado pelo grande capital na produção rural a partir da grande utilização de maquinários sofisticados que aceleram a produção e moldam os níveis de qualidade, com adubos químicos e demais insumos, dentre eles os agrotóxicos.

A ausência desse acompanhamento de um nível acelerado, gera problemáticas no campo envolvendo a intensificação da desigualdade social, levando não somente a

---

indissociabilidade entre o moderno e o arcaico. Isso, porque na medida que a sociedade brasileira e o capitalismo nacional avançavam à modernização, marcas do passado eram mantidas estruturalmente presentes, como a desigualdade social, política e econômica. No campo essas marcas se fizeram presentes através da modernização da produção rural sem que fossem alteradas a estrutura fundiária concentrada cujo latifúndio é a grande marca.



maiores índices de fome, êxodo rural, trabalho infantil, mas também a condições de trabalho que degrada a classe trabalhadora rural.

Durante a Ditadura Militar (1964 - 1985), o Estado atuou fortemente na industrialização rural e a expansão do agronegócio, sendo a expansão rural regida por um pacto entre elites mantendo a estrutura fundiária desigual e excludente intacta, configurando uma modernização conservadora para a classe trabalhadora e associando o Brasil ao desenvolvimento dependente ao capital internacional.

Uma das marcas dessa problemática é a presença marcante na história brasileira de conflitos no campo, resultantes das contradições em que a questão agrária condensa. Se de um lado a desigualdade no espaço agrário é reiterada pela concentração fundiária, pelo poder econômico e político dos grandes proprietários de terra, pela intervenção do Estado em favor da burguesia agrária ou rural, e pela reprodução capitalista no campo; de outro lado, os sujeitos sociais que reproduzem sua existência física e social no campo nunca deixaram de se organizar e lutar. São marcantes na história nacional diversas lutas sociais, com caráter de luta de classes, desenvolvidas no campo, que tem lugar de destaque na história. Algumas delas com mediações indiretas ou diretas nos rumos da vida nacional, como também com a dinâmica acumulativa do capital no espaço agrário quanto com o que se entende como questão agrária.

Dentre essas lutas, algumas detêm determinações e implicações mais enraizadas no passado, porém outras carregam reflexos que ainda se fazem presentes na conjuntura atual. Pode-se listar algumas: a Guerra de Canudos, as Ligas Camponesas, Massacre de Carajás, ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), etc. A ofensiva contra as lutas sociais e ferramentas políticas dos sujeitos coletivos do campo, seja pelo Estado, seja diretamente operada pela burguesia agrária, sempre foi no sentido de tentar imprimir uma derrota histórica aos trabalhadores rurais, camponeses, dentre outros sujeitos subalternos do campo que se levantaram para lutar,



a exemplo de como operou a Ditadura Militar na perseguição e tentativa de aniquilação dos movimentos sociais e organizações de luta no campo.

O regime militar ilustra a união entre o Estado e os latifúndios em opressão aos trabalhadores rurais, com intensa violência, vinda desde os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Trata-se do período em que o país sai das sombras da Ditadura Militar, inicia sua fase “democrática”, mas o endurecimento repressivo aos sujeitos coletivos no campo, que reivindicam o reconhecimento de suas necessidades sociais e atenção às suas demandas, permanece em face da aliança dos governantes com os grandes proprietários de terra e a burguesia rural. Isso revela a reatualização das marcas do passado ou que a questão agrária permaneceu inalterada, situando sua atualidade.

Entretanto, o MST que é a maior organização coletiva da população rural *sem terra*, então surgido na década de 1980, se fortalece diante de vasta organização popular, empenhada em educação política e autonomia organizativa, ganhando espaço enquanto identidade organizada, representando uma luta coletiva pela dignidade, embasada na justiça social, e lutando por um processo de formação política e humana. A grande marca desse movimento social, além da formação e organização política para sujeitos sociais do campo, é a luta pela reforma agrária.

Os Sem Terra, enquanto sujeito coletivo, simboliza uma das mais importantes organizações da esquerda no país e se constitui também em uma ferramenta de luta política de interesses dos trabalhadores, com indiscutível potencialidade combativa. Por isso, requer todo apoio e colaboração, principalmente, nessa conjuntura marcada pelo avanço do conservadorismo, pela criminalização das organizações de lutas sociais e pela acentuação do trato da questão social como caso de repressão policial [...]. A emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no cenário político do país, sem sombra de dúvidas, foi condicionada pelas marcas da formação econômico-social do Brasil, que permanecem intocáveis até os dias atuais: de um lado, a grande concentração de terras privadas que constituem o latifúndio e, do outro



lado, o caráter de destacado fornecedor de produtos primários para o mercado internacional [...]. Com isso, não é preciso muito para assegurar que sob a bandeira da reforma agrária radical, como principal ponto de sua plataforma política, o MST se colocava em rota de colisão com o caráter histórico e estrutural que toma o latifúndio. (Lourenço, 2019, p. 22-23)

Os baixos indicadores de terras distribuídas para poucos é quase como um patrimônio imaterial da sociedade brasileira que permanece intocável ou inalterável. O monopólio da terra é condição para a reprodução capitalista geradora de desigualdades e exclusão social no Brasil. O país conforma uma estrutura fundiária altamente concentrada, que ao se associar à lógica da financeirização do capital, consequentemente, também aprofundou o fosso real que distancia da possibilidade de uma reforma agrária. Essa financeirização está associada ao modelo de produção em que se baseia o agronegócio, que demanda cada vez mais terra, para sua viabilidade, além do acesso a vultosos recursos públicos através de financiamento ou crédito mais facilitado, com menor incidência de juros, além da isenção de tributos ofertados pelo Estado, comprometendo a vitalidade do fundo público já tão rapinado.

Enquanto um montante considerável de recursos financeiros de origem pública é direcionado para viabilizar o agronegócio, que requer cada vez mais a concentração de terra e a ampliação da fronteira agrícola – muitas vezes por vias ilegais –, o financiamento estatal, realizado pela disponibilidade de crédito público é incomparavelmente menor aos pequenos produtores, à produção familiar e a produção de matriz agroecológica. Todo esse cenário em que estão colocados com peso desigual, diante do Estado, o agronegócio/latifúndio e a pequena produção familiar/pequena propriedade, revela o reforço por contradições estruturais que estão no coração da questão agrária nacional.

À medida que a concentração fundiária e a modernização agrícola se intensificam impulsionadas pelo financiamento público, contraditoriamente se constitui as condições para efeitos sociais como a reatualização do êxodo rural, resultando no crescimento das



idades, além da ampliação das desigualdades regionais, levando a população ao deslocamento para outras regiões em busca de melhores oportunidades de trabalho. Fatores como esses, à primeira vista não exibem que esse fenômeno decorre da associação entre o capital agrário e o capital financeiro, inaugurando a nova fase da questão agrária sob as determinações do que Delgado (2012) classificou como a *fase do capital financeiro na agricultura*.

A observação atenta da formação histórica do Brasil, com ênfase no seu caráter econômico-social, revela que da industrialização da agricultura à produção agrária efetivada na contemporaneidade, então marcada pelo avanço dos tentáculos da financeirização do capital sobre o espaço agrário, a estrutura fundiária permanece intocada. Isso reforça que a questão agrária no país é um nó górdio, suas bases são recorrentemente atualizadas, muitas vezes ganham aprofundamento e contornos ainda mais complexos, a exemplo do que se observa na conjuntura atual.

Mais recentemente, o que tem se delineado é uma questão agrária determinada pela lógica da financeirização da agricultura. Isso ao montar uma conjuntura propícia para a manutenção da desigualdade como marca da formação social brasileira, que se apresenta com contornos ainda mais visíveis nas relações sociais rurais. o Estado brasileiro - sob a gestão de governos com matizes políticas diversas, vem contribuindo não só para a manutenção ou reatualização da desigualdade no campo, quanto tem também aprofundado essa contradição com o favorecimento ao modelo de produção agrícola lastreado no agronegócio. Esse processo que se inicia com maior visibilidade durante a Ditadura Militar, atravessa o período democrático que marca o país nos últimos 40 anos, inclusive com irrefutável adesão de governos no campo da “esquerda”. Trata-se de um processo que é constantemente definido como sendo o caminho sem volta da “modernização”.

Assim, conforme indica Delgado (2012, p. 7-8):



a estrutura econômica da agricultura se move sob a regência de diferentes projetos estratégicos de economia política. De comum a todo o período histórico considerado, observa-se a estrutura real da propriedade fundiária praticamente intocada [...]. O que se está aqui recuperando é a abordagem central do sistema de crédito público, do mercado de terras e das cadeias agroindustriais, articuladas, pela política econômica do Estado como espaço de acumulação do capital. Essa articulação, com caráter estatal-privado, originalmente configurada no regime militar, irá mais tarde ser reproduzida em outro contexto histórico (anos 2000).

A chamada “modernização” agudiza as más condições de trabalho e vida no campo, uma vez que a agricultura deixa de ser uma atividade primária e passa a pertencer a lógica empresarial com dependência de infraestrutura, tecnologia e capital, diminuindo o número de pequenos produtores por meio da expropriação. Nesse sentido, a concentração fundiária e a financeirização da terra, torna-se obstáculos para construção de caminhos efetivos à reforma agrária, já que o Estado atua de modo correspondente a reprodução das relações capitalistas, legitimando a desigualdade.

Ademais, é nítido que a questão agrária é um tema que vai muito além de meros problemas técnicos referentes à produtividade do trabalho no campo. Sobre essa problemática repousam determinações da esfera social, econômica, política e histórica da vida social. De certa forma, a questão agrária configura uma problemática estrutural marcada pela concentração de terras e que mais recentemente se complexificou com o direcionamento de recursos ou créditos públicos em favor da agronegócio, o que impede o desenvolvimento de um modelo de produção agrícola alternativo, tendo por base a produção familiar e agroecológica, voltada para produção de alimentos saudáveis e acessíveis a população, com vista a fazer o enfrentamento de uma das marcas da nossa formação social, a desigualdade.



## Considerações finais

A questão agrária no Brasil foi se formando ao longo da história, principalmente com o legado deixado pela colonização e pelo modelo de produção *plantation* baseado na escravização, principalmente de negros e negras, tendo seus contornos mais definidores a partir do avanço do capitalismo. Tudo isso acabou criando uma realidade com muita concentração de terras, profundas desigualdades e favorecendo o aumento da exploração do trabalho rural.

A modernização da agricultura não trouxe melhorias para toda a população rural. Na prática, quem mais se beneficiou foram os grandes produtores, os chamados empresários rurais, que formam parcelas da atual burguesia agrária brasileira. Em contraste a isso, os pequenos trabalhadores rurais passaram a enfrentar ainda mais dificuldades, o que aumentou as desigualdades presente no espaço agrário. Além disso, situações como o êxodo rural, o racismo estrutural e a financeirização da agricultura acabaram deixando esse cenário ainda mais complexo.

Não se pode esquecer do Estado, que teve (tem) um papel de protagonismo para intensificar as contradições e problemáticas vinculadas à questão agrária no Brasil, ao dispor de caminhos creditícios ou que disponibilizou vultosos recursos públicos em favor do agronegócio, com isso não só garantiu como também incentivou a concentração de terras, alimentando a energia do processo de aprofundamento da desigualdade como marca nacional.

Mesmo assim, é importante lembrar que os trabalhadores rurais nunca deixaram de lutar. Ao longo do tempo, eles foram se organizando em movimentos sociais e buscando melhores condições de vida e de trabalho. Mesmo com alguns avanços, a concentração de terras e a força do agronegócio ainda acabam dificultando mudanças mais profundas.



Diante disso, dá para perceber que a questão agrária ainda é um grande desafio no Brasil, já que está ligada a uma estrutura histórica marcada pela concentração de terras e pela lógica do próprio sistema capitalista. Nesse sentido, a reforma agrária continua sendo um caminho importante para tentar diminuir as desigualdades e melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo, mesmo diante das dificuldades impostas pela força do agronegócio e pela atuação do Estado.

## Referências

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do censo agropecuário 2017*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

LOURENÇO, Jetson. *Metamorfoses programáticas no MST: inflexões Político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

STÉDILE, João Pedro. A história da questão agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



## QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL Atravessamentos na formação em Serviço Social

Jetson Lourenço<sup>27</sup>

### Resumo

A questão social foi fundante para a profissão do Serviço Social. Entende-se que essa problemática expressa o conjunto das desigualdades decorrentes da sociedade capitalista, de modo que sua adequada compreensão só é possível pelo arsenal oferecido pela crítica da economia política. Por isso, o debate sobre a questão social atravessa toda a formação profissional do Serviço Social. Mas, outras problemáticas engendradas pelas contradições capitalistas ganham importância, por isso exigem melhor tratamento e fina articulação com a questão social, dentre elas revela-se a questão agrária. Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo problematizar sobre os dois campos temáticos (questão social e questão agrária) e tecer algumas possibilidades de articulação entre ambos durante a formação profissional, com base na potencialidade que assume as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

**Palavras-chave:** Questão Agrária; Questão Social; Diretrizes Curriculares.

### Introdução

A questão social é sem dúvida a determinação fundante da profissão do Serviço Social. Sobre sua natureza constitutiva e a compreensão conforma, há um denso debate, marcado por polêmicas e perspectivas teóricas. Porém, a luz que a teoria social crítica trouxe a esse fenômeno, particularmente a tradição teórica inaugurada por Karl Marx e Friederich Engels – a tradição marxista – consolidou-se como aquele referencial que melhor apresenta elementos para sua interpretação.

Em síntese, considera-se, a partir da perspectiva marxista, a compreensão de que a questão social expressa o conjunto das desigualdades que são decorrentes da sociedade capitalista, decorrentes das relações sociais de exploração e a apropriação privada da riqueza social produzida estruturantes da sociabilidade burguesa, de modo

---

<sup>27</sup> Professor adjunto no departamento de Serviço Social da UFS.



que sob essas relações sociais essas desigualdades são inelimináveis. O conhecimento de suas determinações só se alcança através das categorias inauguradas pela crítica da economia política.

Articuladas ao debate sobre a questão social estão outras problemáticas ou contradições próprias da sociedade capitalista, que na formação profissional são mais ou menos trabalhadas; quando não, em certa medida, são lateralizadas nas estruturas curriculares ou até mesmo aparecem no debate sob formulações que guardam imprecisão teórica. Indubitavelmente um campo temático que se pode mencionar nessa direção, trata-se da questão agrária.

Neste trabalho, cujo eixo das discussões gira em torno de debates pertinentes à formação profissional, o objetivo é apresentar breves problematizações teóricas e concepção/significado a respeito da questão social, que se consolidou no Serviço Social a partir da perspectiva crítica, bem como desenvolver considerações sobre o que se compreende como questão agrária. Feito isso, o percurso expositivo visa, outrossim, encontrar mediante o que sistematiza as Diretrizes Curriculares<sup>28</sup> - elaborada em 1996 - para a organização e direção do processo formativo de assistentes sociais, os nexos teórico-metodológicos para a articulação entre questão social e questão agrária, nos conteúdos programáticos dos componentes curriculares dos cursos de Graduação.

### **Questão Social, Questão Agrária e Serviço Social: caminhos possíveis na formação profissional**

A partir dos anos 1930, quando começam a se constituir as primeiras instituições de formação profissional no país, tendo o marco pioneiro a escola fundada em São Paulo, vinculada ao Centro de Estudos e Ação Social, ligado à Igreja Católica, o pano de fundo para que se arregimentasse a organização dos cursos foi a emergência das manifestações

---

<sup>28</sup> Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, que pode ser acessada em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)



de uma série de problemáticas sociais, econômicas e ideopolíticas decorrentes do amadurecimento do capitalismo nacional, com o seu ingresso no processo de industrialização, mesmo com caráter restringido, conforme caracteriza Tavares (2004).

Obliterar esse marco constitutivo é negar as suas determinações históricas, econômicas e o peso das relações sociais capitalistas para o Serviço Social. É apagar a sociedade como fundamento da profissão, cuja mediação molecular se estabelece com a resposta do Estado ao mobilizar as políticas sociais como expediente para amortecer as tensões e atender aos interesses das classes na arena política, requerendo especialidades técnicas para atuar nos espaços institucionais engendrados, dentre elas a atuação de assistentes sociais.

Importa pontuar que tais problemáticas de caráter socioeconômico e ideopolítico têm vinculação intransponível com a lei geral da acumulação capitalista, conforme as determinações e processualidades expressas no 23º capítulo “d’O Capital”, quando examina, em síntese: os desdobramentos do aumento que o capital tem sobre a situação da classe trabalhadora. De modo, que a acumulação de capital e a apropriação da riqueza social pela classe proprietária corresponde, ao mesmo tempo, ao empobrecimento (absoluto ou relativo) da classe assalariada. Mesmo em circunstâncias mais favoráveis em que se reproduz socialmente a classe trabalhadora, em nada altera o caráter fundamental da produção capitalista. No próprio processo de acumulação e valorização capitalista, portanto de ampliação do capital, cresce também o quantitativo dos pobres laboriosos, ou seja, aumenta o número dos/as assalariados/as que transformam a sua força de trabalho em meio de valorização crescente do capital (Marx, 2011).

Destarte, a questão social tem suas raízes na exploração que vivencia os/as trabalhadores/as, condição próprio da dinâmica de acumulação e valorização do capital, o que correlaciona objetivamente as classes fundamentais em polos opostos no processo de produção e acesso a riqueza produzida, atravessadas também por contradições na



forma de viver e experimentar a vida social, além de outras formas diversas de contradições, que fazem emergir manifestação de antagonismos ideológicos e políticos.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (Carvalho; Iamamoto, 2004, p. 95)

A despeito da sua indissociabilidade com a “lei geral de acumulação capitalista”, as expressões da questão social guardam interlocução com as particularidades de cada formação social, conforme Netto (2004, p. 48):

[...] se não pode desconsiderar a forma contemporânea da “lei geral da acumulação capitalista”, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistema nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a “lei geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza [...].

A acumulação capitalista, a sociabilidade burguesa, bem como as contradições recaídas sobre os/as trabalhadores/as inerentes à valorização do capital se processam lastreados pelas particularidades de cada formação social determinada. De um lado, a lei geral de acumulação capitalista universaliza a dinâmica estrutural em que se efetua a exploração da força de trabalho para a geração de mais-valia e acumulação burguesa. De outro lado, essa “lei geral” só pode se realizar articulada às particularidades legadas pela historicidade, que vão se singularizar na personificação de sujeitos e/ou indivíduos concretos no cotidiano da vida social.

Está expresso nas Diretrizes Curriculares o pressuposto de que a “relação do Serviço Social com a questão social [...] é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos [...]”. Não obstante, esse pressuposto é operado



a partir do princípio da totalidade em que a perspectiva de universalidade, particularidade e singularidade se concretizam.

Nas Diretrizes Curriculares a questão social se estabeleceu como uma bússola para referenciar, seja o direcionamento teórico-prático da formação em Serviço Social presente nas estruturas curriculares, seja na direção ético-política impressa nos processos formativos. Essa temática, então, se coloca atravessa nos debates teóricos a serem abordados nos componentes curriculares, como igualmente nas interlocuções com a dimensão prático-interventivas.

A despeito de ter se enraizado no debate profissional, ainda persiste em gravitar em torno dela como problemática “[...] a determinação rigorosa do seu conteúdo, da pluricausalidade e das refrações da questão social” (Netto, 2010. p. 13).

Não é incomum que o trato teórico desta problemática se estabeleça quase que unicamente pelo ângulo urbano-industrial, como se as relações sociais capitalistas ainda não tivessem lançado seus tentáculos sobre todas as dimensões e espaços em que se processam a produção e reprodução da vida social, a exemplo do mundo rural. Nesse percurso, a apreensão da classe trabalhadora se dá pela estereotipia do proletariado fabril; bem como não acompanham as determinações de gênero/sexo, sexualidade, étnico-raciais, dentre outras.

A questão agrária por vezes turva-se nas articulações com as expressões da questão social. O que se torna ainda mais problemático quando se suprime suas determinações estruturais para a formação econômico-social brasileira. Essa imprecisão teórica repercute na prática ou trabalho profissional de assistentes sociais, porque se manifesta na insuficiente e truncada possibilidade de capturar a trama complexa que conforma a realidade e as contradições em que se deparam as/os profissionais no cotidiano institucional onde atuam, pressuposto fundamental para construir as



estratégias interventivas mais correspondentes com as requisições institucionais e demandas das/os usuários/as que se apresentam.

### **Questão agrária: breves elementos para sua compreensão e articulação com a questão social na formação profissional**

Enquanto um dos componentes fundamentais para interpretação das contradições basilares da realidade social brasileira, a questão agrária não pode passar alargo e/ou ser mal compreendida nos diálogos e debates formativos. A questão agrária, que se afigura essencialmente como decorrente das contradições do processo de aprofundamento da capitalização das relações de trabalho e da concentração fundiária no meio rural (Lourenço, 2019), é sem dúvida um campo temático de interesse do Serviço Social, que no universo da pesquisa social tem avançado na produção de conhecimento.

É possível estabelecer uma correspondência entre as duas questões (“social” e “agrária”), que se estabelece pelo enriquecimento de mediações teóricas. A correlação entre a questão social e a questão agrária não se exprime pela identidade, tampouco diretamente, ela se constitui mediada por processos que são próprios da dinâmica capitalista que as condicionam. Somente nesse sentido é que se pode atribuir a questão agrária em articulação com a questão social e o conjunto de suas expressões.

Nas Diretrizes Curriculares, preconiza-se a concepção de formação profissional com o pressuposto central “da permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social [...]” (ABEPSS, 1996, p. 08). Isso, para possibilitar que as estruturas curriculares dos cursos de formação viabilizem a construção de conhecimentos conectados com a dinâmica viva da realidade em que os sujeitos sociais estabelecem sua forma de estar e viver em sociedade.



A moldura da configuração geral das “Diretrizes” faculta a organização de componentes curriculares diversificados, flexíveis e em diálogo permanente entre si, estruturados em três núcleos de fundamentação: *teórico-metodológico da vida social, formação sócio-histórico da sociedade brasileira, e trabalho profissional.*

Mediante as conformações e percursos teóricos sinalizados como direção a serem tomadas pelos núcleos de fundamentos nos processos de formação profissional, então organizados e efetuados pelas estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social, sedimenta-se um terreno para construções de aproximações teóricas entre as problematizações referentes à questão social e à questão agrária.

Essas aproximações podem ser realizadas, tendo como ponto de partida, a formulações de mediações que consigam capturar a articulação entre os dois campos temáticos, seja na universalidade que toma o processo de acumulação capitalista, suas contradições e materialização das desigualdades estruturais sobre as classes subalternas (proletariado urbanos e rurais, camponeses, pequenos agricultores familiares, etc.), seja nas formas de resistência e lutas sociais que esses segmentos sociais desenvolvem. Nesse quesito, no que toca aos componentes curriculares organizados no núcleo de fundamentos da vida social, capturar as determinações da lei geral da acumulação capitalista e tecer as mediações entre a produção e reprodução da vida social nos centros urbanos e no campo aparece como uma potencialidade para um percurso teórico.

O desenvolvimento da sociedade burguesa erguida sob o modo de produção capitalista vai se particularizar nos diversos países. A formação social brasileira e o tipo de capitalismo que se particularizou no país exige a compreensão incontornável da questão agrária: para o desdobramento da forma como a exploração da força de trabalho será efetivada; na edificação das características culturais, ideopolíticas e econômicas que assumem a burguesia nacional; para a configuração do Estado na sua relação com os setores proprietários rurais e as organizações dos/as trabalhadores/as rurais e



camponeses/as; na abordagem da desigualdade de acesso a serviços públicos que vivencia a população rural; para o entendimento de determinações da gênese da “questão urbana”; dentre outras problemáticas.

O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira não só enseja o comparecimento no currículo do Serviço Social de alguns dos debates acima mencionados, como também são requisições para que nos componentes curriculares vinculados ao núcleo de fundamentos do trabalho profissional possa desenvolver as competências e habilidades associadas à dimensão prático-interventiva “como componente do trabalho consciente e sistemático [...] buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais.” (ABEPSS, 1996, p. 14).

### Considerações finais

A formação em Serviço Social avançou nos últimos quatro decênios após sua virada à perspectiva crítica, calcando desde então um novo perfil profissional às/aos assistentes sociais. Lastreada pelas Diretrizes Curriculares elaboradas para nortear a formação do Serviço Social, a profissão tem consolidado suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e prático-interventiva, com rigor e compromisso quanto à direção social hegemônica desde os finais dos anos 1980.

Não obstante, do ponto de vista teórico, algumas problemáticas carecem de maior atenção quanto a sua importância, bem como requerem maior esforço para a sua articulação com as determinações de fundação e fundamentos do Serviço Social. A questão agrária se apresenta como uma das problemáticas que demandam formulações teóricas para a aproximação com a concepção crítica sobre a questão social.



A articulação ou aproximações teóricas entre os dois campos temáticos tem importância pela centralidade que a questão agrária detém para formação social brasileira e para auxiliar na compreensão das desigualdades estruturais que perpassam o país. É no processo de formação profissional que radica a potencialidade para munir o Serviço Social com as ferramentas teóricas adequadas para dissecação da realidade, captura das requisições profissionais e possibilidades de intervenção. Nesse sentido, os núcleos de fundamentos guardam incríveis possibilidades para a precisa articulação entre os dois campos temáticos.

## Referências

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) - **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Disponível em:

[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)

Acesso em: 17 de jul. 2025.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 02.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: **Revista Temporalis - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, n. 03. Brasília: 2004.

NETTO, José Paulo. Prefácio a 3ª edição. In: PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Jetson Lourenço Lopes da. **Metamorfoses programáticas no MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula**. Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza. 2019. 324 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2019.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.



## O CANTO DE DESPEDIDA DA NECROECONOMIA DE MERCADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS LIMITES DA BIOPOLÍTICA NA PERIFERIA BRASILEIRA CAPITALISTA

Bruno Auderlin dos Santos Carvalho<sup>29</sup>

Beatriz Lima Freitas<sup>30</sup>

Arthur Rocha de Oliveira<sup>31</sup>

Adriele Batista de Souza<sup>32</sup>

Thaís do Carmo Dantas<sup>33</sup>

### Resumo

O artigo procurou estudar como se apresenta as formulações foucaultianas em um contexto periférico ao sistema-mundo, aqui especificamente o Brasil. Metodologicamente, baseou-se no método materialista histórico-dialético tendo como norte o uso da técnica de pesquisa de cunho bibliográfico. O problema estudado foi apreender como a necropolítica, enquanto categoria analítica, possibilita analisar a sociedade brasileira em detrimento da biopolítica. Observou-se que a noção de biopolítica não consegue, em certa medida, responder a experiência racializada do corpo negro, necessitando uma virada de chave analítica que é possível a partir de Achille Mbembe com o conceito de necropolítica.

Palavras-chave: Capitalismo; biopolítica; necropolítica; Brasil

### Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o fenômeno da biopolítica enquanto uma contratendência sócio-histórica na sociedade brasileira. Com e contra o filósofo Michel Foucault (2016), desdobramos esse argumento, marxianamente, ao considerar que o nascedouro do capital na periferia brasileira é resultante de forças mortíferas batizadas pela experiência colonial, ancorada na escravização e superexploração dos indígenas e africanos.

<sup>29</sup> Mestrando do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

<sup>30</sup> Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

<sup>31</sup> Mestrando do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

<sup>32</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.

<sup>33</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.





tecnologia moderna que faz o corte entre o que define quem deve morrer e quem deve viver, por isso ele vai se desenvolver como primo da colonização com o genocídio colonizador, uma vez que esse é o primeiro momento que remedia essa noção. Esse ponto nos parece central para pensarmos o Brasil, e outras realidades periféricas.

Entretanto, acrescentamos que a centralidade dessa colocação é vista através do reverso do cálculo da biopolítica, em que Mbembe (2017) estabelece o conceito de necropolítica como o contraponto onde o biopoder não deu conta, sendo de uma ordem diferente. Na chave do necropoder, a morte é o massacre como crueldade e a produção da morte sem a produção da vida, se trata de viver à margem da vida e uma vida supérflua. Seguindo essa chave analítica, consideramos que esse cenário se potencializa necropoliticamente na periferia do capitalismo, ao contrário do que o próprio Foucault (2016) imaginou em sua concepção de biopolítica.

Com intuito de atender aos pressupostos apresentados, o artigo está dividido da seguinte forma: no primeiro tópico, intitulado *Entre o nascimento da biopolítica e a produção de vida e morte: uma contra tendência sócio-histórica brasileira*, apresentamos o que se convencionou chamar de biopoder a partir de Michel Foucault cujo intuito se justifica uma apresentação teórica e analítica frente a produção do poder enquanto *fazer viver* para atender necessidades do capitalismo. No segundo tópico, intitulado *Nos porões do capitalismo colonial brasileiro: a necropolítica e o destino dos supérfluos*, contextualizamos a necropolítica relacionando a crise do sistema capitalista e como esses processos sociais pressupõem o necromercado. Por fim, temos as considerações finais onde apontamos algumas preocupações frente a trabalhos futuros em que poderemos ampliar os estudos.

#### **Entre o nascimento da biopolítica e a produção de vida e morte: uma contra tendência sócio-histórica brasileira**

No livro *‘Em Defesa da Sociedade’* e, mais especificamente, na aula de 17 de março de 1976, o filósofo francês Michel Foucault nos apresenta a discussão sobre o



nascimento do biopoder, seus campos de aplicação e a relação direta que se tem com o racismo. Segundo o autor, nos séculos XVII e XVIII, aparecem técnicas de poder essencialmente centradas no corpo individual. Eram técnicas de racionalização e de economia rigorosa de um poder que devia se exercer mediante um processo de vigilância, hierarquias, inspeções e relatórios, é o que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho (Foucault, 2016, p. 288).

No entanto, ainda segundo o autor, na segunda metade do século XVIII o que se vê aparecer é algo novo, outra tecnologia de poder que não vai excluir a técnica disciplinar mas integrá-la. Uma vez que:

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve arredondar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc (Foucault, 2016, p. 289).

Logo, esse novo poder não é individualizante mas é massificante, se aplicará na vida dos homens não como homens-corpo mas homem ser vivo-espécie. O que Foucault irá chamar de uma “biopolítica” da espécie humana a partir das suas práticas e as primeiras áreas de intervenção: da natalidade, da morbilidade, das incapacidades biológicas diversas e dos efeitos dos meios. Logo, a biopolítica, ao mesmo tempo, extrai o seu saber e define o seu campo de intervenção de poder

Além disso, outro ponto definitivo na passagem para o biopoder e a biopolítica é a noção de “população”. Essa nova tecnologia vai lidar com a população como problema político e problema de poder, não se trata mais de ficar ligado a um corpo individual. Em suma, vai se dirigir aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração, pode-se entender aqui também a respeito da sua utilidade. Uma vez que, vai se instaurar mecanismos de otimização de um estado de vida



destinados a maximizar forças e extraí-las em prol de uma utilidade oferecida ao sistema capitalista.

Opera-se então na biopolítica um poder de regulamentação que consiste em fazer viver e em deixar morrer. Foucault (2016), vai chamar atenção para a manifestação desse poder que aparece concretamente na desqualificação progressiva da morte. A ritualização pública da morte desaparece desde o final do século XVIII, a tal ponto que depois disso a morte passa a ser algo que se esconde e torna-se privada. Essa passagem está intrinsecamente ligada à transformação das tecnologias de poder.

Se para o autor, a morte era o momento que se passava de um poder para outro, ou seja, o poder do soberano na terra para o poder soberano divino, do direito-civil ou público de vida e de morte para um direito da vida eterna ou condenação eterna. Na biopolítica, “o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver” (Foucault, 2016, p. 295). Isto é, não apenas intervir para fazer viver, mas também em como fazer da vida, este poder intervém neste nível para aumentar a vida e controlar suas eventualidades, assim como a morte. Dessa forma, a morte vai ser, ao contrário, o que o indivíduo escapa a qualquer poder, no qual o poder já não conhece a morte. Temos então dois sistemas de poder, anteriormente o da soberania sobre a morte e com a biopolítica, o da regulamentação da vida.

Há de se perguntar: como vai se exercer o direito de matar e a função do assassinio dentro de uma tecnologia de poder que trata-se de prolongar a vida? Foucault vai tomar o racismo como essencial para responder a questões como essa. Vai ser a partir do racismo como o meio de introduzir no domínio da vida o poder entre o que deve viver e o que deve morrer. Segundo o autor, “isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças” (Foucault, 2016, p. 305). Será uma relação de tipo biológica em que o racismo permitirá estabelecer entre a vida e a morte do outro. Esse mecanismo vai atuar para manter a noção de que os



inimigos não são os adversários políticos, mas são os perigos em relação à população e para ela. Logo:

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não há vitória sobre os adversários políticos, mas a eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2016, p. 306).

Essa discussão parece o ponto de partida para compreendermos inicialmente o lugar do Brasil enquanto país colonizado e periferia do capitalismo no debate sobre a produção de vida e morte. É aqui que se faz presente o objetivo central deste trabalho, a fim de analisar o fenômeno da biopolítica enquanto uma contra tendência sócio-histórica na sociedade brasileira. Uma vez que, a experiência fundamental do Brasil encontra-se no resultante de forças mortíferas enraizadas pelo colonialismo e a modernização capitalista. Por isso, a partir daqui podemos pensar o conceito de necropolítica, do filósofo Achille Mbembe (2017), para dar conta de compreender a realidade brasileira em sua concretude através do reverso do cálculo da biopolítica, como uma leitura regressiva do presente.

### **Nos porões do capitalismo colonial brasileiro: a necropolítica e o destino dos supérfluos**

Em vista das premissas desenvolvidas no subtópico anterior, é importante sublinhar o quanto o conceito de biopolítica está conformado por um nexos social totalizante, a saber, o trabalho. Na sociedade capitalista o trabalho é uma esfera social que submete os demais universos socioculturais. A biopolítica escrutina analiticamente esse processo psíquico e corporal pelo qual a existência vital dos sujeitos é modelada e adestrada com a finalidade de se tornarem corpos úteis à exploração do Capital. Essa exploração é realizada ao passo que o trabalho social nasce e se constitui como essa mediação socialmente necessária, abstrata e totalizante da realidade (Postone, 2014).

Essa consideração inicial é fundamental. O que está sendo defendido é que há uma base material essencial que costura a reflexão sobre a biopolítica. Essa base material



de caráter amorfo consiste na incessante necessidade capitalista de reduzir o mundo ao movimento de converter valor em mais-valor a partir do dispêndio laboral de músculos e nervos. Ao seu modo, Foucault (2016) exprime um registro micro e macro das práticas sociais que se encarregaram de produzir a necessidade abstrata de fabricar corpos socialmente úteis para a sociedade do trabalho.

Nesse contexto, há uma zona de não visibilidade intrínseca à biopolítica. Compreendemos que essa zona opaca está vinculada a dois níveis entrelaçados entre si. Primeiro, o conceito de biopolítica pouco se detém na visibilização e teorização da violência desmedida e contraditória do capitalismo em seu sentido profundamente colonial. Essa primeira constatação insere-se em nossa problematização sobre o significado da biopolítica no contexto brasileiro. Segundo, o propósito em evidenciar isso justifica-se pela existência de uma negatividade na dinâmica colonial capitalista cujo destino teleológico distancia-se da produção positiva de corpos para o trabalho nos moldes da biopolítica.

A história brasileira é o exemplo de que a violência da antinegitude (Hartman, 2025), que marcou a ferro e fogo corpos racializados sobre o signo do *defeito de cor*, não necessariamente demonstra uma integração capitalista biopolítica equivalente ao corpo branco europeu. Segundo Clóvis Moura (2019), a abolição formal das relações escravistas e a consolidação progressiva da economia de mercado capitalista não implicou a imediata integração estrutural da mão de obra do(a) negro(a) brasileiro(a) pelo mercado de trabalho. Na verdade, foi dissociada e substituída pela mão de obra branca do imigrante europeu.

É por essa razão que Moura (2019) não compreende a dinâmica escravista como um resquício arcaico que futuramente o capitalismo se encarrega de superar. Na verdade, o capitalismo transformou as estruturas escravistas, posicionando-o enquanto seu fundamento dinamizador. Historicamente, uma dimensão patente disso é a escandalosa concentração fundiária contemporânea que retirou forças da lei de terras



promulgada em 1850 (Fabiani, 2008). Essa lei hegemonizou a propriedade privada como única forma possível e legítima de relação com o território. Para os ex-escravizados e inúmeras comunidades negras rurais, isso dificultou e excluiu o acesso à terra (Fabiani, 2008). Ainda nesse cenário de pós abolição é promulgada a lei da vadiagem em 1941, seu objetivo definia-se pela criminalização dos(as) negros(as) que se encontravam, supostamente, em estado de ociosidade, sem trabalho, apesar de estarem virtualmente aptos ao trabalho. Isso serviu de expediente para a intensificação do controle social sobre os corpos negros(as).

Esses fatos sócio-históricos são alguns dos exemplos de como dispositivos legais e institucionais conferem uma particularidade ao processo histórico que caracteriza o capitalismo à brasileira. Em nosso ver, é através da violência e do processo de morte reiterada de maneira capilarizada, destinada à população negra, que se encontra o calcanhar de Aquiles da categoria biopolítica e o seu alcance para problematizar as contradições capitalistas na periferia brasileira. Esse calcanhar de Aquiles consiste no cálculo negativo mortífero generalizado que respalda a emergência e crise da substância social do Capital (Kurz, 2025; Marx, 2017).

Nas bases do capitalismo e de sua (re)produção a biopolítica é ainda insuficiente para compreendermos a brutal irracionalidade e contradição do capitalismo que constituiu não apenas na dissociação do feminino do processo de valorização do valor (Scholz, 2017), mas nas tentativas de destruição e massacre das populações negras e indígenas no Brasil. A teorização nesse caso é um exercício de pensar às avessas, visto que a questão posta é a compreensão crítica de uma realidade racista que se estrutura desestruturando-se na sua negatividade mercadológica. A dialética objetiva da crise do capitalismo colonial impõe a necessidade de refletirmos a luz do conceito de necropolítica, inaugurado pelo pensador camaronês Achille Mbembe (2018).

O conceito de necropolítica cumpre papel essencial para problematizar o modo pelo qual a crise do sistema capitalista não encontra outra alternativa para se reproduzir



senão através do massacre e brutalismo cotidiano das populações não brancas. O desfazimento da substância do valor é catapultado por um processo necropolítico que denuncia o esgotamento de qualquer potencial socializador do capitalismo, que se ocupa de “criar mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018, p. 71). Em outras palavras, esse estatuto de “mortos-vivos” aponta para uma inversão fetichista do sentido biopolítico, caracterizada pela balança da vida/morte, em que predomina a maximização da vida útil em detrimento da morte. A necropolítica aparece como a ponta da lança do desprendimento desse nexo social em torno da maximização da vida. É uma dinâmica que encarna o espírito da época da crise do capitalismo, em que

já não há trabalhadores propriamente ditos. Só existem nômades do trabalho. Se, ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, a tragédia da multidão hoje é já não poder ser explorada de modo nenhum, é ser relegada a uma “humanidade supérflua”, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital (Mbembe, 2022, p. 15-16).

Karl Marx (2011), ao tratar dos sujeitos supérfluos que são produzidos no sistema produtor de mercadorias, ainda que marcado temporalmente, aponta para uma condição que estruturaria a vida presente. Isto é, a subsunção do trabalho a maquinaria criaria sujeitos que não seriam absorvidos como força de trabalho. Essa constatação, na forma social do capitalismo em que reduz os sujeitos ao trabalho submete a uma condição de supérfluo. A sobreposição de capital variável (trabalho) em capital constante (maquinaria) acaba estabelecendo, ele próprio, uma barreira em sua reprodução social e demandando uma subalternidade. A contradição capital e trabalho ganham novos contornos, o trabalhador acaba sendo desempregado pela produtividade, a concorrência passa a estabelecer seus meios a partir dessa realidade, e por isso “[...] põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida ou morte – do



necessário.” (Marx, 2011, p. 589). Mas o trabalho não perde sua centralidade na produção do mais-valor, ao contrário, permanece sua referência indispensável.

O seu pressuposto é e continua sendo a massa de tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva passa a depender menos do trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (Marx, 2011, p. 587 - 588).

Será a partir da década de 70 do século XX que teremos uma crise de novo patamar. A novidade residia no advento da terceira revolução técnico-científica, cujo intuito seria a diminuição do tempo para a produção de mercadorias. Isso só se tornaria possível por meio da concorrência pelo valor, já que este é um “sujeito automático do processo” (Marx, 2017, p. 230). Robert Kurz (2025, p. 157) aponta um limite histórico absoluto em que “[...]o próprio capital se “dessubstancializa”, o valor é desvalorizado e, assim, se estabelece um limite interno absoluto não só em termos lógicos, mas que tem também de aparecer em termos histórico-empíricos”.

Essa produção de supérfluos, ainda que tenha sua contundência a partir do marco histórico aqui citado, é uma condição estrutural dos países que foram colonizados. Esse cenário, ainda que a partir do uso de um termo alternativo, se apresenta em Milton Santos (2023) ao argumentar frente aos excluídos do sistema capitalista. Para o autor o pobre passou de marginalizado para o processo de exclusão tanto pela falta de emprego como os trabalhos sem vínculos empregatícios, isto é, “[...] uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho” (Ibid., p. 84).



Será por meio desses supérfluos, excluídos, que o necropoder produzirá a morte. Como foi apontado anteriormente, o trabalho, que é central para a mediação social na sociedade capitalista, não pode ser experienciado por massa de sujeitos na periferia do capitalismo e serão essas pessoas desprovidas de valor a serem massacradas. Mais ainda, o racismo é um elemento decisivo do poder. Uma saída para esse contingente, herdeiro da colonização, seria a produção de uma gestão capaz de produzir a morte. Isso quer dizer que existe uma relação intrínseca entre política e morte, de tal modo que fazer política é organizar e regular a morte. O necropoder instrumentaliza a morte e, portanto, torna possível fazer uma política em seu nome. Nesse quadro, a racialização do branco precisa ser levada em conta, como bem nos lembra Cida Bento (2022), pessoas brancas possuem privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos. A economia política de morte leva em consideração a branquitude, isso porque a produção de vida dos brancos só pode ser produzida através da produção da morte dos negros.

Na chave do necropoder, a morte é o massacre como crueldade e a produção da morte sem a produção da vida, se trata de viver à margem da vida e uma vida supérflua. Entra em jogo o que o Mbembe (2017) vai abordar a partir do filósofo francês Frantz Fanon sobre o “não direito” instituído como lei fora da lei, na necropolítica temos então o não direito à vida e um vazio fundador a partir do racismo.

Dado esses elementos, considerando o estágio atual da crise estrutural do capitalismo, conforme István Mészáros (2011), emerge um processo na contemporaneidade em que as pessoas não seriam mais exploradas, agora são pessoas supérfluas. Isso se justifica porque o poder, para Mbembe (2017), aparece como massacre, isto é, a regulação da população se dá justamente pelo massacre destas. Não é uma saída que tem como intuito domesticar os subalternos, mas a produção da morte sem, necessariamente, produzir uma nova vida. Se esta análise estiver à altura do nosso tempo, essa é nossa aposta, o que temos é uma continuidade do processo colonial em que o presente é a regressão. Dizer isso é demarcar que a democracia, mais



especificamente sua realização enquanto tal, pressupõe a morte de sujeitos não rentáveis.

### Considerações finais

A elaboração deste trabalho tinha como propósito analisar o fenômeno da biopolítica enquanto uma contratendência sócio-histórica brasileira, a partir das formulações foucaultianas e do conceito de necropolítica do filósofo Achille Mbembe. Para tanto, defendemos aqui que o nascimento da sociedade brasileira é determinado por tecnologias necropolíticas demarcadas pelo colonialismo e pela modernização capitalista.

Como exposto durante o trabalho, o conceito de biopolítica não é suficiente para compreender a realidade brasileira. Nesse sentido, no capitalismo contemporâneo a produção de vida e morte torna-se um debate necessário nas diversas esferas analíticas. Quando usamos o ponto de partida o bipoder, percebemos que o racismo é a tecnologia moderna na definição de quem deve morrer e quem deve viver, desenvolvendo o princípio da colonização com o genocídio colonizador para pensarmos o Brasil e outras realidades periféricas. Já na chave do necropoder, consideramos uma ordem diferente.

Em caráter de conclusão, entendemos que a chave necropolítica possibilita analisar a sociedade brasileira em detrimento da biopolítica, devido a problematização do modo pelo qual a crise do sistema capitalista só se reproduz por meio do massacre e do brutalismo cotidiano de pessoas e populações não brancas. Apontamos aqui o necropoder como uma inversão fetichista do sentido biopolítico, com a predominância da maximização da vida útil em detrimento da morte.

### Referências

FIABANI, A. **Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.



GONÇALVES, A. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HARTMAN, S. **Cenas da sujeição: terror, escravidão e criação de si na América do século 19**. 1. Ed. – São Paulo: Fósforo, 2025.

KURZ, R. **A substância do capital: o trabalho abstrato como metafísica social real e o limite interno absoluto da valorização**. 1. ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2025.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital**. 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. 1.ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Políticas de inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. 2º Ed., São Paulo: n-1 edições, 2022.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

POSTONE, M. **Tempo, dominação social e trabalho: uma reinterpretação da teoria de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 36. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2023.

SCHOLZ, R. **O valor é o homem: teses sobre a Socialização pelo Valor e a Relação entre os Sexos**. EXIT, 2017. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm> Acessado 20, mar. de 2026.



## TENDÊNCIA ANUNCIADA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO SERGIPANO FRENTE A OFENSIVA DA LÓGICA NEOLIBERAL

Beatriz Lima Freitas<sup>34</sup>

Thaís do Carmo Dantas<sup>35</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender as condições contemporâneas do trabalho dos(as) assistentes sociais no campo sociojurídico brasileiro, mais especificamente no que se refere a realidade sergipana, tendo como problematização a precarização do trabalho frente às implicações do neoliberalismo e o atual estágio do capitalismo em crise. Metodologicamente, a sistematização do debate tem como base o saber epistemológico da teoria social de Karl Marx a partir da abordagem do método materialista histórico-dialético, acompanhado da técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Serviço Social; Precarização; Sóciojurídico; Neoliberalismo.

### Introdução

O presente trabalho foi instigado a partir da experiência de estágio realizado no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) durante o período de 2023-2024, em que foi possível observar as condições de trabalho dos(as) Analistas Judiciários(as) de Serviço Social. Esse contato de perto com o trabalho dos assistentes sociais no campo sociojurídico pelo TJSE nos proporcionou inquietações e reflexões críticas a respeito da precarização do trabalho profissional. Uma vez que são nítidas as elevadas demandas de trabalho no Núcleo Psicossocial ocasionando sobrecarga na produção de laudos e pareceres, adoecimento psíquico e desafios contínuos para a autonomia profissional.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo compreender alguns dos pontos determinantes sobre as condições contemporâneas do trabalho dos(as)

---

<sup>34</sup> Graduada em Serviço Social e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.

<sup>35</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.



assistentes sociais no espaço-ocupacional do sociojurídico brasileiro, mais especificamente no que se refere a realidade sergipana, tendo como problematização a precarização do trabalho frente às implicações do neoliberalismo e o atual estágio do capitalismo em crise.

Há uma eminente contribuição empírica evidenciando que os(as) profissionais do Serviço Social que atuam no campo do sociojurídico também sofrem os impactos da precarização no mundo do trabalho. Contudo, quando trazemos a realidade sergipana para o debate ainda presenciamos uma lacuna significativa na produção de estudos voltados especificamente para o trabalho dos(as) assistentes sociais. Por esse motivo, o presente artigo tem pretensão direta para a ampliação do campo de conhecimento dentro do Serviço Social no sociojurídico sergipano. Metodologicamente, sistematiza-se o debate com base no saber epistemológico da teoria social de Karl Marx (2017) a partir da abordagem do método materialista histórico-dialético, acompanhado da técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

Tomamos como pano de fundo a crise capitalista contemporânea que se arrasta desde a década de 1970, demarcada pela decadência do modelo de produção fordista, quando instaura-se uma nova particularidade de aprofundamento das condições de trabalho, fazendo com que as características da precarização ganhem ainda mais fôlego em razão das implicações do desemprego estrutural. A contribuição do filósofo István Mészáros (2011) é essencial para compreender esse debate, quando chama atenção para o fato de que a crise instaurada no capitalismo a partir desse período trata-se de uma crise estrutural e atinge todas as dimensões da vida social, não mais apenas segmentos específicos como a economia.

A partir dessa colocação, ainda conforme Mészáros, entende-se que a realidade do desemprego foi igualmente modificada pela crise estrutural do capitalismo, assumindo o seu caráter crônico e estrutural, trazendo à tona as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na sua forma potencialmente mais explosiva.



Isto é, não se trata da precarização do trabalho como um fenômeno isolado ou decorrente em si de um período histórico pré datado pelo surgimento da crise e do neoliberalismo, mas como passa a operar o seu caráter estrutural destrutivo intensificando ainda mais as relações de poder, falta de autonomia profissional e até mesmo a ausência dos postos de trabalho.

No Brasil, os efeitos da crise aparecem mais nitidamente junto ao advento do neoliberalismo a partir dos anos 1990 interligado ao processo de redemocratização. Segundo Elaine Behring (2003), esse período é demarcado por uma contrarreforma regressiva e conservadora do Estado brasileiro direcionada pelas políticas neoliberais marcada pela flexibilização nas relações de trabalho decorrente da automatização e em nome da competitividade, as privatizações das empresas estatais ao capital estrangeiro e a perda de direitos sociais. Diante disso, tentaremos compreender as condições de trabalho profissional do Serviço Social no contexto sociojurídico.

Conforme Colombi (2016), a atuação dos assistentes sociais no campo sociojurídico assumem características de um trabalho precário interligado sobretudo à dinâmica institucional e à demanda profissional, principalmente pela autonomia profissional ser relativa, visto que não há plena liberdade no capitalismo. Diante do cenário atual, vem se intensificando as tensões entre a autonomia técnica e as exigências institucionais que com frequência impõe práticas precárias ao trabalho, como a produção exacerbada de laudos, o estabelecimento de metas baseadas na competitividade desenfreada da lógica neoliberal, além da terceirização dos serviços.

Mais especificamente na realidade sergipana, notamos essa tendência no reforço das contratações de peritos técnicos com remunerações inferiores aos cargos de nível superior do Serviço Social, incrementações de metas inalcançáveis com prazos cada vez mais curtos, a ausência de concursos públicos, a terceirização e a sobrecarga de tarefas, comprometendo não só a dimensão técnico-operativa, e ocasionando o aumento do adoecimento psíquico para a categoria profissional. A fim de verificar mais sobre essa



realidade no campo sociojurídico de Sergipe, realizamos um levantamento de dados documentais a partir dos relatórios de estágios e monografias produzidas pelo curso de Serviço Social, por meio do repositório da Universidade Federal de Sergipe, que retratam a realidade das condições do trabalho profissional na realidade sergipana em diversas instituições que fazem parte do sociojurídico, como o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).

### **A crise estrutural do capitalismo: breve análise sobre o desemprego crônico e o neoliberalismo na realidade brasileira**

A partir da década de 1970 experienciamos uma nova etapa do sistema capitalista onde houve a alteração substancial do seu processo produtivo, marcado pela decadência do modelo de produção fordista e a substituição dessa forma base anterior pelas novas tecnologias, caracterizando a terceira revolução industrial da microeletrônica. Diante das técnicas de produção automáticas decorrentes desse momento, elevou-se o aumento da produtividade e novas particularidades de aprofundamento das condições de trabalho surgiram, fazendo com que as características de precarização ganhem ainda mais impacto em razão das implicações do desemprego estrutural tecnológico ocasionado por uma brutal economia de trabalho vivo marginalizado.

Toma-se conhecimento que a crise do capital na contemporaneidade não pode mais ser entendida como uma crise cíclica, uma vez que se trata de uma crise fundamentalmente estrutural e sistêmica caracterizada, principalmente, por uma dinâmica que deixou de ser episódica e passou a ser um processo histórico de longa duração, sem um período superior de acumulação do capital em seguida. Além disso, conforme o filósofo István Mészáros (2011), a crise estrutural tem caráter universal e percorre todos os âmbitos das esferas sociais, seu alcance é global e por isso não está restrita a alguns países específicos e sua escala de tempo é permanente, isso significa que não é mais possível lidar com a perspectiva de retornos econômicos amplos e estáveis.



Outra característica determinante decorrente desse processo é o desemprego estrutural em massa diante das renovações tecnológicas, as inovações dos produtos e a hegemonia neoliberal. Com o aparecimento das novas tecnologias, modernização das máquinas e equipamentos, cada vez mais trabalho manual humano é eliminado e torna-se supérfluo em uma nova dimensão, sem a perspectiva de volta desses postos de trabalhos. A partir disso, ainda conforme Mészáros (2011), entende-se que a realidade do desemprego foi igualmente modificada pela crise estrutural do capital assumindo o seu caráter crônico, o que traz à tona as contradições e os antagonismos do sistema global capitalista na sua forma cada vez mais explosiva.

Os efeitos da crise na realidade brasileira aparecem mais nitidamente junto ao advento do neoliberalismo a partir dos anos 1990, interligado ao processo de redemocratização. Conforme Elaine Behring (2003), o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza notadamente regressiva, dentro da qual se situa a contra-reforma do Estado. É sob essa lógica que o período determinado no Brasil foi demarcado pelo direcionamento das políticas neoliberais destacadas pela flexibilidade nas relações de trabalho decorrente da automatização e em nome da competitividade, as privatizações das empresas estatais para o capital estrangeiro e a perda de direitos sociais garantidos.

Diante desse cenário, as condições de trabalho precarizadas vem-se agravando gradativamente nos últimos tempos. Tentaremos compreender que tipo de desafios os(as) assistentes sociais enfrentam perante o contexto de crise e das exigências de produtividade neoliberais, especificamente nos rebatimentos para o Serviço Social no campo do sóciojurídico.

### **Precarização do trabalho do Serviço Social no campo sociojurídico**

O campo sociojurídico apresenta um debate recente no Serviço Social brasileiro, tanto pela inserção, quanto por pesquisas acadêmicas. O termo surge na tentativa de



reconhecer a importância da dimensão jurídica no cotidiano das práticas profissionais, que datam desde a origem da profissão, no Judiciário e no sistema penitenciário até a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais, a partir da Constituição Federal de 1988, como no Ministério Público e na Defensoria Pública e os Sistemas de Segurança e Prisional.

Sendo assim, o termo sociojurídico demonstra um redirecionamento ético e político, imbricados na realidade social dentro de uma perspectiva de totalidade e em meio a contradições sociais, fundamentais para o entendimento do significado sócio-histórico e político da dimensão jurídica da profissão (Cfess, 2014). Entendemos, também, que o trabalho do assistente social na área sociojurídica se desenvolve para além das instituições estatais que formam o sistema de justiça, como os entes que formam o Sistema de Garantias de Direitos (Borgianni, 2013). Isso significa que é necessário conhecer os processos de criação e reprodução do Serviço Social que formam o universo sociojurídico.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess, 2014), a precarização das condições de trabalho e a ainda baixa discussão coletiva faz com que se potencialize os desafios em direção a realidade profissional, apontando a necessidade, no âmbito do CRESS e dos GT/comissões sociojurídicas, de estimular a articulação dos profissionais nesse campo de trabalho, a fim de incidir coletivamente na definição de rumos da atuação profissional. A precarização do trabalho é uma resposta do capital diante das ameaças da limitação de lucros, tendo seus rebatimentos para a classe trabalhadora como: ampliação da jornada de trabalho, aumento da produtividade e queda dos salários. Concordamos com Colombi (2016) quando analisa que a precarização do trabalho é um contorno próprio do sistema capitalista de produção, desse modo, o recorte sobre os assistentes sociais inseridos no campo sociojurídico é que, da mesma maneira, absorvem esses rebatimentos através do seu exercício profissional, interligados à dinâmica institucional e à demanda profissional.



Em relação à dinâmica institucional, é possível notar que no Judiciário há um viés intenso hierárquico. Ainda conforme Colombi (2016) elabora, a base disso é que o Judiciário movimenta-se pelas ações do magistrado, e os servidores podem vir a sofrer tanto sanções penais, quanto administrativas. Já em relação à demanda profissional diz respeito à delimitação de prazos, emissões de laudos e pareceres técnicos por assistentes sociais no qual paradoxalmente, dentro da instrumentalidade profissional, necessitam de uma maior expectativa de tempo para a execução. O nosso fazer profissional envolve dispositivos individuais e coletivos, dentro de um contexto social, econômico e político.

Como demonstra Guerra (2000), a instrumentalidade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade, ou seja, ao alterar o cotidiano próprio e das classes sociais que demandam a sua intervenção, o assistente social modifica as condições, os meios e os instrumentos existentes. Para que isso seja realizado, a intervenção deve ser pautada em três dimensões: técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político. O desafio posto em inúmeros dos espaços ocupacionais na área sociojurídica é a tentativa de vincular a dimensão instrumental com o projeto ético-político na defesa dos direitos sociais e humanos e da democracia.

Observa-se a partir da análise da precarização do trabalho do assistente social no campo sociojurídico, o agravamento de tensões nas relações institucionais, fragilidade dos vínculos de contratação, como também o crescente adoecimento físico e mental dos servidores. Como o exemplo citado num documento da AASPSI Brasil<sup>36</sup> de denúncia sobre a precarização das condições de trabalho no Judiciário<sup>37</sup>:

a Fenajud condena a sobrecarga das/os servidoras/es que trabalham em regime de teletrabalho, com metas até 30% superiores às dos que

<sup>36</sup> AASPSI Brasil corresponde à Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil.

<sup>37</sup> RIOS, C. Fenajud divulga carta aberta à sociedade denunciando a precarização das condições de trabalho no Judiciário. Disponível em: <https://aaspsibrasil.org.br/fenajud-divulga-carta-aberta-a-sociedade-denunciando-a-precariozacao-das-condicoes-de-trabalho-no-judiciario/>. Acesso em: 26 fev. 2026.



atuam presencialmente, além de serem cobradas/os fora do horário de expediente. A Federação também chama atenção para a implementação de programas como os programas de residência, que substitui concursos públicos por pós-graduandos que trabalham sem remuneração adequada, comprometendo a imparcialidade e a qualidade do serviço (Rios, 2024).

Conforme o documento, tanto no Serviço Social quanto na Psicologia, a realidade se mostra presente na adoção de metas puramente quantitativas frente a lógica neoliberal do trabalho. Esse contexto demonstra como o Estado diante ao neoliberalismo impõe um reordenamento no mercado de trabalho para os(as) assistentes sociais, uma vez engrenados numa série de mudanças nas suas formas de contratação e definição das condições de trabalho. Outro ponto a ser mencionado é a tendência à desvalorização dos salários de assistente social, visto que não temos um piso salarial regulamentado, refletindo as disparidades encontradas nas diferentes instituições, não apenas nos espaços sociojurídicos, dentro do setor público e privado.

### **Apontamentos sobre a realidade de assistentes sociais do sociojurídico em Sergipe**

A fim de abordar como o cenário de precarização do trabalho dos(as) assistentes sociais no sociojurídico tem-se demonstrado na realidade sergipana, gostaríamos de ter realizado um levantamento de dados documentais vasto sobre o tema, no entanto, devido a dificuldade de acesso aos materiais produzidos academicamente, a análise foi focalizada em dois estudos que debatem sobre o Serviço Social em instituições diversificadas dentro do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).

Um desses documentos trata-se do relatório como produto final do estágio supervisionado em Serviço Social, realizado pelas presentes autoras deste trabalho, que retrata a experiência de estágio curricular na Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas (VEMPA) na Comarca de Aracaju/SE, durante o período de 2023-2024, apresentado ao curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Neste espaço sócio-ocupacional, os(as) assistentes sociais, enquanto analistas judiciários, fazem



parte da composição do Núcleo Técnico Psicossocial da Vara. O fazer profissional em questão encontra-se na viabilização do monitoramento regular das condições impostas e a operacionalização dos subsídios oferecidos para que as pessoas em cumprimento das Alternativas Penais possam cumprir a medida ou pena sob o princípio da dignidade humana.

Diante da reestruturação produtiva do capitalismo com as diversas modificações e automatização no mundo do trabalho, a primeira coisa perceptível em espaços como este tem sido a redução das equipes profissionais e elevação da produtividade de trabalho sem a perspectiva de aumento dessas equipes. A VEMPA em específico teve sua equipe do Núcleo Psicossocial reduzida após o período pandêmico, na medida em que se elevaram os atendimentos iniciais e acompanhamento das modalidades de alternativas penais, um trabalho realizado por equipe multidisciplinar mas que recai como uma das principais atribuições do Núcleo, ou seja, os analistas judiciários que são assistentes sociais e psicólogos.

Outro ponto crucial que nos remete a experiência vivenciada durante o mesmo período de estágio, trata-se do concurso público realizado em edital de 2023 do TJ-SE onde não contou com vagas de nível superior destinadas ao Serviço Social e Psicologia. Este caso gerou mobilização por parte das categorias em questão, em ato público o Conselho Regional de Serviço Social 18ª Região (CRESS Sergipe) juntamente com representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (Sindjus-SE) e demais entidades, compareceram em frente ao Palácio da Justiça, na cidade de Aracaju, a fim de reivindicar e fortalecer a luta pelas vagas de analistas por



meio de concurso público<sup>38</sup> após já terem entregado um documento à presidência do TJ-SE solicitando as vagas no concurso<sup>39</sup>.

Sabemos que, esse tipo de movimentação por parte do Estado na redução das vagas de emprego, às vezes até a sua extinção, pela falta de concursos públicos ofertados e destinados às categorias em nível superior, recai sob a forte ofensiva da lógica neoliberal que se mantém com as contrarreformas e diminuição dos direitos sociais. Essa mesma lógica é reproduzida através dos discursos da produtividade exacerbada em nome do mercado e do lucro máximo, sem tratar as questões urgentes como a redução de equipes que são mantidas em números muito menores de profissionais em comparação ao aumento das demandas institucionais, fora as metas impostas a serem batidas que não são compatíveis com a maioria das realidades dos(as) assistentes sociais em questão, ocasionando sobrecarga de tarefas que compromete a dimensão técnico-operativa da profissão.

A fim de comprovação dessa realidade, para além deste relato de experiência, tivemos acesso a outro material rico em conteúdo que viabiliza a produção de conhecimento sobre a atuação profissional do Serviço Social na área sociojurídica. Ainda que seja ressaltada novamente a lacuna nas investigações empíricas sobre as condições de trabalho dos analistas assistentes sociais nos núcleos psicossocial dos tribunais estaduais de justiça, Sousa (2025) através da elaboração de seu trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, pela UFS, vai analisar as mudanças estruturais do capitalismo e como elas influenciam na organização do trabalho de assistentes sociais no Judiciário em Sergipe. Sua temática foi instigada a partir da experiência de estágio extra curricular no 3

---

<sup>38</sup> A notícia em questão pode ser acessada via site eletrônico do CRESS-SE. Disponível em: <<https://cress-se.org.br/cress-se-participa-de-ato-em-defesa-de-vagas-para-servico-social-e-psicologia-no-concurso-do-tj-se/>>.

<sup>39</sup> Para mais informações, disponível em: <<https://cress-se.org.br/cress-se-e-entidades-do-servico-social-e-psicologia-entregam-documento-ao-tj-se-solicitando-concurso-para-analista-judiciario/>>.



Núcleo Psicossocial de Coordenadoria de Perícias Judiciais da Comarca de Estância, em Sergipe, do TJSE.

Chama-se atenção para essa leitura devido a realidade que se comprova diante a experiência de estágio e a produção de conhecimento voltada para evidenciar as condições contemporâneas de trabalho do Serviço Social na área sociojurídica, neste caso no Judiciário em Sergipe: pela falta de manutenção de cargos vagos e a ausência de novos concursos ao longo de mais de uma década, as contradições que marcam a prática cotidiana e a sobrecarga de demandas é crescente no que pese a redução das equipes ou terceirização dos serviços. Todas essas questões aparecem como impactos pela precarização do trabalho, que podem ser sentidas na realidade concreta do exercício profissional da categoria na área sociojurídica, assim como em outros espaços sócio-ocupacionais. Esse modelo fragiliza a garantia de direitos e compromete a qualidade dos serviços prestados.

Em contrapartida, é importante que as entidades organizadas a favor de melhores condições de trabalho e em defesa dos direitos sociais da categoria continuem a atuar em defesa dos analistas de Serviço Social e outras profissões, como a Psicologia. A organização de campanhas, audiências públicas e negociações diretas com os diversos setores do sociojurídico parecem inofensivas diante a máxima da lógica neoliberal atualmente, que ataca de todas as formas a proteção dos direitos trabalhistas como ideais ultrapassados, porém, continua sendo um esforço necessário em termos de coletividade para a luta contra a precarização das condições de trabalho da categoria em seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

No que pese a área sociojurídica, temos ativos a atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (SINDIJUS/SE), além da ofensiva do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SE) e os GT/comissões sociojurídicas. Também contamos com o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em defender formalmente a presença de assistentes sociais nos Tribunais de Justiça por



meio da efetivação de concursos públicos, e sua amplitude no debate sobre as reais condições de trabalho que esses profissionais vivenciam diante da crescente precarização e os desafios frente à lógica neoliberal.

### Considerações finais

A elaboração deste artigo tinha como objetivo compreender a precarização do trabalho dos(as) assistentes sociais no campo sociojurídico brasileiro, com foco na realidade sergipana frente às implicações da crise estrutural capitalista e o neoliberalismo. Entendemos aqui que essa precarização é parte indissociável das relações de classe e estratégica ao próprio modo de produção do sistema capitalista. Para tanto, foi realizada uma breve contextualização acerca da contribuição do conceito de crise estrutural, bem como o processo de contrarreforma do Estado brasileiro direcionadas pelas políticas neoliberais demarcadas pela flexibilização das relações de trabalho.

Procuramos mostrar, também, com a análise da precarização do trabalho do assistente social no campo sociojurídico, o agravamento de tensões nos espaços institucionais, fragilidade dos vínculos de contratação e o crescente adoecimento físico e mental desses servidores. Com isso, a precarização dos serviços públicos compromete as dimensões da profissão, principalmente na técnico-operativa. Há uma intensificação da precarização com a sobrecarga dos profissionais tanto no cenário brasileiro, quanto no cenário sergipano pela ausência de novos concursos na última década e a redução das equipes profissionais.

Em caráter de conclusão, defendemos que o cenário para os assistentes sociais na área sociojurídica é marcado diretamente com as consequências da reestruturação produtiva pela crise e o neoliberalismo. Ressaltamos ainda que, o exercício profissional na área em questão implica na sua atuação de acordo com as três dimensões da profissão, não devendo se limitar à execução de tarefas meramente burocráticas ou à



assessorias técnicas para com as decisões judiciais. O cotidiano dos(as) assistentes sociais envolve diretamente uma leitura crítica da realidade a partir da sua postura investigativa em defesa dos interesses dos usuários. Portanto, mesmo nas elaborações de laudos e pareceres, dentre outras atribuições na área do sóciojurídico, a autonomia e condições dignas de trabalho são imprescindíveis para o exercício profissional de qualidade e comprometimento.

### Referências

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGIANI, Elisabete. *Para entender o Serviço Social na área sociojurídica*. **Serviço Social & Sociedade**, n. 115, p. 407-442, 2013.

CFESS. *Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão*. Brasília: CFESS, 2014.

COLOMBI, B. L. P. *A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário*. **Serviço Social & Sociedade**, p. 574-586, 2016.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. **Capacitação em Serviço Social e política social**, v. 4, p. 53-63, 2000.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOUZA, K. Y. P.. *Precarização irrestrita: impactos da contrarreforma trabalhista nas condições de trabalho de assistentes sociais na política de saúde em Sergipe*. São Cristóvão, 2025.



## A REPRODUÇÃO DO TRABALHO NA ESCALA GLOBAL: As reformas neoliberais no ensino e o plano das cidades inteligentes no Brasil

Evânio dos Santos Branquinho<sup>40</sup>

### Resumo

Quais relações podemos estabelecer entre as reformas no ensino médio brasileiro e o plano de instituição das cidades inteligentes no país? Tais reformas são fomentadas pelo Banco Mundial para promover o avanço da reprodução do capital em escala global e em consonância com a revolução informacional atual, visam à reprodução da mão de obra em escala internacional, cujas estratégias são a flexibilização e a maior rotatividade do trabalho. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é articular as reformas promovidas por um órgão de fomento internacional e o seu direcionamento no sentido da reprodução econômica e política de uma mais-valia global, por meio das reformas do ensino e de gestão do espaço urbano, que implicam uma maior precarização das relações de trabalho, com o aumento das disparidades socioeconômicas que se estendem da escala local à global. Os resultados da presente pesquisa indicam o enquadramento e adestramento das relações de ensino voltadas a uma formação técnica mínima para a inserção em um mercado de trabalho flexível marcado pela alta rotatividade das ocupações sob o baluarte de cidades mais eficientes, ditas “inteligentes”, onde os serviços coletivos são privatizados e as tecnologias de controle são disseminadas. Assim, as reformas do ensino visando à reprodução das relações de trabalho são articuladas à produção do espaço urbano condizentes a esta nova fase de reprodução capitalista, marcada pelas novas tecnologias informacionais e a privatização do ensino, a partir das quais tanto as disparidades quanto novas formas de controle são acentuadas.

**Palavras-chave:** Reformas neoliberais; Precarização do trabalho; Mais-valia global.

### Introdução

Pode-se observar uma convergência entre as reformas no ensino médio brasileiro e o plano de instituição das cidades inteligentes no país, na medida em que tais reformas são fomentadas pelo Banco Mundial para promover o avanço da reprodução do capital em escala global e em consonância com a revolução informacional atual, com vistas à

---

<sup>40</sup> Professor titular do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG.



reprodução do trabalho nesse âmbito, no qual as consequências são uma maior flexibilização e precarização.

Com vistas a uma análise e síntese, debate-se a reprodução política e ideológica do capitalismo amparada na discussão dos rendimentos e suas fontes de Karl Marx, através da tríade: capital – lucro/juros; terra – renda; trabalho – salário, assim como os seus desdobramentos na reprodução das relações sociais de produção sob o capitalismo, tomando como exemplo as reformas neoliberais no ensino e o plano de instituição das cidades inteligentes no Brasil.

Todo o potencial que a tecnologia projeta para a integração efetiva do espaço mundial é interditado pelo acesso desigual que ela impõe como valor de troca, reproduzindo disparidades econômicas, sociais e espaciais, revelando as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção determinadas historicamente. Se o controle da informação sempre foi estratégico ao poder instituído historicamente, numa sociedade denominada informacional, onde o acesso se amplia, mas de modo desigual, torna-se mais importante ainda aos poderes corporativos, inclusive a desinformação. É nesse âmbito que as ideologias são construídas e reproduzidas.

Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é articular as reformas promovidas por um órgão de fomento internacional como o Banco Mundial no sentido da reprodução econômica e política de uma mais-valia global, por meio das reformas do ensino e gestão das cidades, que assumem a forma de mais flexibilização e precarização das relações de trabalho e aumento das disparidades socioeconômicas na escala mundial.

Os resultados da presente pesquisa indicam esse encaminhamento das relações de ensino e trabalhistas no sentido de uma formação técnica mínima para a inserção em um mercado de trabalho flexível marcado pela alta rotatividade dos empregos sob a rubrica de cidades mais eficientes, denominadas “inteligentes”, onde os serviços coletivos são privatizados e as tecnologias de controle são disseminadas. Assim, as





linguística, considerando o seu contexto histórico, social e político; neste sentido, portador de ideologias e relações de poder (Chizzotti, 2006).

### **A reprodução das relações de produção e a condição espacial**

Tomamos como fundamentação teórica as discussões de Karl Marx, especialmente o capítulo “A fórmula trinitária”, presente no livro 3 de “O capital: crítica da economia política”. Neste capítulo, o autor restitui a totalidade dos três componentes dos rendimentos e suas fontes do modo de produção capitalista que, no entanto, na economia política clássica, aparecem como autônomos: capital – lucro/juros; terra – renda; trabalho – salário. O propósito é abordar estes elementos de forma articulada no contexto da globalização neoliberal, uma vez que a ideologia os faz aparecer como independentes, recuperando uma totalidade presente na reprodução das relações sociais de produção, especialmente, a produção de uma mais-valia global e a materialidade espacial que este processo assume.

Na seção “A fórmula trinitária”, um capítulo de síntese, Marx (1988) faz a crítica da Economia vulgar a partir da abordagem que esta faz da fórmula trinitária dos rendimentos e suas fontes da economia capitalista. Em conclusão, Marx assevera a mistificação do modo de produção capitalista através dessa fórmula com a reificação das relações sociais:

Em capital – lucro, ou melhor ainda, capital – juros, terra – renda fundiária, trabalho – salário, nessa trindade econômica como conexão dos componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes, está completa a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, a aglutinação imediata das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, [...] (MARX, 1988, p. 261-262).

No debate em torno da globalização contemporânea, pode-se verificar como se deu a “construção do consenso”, sua consolidação na prática, como conceito, no início dos anos 2000. Mas, por volta da década de 1990, compunha um amplo campo de



discussões, incluindo as acadêmicas. Os meios pelos quais a globalização neoliberal efetiva-se consiste mais em um processo sinérgico entre desregulamentação financeira, estatal e revolução das tecnologias da informação e comunicação, bem como uma maior facilidade de circulação de mercadorias, investimentos e pessoas pelo mundo. Harvey (2008) também observa a convergência de dois movimentos: uma cruzada geopolítica dos Estados Unidos com a ajuda de alguns aliados como a Grã-Bretanha no governo Thatcher, e ações que o governo americano não tinha totalmente o controle de organismos econômicos, financeiros e políticos.

Henri Lefebvre (2013) aponta que um dos principais mecanismos para a superação das crises do capitalismo é a *produção do espaço*, incorporando novos mercados e força de trabalho. A alternativa à solução espacial da reprodução capitalista alcança os seus limites na micro escala do átomo (nanotecnologia) à macro escala do espaço planetário, e no virtual do ciberespaço. Lógica apropriativa e violenta, verificada na militarização do espaço, ou conforme Harvey (2004), no “ajuste espacial” e na destruição para a “acumulação por despossessão”.

Todas as ciências, técnicas e tecnologias projetadas no espaço o transformam no principal dispositivo ou instrumento do poder a serviço da acumulação infinita do capital, mas que escapa parcialmente à sua lógica. O espaço urbano torna-se o catalisador dessas contradições, onde as tensões e conflitos se acumulam. Engolida pela ascensão do Estado, implodida e explodida pela indústria, a “cidade” se projeta na reestruturação do próprio Estado, este agora como órgão da gestão, e na desconcentração industrial atual, enredados na e pela mundialização financeira e informacional.

Ainda de acordo com Lefebvre (1991, p. 56), as concepções a respeito da indústria deram lugar a técnicas, empregadas na organização empresarial e no planejamento global, o que abre espaço para outra formulação, a de “sociedade técnica”, que foca sua análise na imagem e no objeto: “O objeto técnico, com sua dupla constituição, funcional e estrutural, perfeitamente analisável e “transparente”, não recebe um estatuto



determinado. Ele invade a prática social inteira: uma cidade, por exemplo, torna-se objeto técnico [...]”.

Nesse sentido, a designação “informacional” nas ciências da informação porta um fundo político, apoiado em um projeto de sociedade tecnológica e “sustentável”, a qual se manifesta atualmente nas chamadas “cidades do conhecimento” e “cidades inteligentes”, impregnadas de ideologia e mitologia tecnicista.

Nesse aspecto, uma nova fronteira que se abre ao capital, praticamente sem nenhuma regulamentação e, portanto, onde os lucros são extraordinários. Não há nada de novo nesta lógica exploratória do capitalismo, mas sim esse novo espaço virtual que ele produz e emula, sem se desvincular do espaço concreto. Em função do nível de automação alcançado, não se trata apenas de fluxo de informações, mas sobretudo do modo de criação, disseminação das informações e do controle das operações de forma autônoma, através de “inteligência artificial”.

#### **Da reforma do ensino médio ao plano das cidades inteligentes**

O relatório “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, encomendado pelo Governo Federal ao Banco Mundial e publicado em novembro de 2017, consiste em uma proposta para o país reduzir o déficit público e alcançar um ciclo de crescimento econômico, reduzindo despesas em três áreas principais: previdência, saúde e educação.

Salienta-se que as reformas trabalhista, da educação e da segurança nos governos Temer e Bolsonaro convergem como forma de avançar o neoliberalismo, com o desmonte dos restos do Estado desenvolvimentista, abrindo novas frentes de privatização e expropriação nessas áreas. Vale ressaltar que, com essas reformas precarizadoras, o “aparelhamento” da segurança torna-se estratégico frente ao acirramento das desigualdades e das tensões.

A mais recente reforma do ensino médio ocorreu por meio de medida provisória, a Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)



e modificou a estrutura do ensino médio, com a justificativa de corrigir as deficiências da lei anterior, aumentando a carga horária, definindo áreas do conhecimento e não mais a compartimentação em disciplinas, flexibilização com opções de novos cursos e voltados à profissionalização, fornecendo ao final do curso o certificado do ensino médio regular e técnico profissionalizante. Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) explica em seu portal:

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (MEC, 2023, n.p.).

A Lei traz segundo as áreas do conhecimento, a ênfase nas tecnologias correspondentes, e nas ciências humanas e sociais o propósito de sua aplicação prática, esvazia seu sentido de reflexão e crítica, objetivando a formação técnica e profissional. Portanto, um ensino de caráter tecnocrático e não a de uma formação universal e cidadã. Nos parágrafos seguintes ficam mais claros esses propósitos:

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; [...]

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: [...] (BRASIL, 2017, n.p.)



O realismo econômico é justificado pela necessidade de inserir os jovens no mercado de trabalho e prepará-los para uma sociedade tecnológica, daí a aprendizagem voltada à especialização, por meio do ensino de competências e habilidades, o “saber fazer”, em detrimento dos conteúdos de formação geral, em parcerias com institutos e empresas. A difusão do ensino à distância também agiliza a formação de mão de obra barata e aponta para a inserção e precarização através de parcerias com empresas privadas, por meio da rotatividade de estágios.

Em relação à preparação dos jovens para o mercado de trabalho, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece para o ensino médio:

Em relação à preparação básica para o trabalho, que significa promover o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, os projetos pedagógicos e os currículos escolares precisam se estruturar de maneira a:

- explicitar que o trabalho produz e transforma a cultura e modifica a natureza;
- relacionar teoria e prática ou conhecimento teórico e resolução de problemas da realidade social, cultural ou natural;
- revelar os contextos nos quais as diferentes formas de produção e de trabalho ocorrem, sua constante modificação e atualização nas sociedades contemporâneas, em especial no Brasil; e
- explicitar que a preparação para o mundo do trabalho não está diretamente ligada à profissionalização precoce dos jovens – uma vez que eles viverão em um mundo com profissões e ocupações hoje desconhecidas, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias –, mas à abertura de possibilidades de atuação imediata, a médio e a longo prazos e para a solução de novos problemas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 465).

Apesar do discurso de uma formação cidadã e de preparação para o mundo do trabalho, o ensino da lógica formal torna-se hegemônico, uma vez que os meios tecnológicos operam apenas por essa racionalidade. Dessa forma, a razão instrumental torna-se onipresente, desde o ensino de matemática às demais áreas, enquanto a



dialética mais adequada para compreender a sociedade em suas contradições é pouco estimulada, recaindo em raciocínios redutores, dualistas, que resvalam muitas vezes em estereótipos. A educação ativa, criativa e crítica referida aproxima-se mais do básico treinamento para empregos de alta rotatividade ou, em outros termos, no simples adestramento.

A escola faz parte da divisão social do trabalho e, à medida que se aprofunda a reestruturação produtiva com ênfase nas tecnologias de informação, a reforma dos currículos passa a ser elemento estratégico na reprodução de habilidades e competências para a empregabilidade, na qual o trabalho torna-se degradado e a escola mercantilizada passa a operar através de metas de produtividade.

Em contraposição a essas diretrizes educacionais, em carta aberta à sociedade, publicada em 08 de junho de 2022, centenas de associações e entidades civis<sup>41</sup> reivindicaram a revogação da reforma do ensino médio implementada por medida provisória, segundo este manifesto:

A implementação da Reforma do Ensino Médio pelos estados durante a pandemia revela mais uma de suas facetas perversas, impossibilitando o debate democrático, dificultando o controle social e aprofundando processos de precarização e privatização da educação pública. [...]

No entanto, a implementação acelerada da Reforma em estados como São Paulo desnuda a falácia sobre a necessidade de diminuir o número de disciplinas no Ensino Médio, uma vez que, com os itinerários formativos, criou-se um conjunto de novas disciplinas sob a orientação de institutos e fundações da sociedade civil vinculadas ao capital, enquanto as disciplinas ligadas aos campos científicos, culturais e artísticos tradicionais da docência profissional em nível médio foram eliminadas do currículo – num claro movimento de desmonte das possibilidades de formação científica e humanística da juventude que estuda nas escolas públicas. [...] (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2022, n.p.).

---

<sup>41</sup> Entre as 600 entidades e associações que se manifestaram, além das ligadas à educação, constam as trabalhistas, feministas, de gênero e anti-raciais.



Evidencia-se o caráter oportunista de implementar a reforma durante o período de pandemia, esvaziando a participação e o debate da sociedade diante dos significativos impactos que tal reforma traz na formação dos estudantes ao promover a especialização técnica. Com relação à precarização do professor e ao exercício da docência:

A educação pública virou alvo da acumulação por despossessão, promovendo o seu sucateamento e privatização. A estratégia neoliberal referente ao setor público consiste em sucatear, produzir um discurso de ineficiência, para depois terceirizar e privatizar, que dará sequência a mais um ciclo de precarização. A promoção das competências e habilidades ocorre na esfera da meritocracia a fim de responsabilizar unicamente os indivíduos pelo fracasso.

Entretanto, a organização das entidades e associações civis, como no caso da Carta Aberta, pôde abrir o debate e apontar outras perspectivas, assim como liderar amplos setores sociais a oporem resistência a esse projeto neoliberal, como ficou demonstrado atualmente, com a suspensão da reforma do ensino médio pelo governo federal a fim de mais discussão com a sociedade em relação às políticas educacionais e a criação de um fórum nacional sobre o tema.

Portanto, no contexto de um capitalismo de acumulação global, as lutas sociais contra-hegemônicas devem ocorrer unificadas desde a esfera da produção e da criação da mais-valia à esfera de circulação e da reprodução das relações sociais na qual a mais-valia se realiza, pois uma conquista em termos de salário pode ser dilapidada rapidamente, por exemplo, com o aumento do preço dos aluguéis, das tarifas de transporte, ou a privatização do ensino.

Com relação “A Carta Brasileira Para Cidades Inteligentes”, lançada em 2020, no mandato de Jair Bolsonaro, foi elaborada com a participação de diversos setores e especialistas do governo e entidades não governamentais. O propósito é desenvolver uma estratégia nacional para a implementação das cidades inteligentes, integrada à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).



A Carta é um misto do ideário do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano em consonância com a transformação digital, promovendo o empreendedorismo. Apresenta a seguinte definição de cidade inteligente:

São cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação (BRASIL, 2020, p. 28).

Seguindo uma política de implementação de cidades inteligentes no território nacional, seu discurso visa à “criação do consenso” e, nesse aspecto, seu conteúdo é bastante superficial, sem expor as contradições do processo, marcado pela reprodução de proposições bastante divulgadas por instituições como a ONU, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana - Habitat.

O principal conteúdo da Carta diz respeito à sua agenda para implementação das cidades inteligentes, um conjunto de recomendações elencadas em oito objetivos estratégicos, indicando os níveis de governo a serem aplicados, municipal, estadual, federal e outras entidades públicas e privadas.

A seguir, discutiremos alguns trechos selecionados da agenda proposta. Ao abordar os objetivos estratégicos de 1 a 4, referentes às questões do desenvolvimento urbano sustentável, salienta as diversidades sociais e espaciais do país para a efetivação da inclusão digital, da governança de dados e urbana. Contudo, é a partir dos objetivos estratégicos 5 que o programa se coloca de um modo mais explícito.

Incluir perspectivas de decrescimento, descarbonização e outras variáveis inovadoras de sustentabilidade na exploração de novas alternativas de organização social e econômica. Introduzir a redução de desigualdades socioeconômicas e a distribuição de riquezas na discussão de modelos econômicos verdes, justos e inovadores. O objetivo é lidar



com a escassez de recursos naturais e com a precarização do mundo do trabalho (BRASIL, 2020, p. 75-76).

No trecho anterior, a referência ao desenvolvimento sustentável da chamada “economia verde” e a aposta em sua capacidade de redução das desigualdades e enfrentamento da precarização do trabalho. Na citação a seguir, indica um modo de como essa questão pode ser enfrentada, com relação à “economia de plataforma”:

Usar mecanismos da economia de plataforma (atividade econômica e social facilitada por plataformas) para aproximar produtores e consumidores locais. O objetivo é fortalecer vínculos comunitários e territoriais, tais como relações de vizinhança, relações urbano-rurais e relações com microempreendedores individuais (BRASIL, 2020, p. 76).

No entanto, a materialização desses processos de plataformização é justamente a degradação do trabalho, a exemplo da uberização e dos motofretistas de delivery. A seguir, discute a instituição de uma economia e um mercado de dados, regulamentados pelo Estado:

Implementar políticas, leis, regulamentos e outros instrumentos para estabelecer um mercado de dados ético e inclusivo. Garantir a proteção de dados pessoais, aderindo completamente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Devem ser considerados os efeitos sistêmicos desse mercado, assim como as características e as necessidades específicas de diferentes setores produtivos. O objetivo é aumentar a inovação, a competição, a transparência e a segurança jurídica na economia de dados (BRASIL, 2020, p. 77).

A função do Estado na promoção econômica, acerca da disponibilização de linhas de crédito para pequenas empresas de TICs e microempreendedores:

Facilitar o acesso a condições especiais de crédito por pessoas microempreendedoras individuais e por pequenas empresas de TICs (tecnologias de informação e comunicação). Estabelecer incentivos financeiros e técnicos à operação de pequenos provedores de Internet de forma a garantir a provisão e a sustentabilidade de iniciativas de acesso à internet em parceria com o poder público (BRASIL, 2020, p. 77-78).





De um modo geral, nota-se o propósito de integração das TICs às políticas urbanas, atrelando-se, por exemplo, o Estatuto da Cidade ao receituário do desenvolvimento urbano sustentável. O viés empresarialista revela o cunho neoliberal da proposta, na qual a gestão prevalece sobre o planejamento participativo. Um exemplo é a busca de financiamento, os credores visam os lucros e de curto prazo, não muito afeitos a empreendimentos que apresentem resultados de longo prazo.

Assim como a implementação do Governo digital, por trás do discurso de maior eficiência estão o enxugamento do quadro de funcionários e corte de gastos. Em que pese o papel do Estado em promover o crescimento econômico, de gerir os conflitos, os discursos de democratização da informação, de inclusão digital, caem por terra quando impostas de cima para baixo, tornando-se uma questão legislativa, reduzindo a participação mais ampla.

As cidades de porte menor tornam-se reféns das corporações de tecnologia e acabam cedendo os dados da população como um ativo, uma forma de compensação pelos serviços prestados dessas corporações. Ou como estabelecer dados abertos com o domínio das *Big Techs*?

Em relação à “*smart city*”, trata-se de uma concepção superficial, apoiada na ideologia da racionalidade estatística e no ranqueamento para estimular a competição entre as cidades, promovendo o *city marketing* do neoliberalismo, enquanto as empresas analisam esses índices como formas de investimentos e margens de lucro. A cidade inteira se comporta como um ativo financeiro.

O projeto das cidades inteligentes é ocupar a lacuna deixada pelo “planejamento estratégico”, readequar o discurso e atualizar as técnicas de gestão urbana associadas ao neoliberalismo e ao seu empresarialismo, sob o lema de eficiência da aplicação das tecnologias de informação nos serviços urbanos, da sustentabilidade e melhor qualidade de vida.



### Considerações finais

O nível de penetração do capital é muito maior nos serviços administrativos nessa etapa neoliberal, mediante à privatização e concessões na esfera pública, o controle e a programação das corporações sobre a vida da população fora do trabalho são intensificados.

O Estado de orientação neoliberal concedeu parte de sua centralidade às corporações, mesmo considerando que historicamente foi uma coalizão estratégica entre esses poderes político e econômico. De qualquer modo, o Poder, ou uma parte dele, passa do Estado tecnocrático para a corporação tecnocrática, o Estado terceirizou seu papel elementar, o poder de articular os diversos segmentos.

O ajuste espacial, uma das alternativas ao capitalismo monopolista, dá-se no ciberespaço, que tem a propriedade de emular os espaços concretos e reproduzir um espaço, onde estamos restritos ao papel de usuário. O sujeito histórico acabou esvaziado assim como o tempo histórico. Salienta-se que esse esvaziamento é proporcional ao seu potencial de articular a sociedade numa rede mundial, numa prática coletiva sem restrições espaciais, assim como o de abolir o trabalho abstrato, liberando tempo para atividades lúdicas etc. As contradições estão colocadas ao limiar da reprodução.

### Referências

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Revisão das Despesas Públicas, Volume I: Síntese*, novembro de 2017.

BRASIL. *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Carta aberta pela revogação da reforma do ensino médio (lei 13.415/2017)*, 08 de junho de 2022.

CHIZZOTTI, Antonio. *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.



HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. España: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). *Novo ensino médio – perguntas e respostas*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 26 mar. 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio*. Brasília, 2017.